



RELATÓRIO DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ EXECUTIVO

São José, Costa Rica

27– 28 de setembro de 2006

© Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). 2006
O Instituto promove o uso adequado deste documento. Solicita-se que seja citado apropriadamente quando for o caso.

Esta publicação também está disponível em formato eletrônico (PDF) na página institucional: www.iica.int

Coordenação editorial: Leda Ávila

Copidesque: Marília Alvarez

Diagramação: Leda Ávila

Desenho da capa: Catalina Lizano

Impressão: Imprensa do IICA

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Relatório da Vigésima Sexta Reunião Ordinária do
Comitê Executivo / IICA. – São José, CR : IICA, 2006.
143 p.; 21 x 16 cm. – (Série Documentos Oficiais /
IICA, ISSN 1018-5712 ; N° 78)

ISBN 92-90-39-753-5

Publicado também em espanhol, francês e inglês

1. Cooperação internacional 2. Organizações
internacionais 3. Cooperação técnica I. IICA II. Título
III. Série

AGRIS

E14

DEWEY

338.181

São José, Costa Rica
2007

SUMÁRIO

SUMÁRIO

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ EXECUTIVO DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA.....	9
<i>Sessão Preparatória</i>	<i>9</i>
<i>Sessão de Abertura</i>	<i>12</i>
<i>Primeira Sessão Plenária</i>	<i>15</i>
<i>Segunda Sessão Plenária.....</i>	<i>21</i>
<i>Terceira Sessão Plenária.....</i>	<i>33</i>
<i>Quarta Sessão Plenária.....</i>	<i>47</i>
<i>Sessão de Encerramento.....</i>	<i>59</i>
RESOLUÇÕES.....	63
ASSINATURA DO RELATÓRIO.....	101
DISCURSOS	105
ANEXOS.....	127
<i>Temário.....</i>	<i>129</i>
<i>Lista de Participantes.....</i>	<i>131</i>
<i>Pessoal da Reunião.....</i>	<i>141</i>

ATA DA REUNIÃO

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ EXECUTIVO DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA

A Vigésima Sexta Reunião Ordinária do Comitê Executivo do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) foi realizada em conformidade com o disposto no Regulamento do Comitê Executivo e na Resolução IICA/CE/Res. 442(XXV-O/05).

Os seguintes países são membros do Comitê Executivo em 2006: Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Costa Rica, Grenada, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Trinidad e Tobago e Uruguai.

SESSÃO PREPARATÓRIA

0.1 Abertura

- 0.1.1 A Sessão Preparatória da Vigésima Sexta Reunião Ordinária do Comitê Executivo teve início às 8h50 do dia 27 de setembro, na Sala Estados Unidos-Canadá da Sede Central do IICA, sob a presidência do Senhor Victor Villalobos, Representante do México, país que presidiu a Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo, realizada na cidade de Ribeirão Preto, SP, Brasil, em 13 e 14 de maio de 2005.

0.2 Acordos

0.2.1 Eleição do Presidente e do Relator da Reunião

Para presidir a Reunião o Comitê elegeu por unanimidade o Senhor Román Solera, Diretor da Secretaria Executiva de Planejamento Setorial Agropecuário (SEPSA) e Funcionário Principal do Ministério da Produção da Costa Rica (MIPRO). Em seguida foi proposto o Senhor Erick Fidel Santamaría, Vice-

Ministro da Agricultura do Panamá, para o cargo de Relator, o que foi aprovado. Assim sendo, a Mesa ficou composta na seguinte forma:

Presidente:	Román Solera
Relator:	Erick Fidel Santamaría
Secretário <i>ex officio</i> :	Chelston W. D. Brathwaite

O Diretor-Geral, Doutor Chelston W. D. Brathwaite, aos Representantes dos Estados membros do IICA perante o Comitê Executivo. Cumprimentou o Representante da Costa Rica por haver-lhe sido concedida a honra de presidir a Reunião e o Representante do Panamá, por sua designação como Relator.

0.2.2 Temário da reunião

O Secretário Técnico informou que nas pastas distribuídas aos Representantes constavam os documentos de trabalho e informações gerais sobre a Reunião, os quais já haviam sido disponibilizados em meio digital na página do IICA na Internet, na seção correspondente ao Comitê Executivo, com 45 dias de antecedência a esta Reunião, conforme previsto no artigo 29 do Regulamento do Comitê Executivo, à exceção do Décimo Segundo Relatório do Comitê de Exame de Auditoria (CEA), entregue em 22 de setembro último.

O Representante do México agradeceu a Secretaria Técnica pelo envio oportuno dos documentos de trabalho. Em seguida, submeteu à consideração do Comitê Executivo que fosse alterada a programação do temário a fim de que o Programa Hemisférico de Biotecnologia e Biossegurança e o tema sobre a avaliação das capacidades técnicas do IICA fossem considerados na tarde do primeiro dia, passando os assuntos orçamentários e financeiros para o segundo dia. Ressaltou que o propósito era que os Representantes dispusessem de mais tempo para analisar alguns temas mais relevantes. O Representante Observador do Equador apoiou a moção do Representante do México.

O Secretário Técnico comentou como a moção do Representante do México afetaria a agenda da Reunião. Propôs que as propostas relacionadas com o Orçamento-Programa de 2007, com o financiamento do Orçamento-Programa de 2008-2009, com a nova escala de cotas da Organização dos Estados Americanos (OEA) e com a situação do pagamento das cotas e os progressos alcançados na arrecadação das cotas em atraso fossem mantidos na programação do primeiro dia, transferindo para o segundo dia a apreciação dos demonstrativos financeiros do Instituto, do Relatório dos Auditores Externos e do Décimo Segundo Relatório Anual do Comitê de Exame de Auditoria (CEA). O plenário aprovou a proposta.

O Diretor-Geral informou que a Secretaria Técnica procederá aos ajustes correspondentes à agenda da Reunião e que a nova versão seria comentada com os Representantes.

Foi então aprovado o temário apresentado no documento IICA/CE/Doc.475(06) rev. com as modificações indicadas.

0.2.3 Comissões de trabalho

Foi acordado criar comissões de trabalho durante a Reunião, na medida das necessidades.

0.2.4 Data e hora limites para apresentação de propostas

Foi fixada a quinta-feira, 28 de setembro, às 12h00, como data e hora limites para a apresentação de novas propostas de projetos de resolução.

0.2.5 Duração da Reunião

O plenário acordou encerrar a Reunião na quinta-feira, 28 de setembro de 2006, às 17h00, conforme sugestão da Secretaria Técnica da Reunião.

0.2.6 Ordem de precedência dos Estados membros

De acordo com o artigo 41 do Regulamento do Comitê Executivo, a ordem de precedência foi estabelecida seguindo a ordem alfabética em espanhol, a partir da Costa Rica, Estado membro cujo Representante fora eleito para presidir a Reunião.

0.2.7 Direito a voto dos países

O Diretor-Geral solicitou ao Assessor Jurídico que comentasse sobre a aplicação do artigo 24 da Convenção sobre o IICA e seu regulamento no que concerne ao direito a voto dos Estados membros que estejam em atraso no pagamento de suas cotas para o IICA por mais de dois exercícios fiscais.

O Assessor Jurídico explicou os alcances do artigo 24 e do seu regulamento. Assinalou que a Junta Interamericana de Agricultura (JIA), na Décima Terceira Reunião Ordinária, realizada em Guaiaquil, aprovou a Resolução IICA/JIA/Res.414(XIII-O/05) com o regulamento para aplicação do artigo 24. De acordo com a norma em vigor, a JIA e o Comitê Executivo podem permitir o

exercício do voto a um Estado membro em mora, quando o não-pagamento de suas cotas se deva a circunstâncias alheias à vontade desse Estado membro.

O Presidente passou a palavra ao Representante do Paraguai, único Estado membro integrante do Comitê Executivo que se encontrava em mora, para que apresentasse suas justificativas ao plenário. O Representante do Paraguai expôs os motivos pelos quais seu país não podia honrar os compromissos com o Instituto e informou sobre as gestões que estão sendo realizadas para saldar os compromissos financeiros pendentes.

Os Representantes da Costa Rica, México, Bolívia e Brasil reconheceram a difícil situação por que atravessa o Paraguai e manifestaram sua solidariedade e apoio no sentido de permitir ao Representante do referido Estado membro que participasse do Comitê Executivo com todos os direitos.

Foi acordado que todos os Estados membros presentes, integrantes do Comitê Executivo, poderiam exercer o direito a voto.

O Diretor-Geral reconheceu os esforços envidados pelo Paraguai para solucionar a inadimplência e cumprir os cronogramas de pagamento acordados e agradeceu a intenção desse país de continuar a apoiar o Instituto. Também agradeceu o Comitê Executivo por haver permitido ao Paraguai participar da Reunião com plenos direitos.

0.3 Encerramento

A sessão foi levantada às 9h37.

SESSÃO DE ABERTURA

0.4 Abertura

0.4.1 A Sessão de Abertura teve início às 10h00 do dia 27 de setembro, sob a presidência do Senhor Román Solera, Representante da Costa Rica.

0.5 Discurso do Diretor-Geral na Sessão de Abertura

0.5.1 O Diretor-Geral do IICA, deu as boas-vindas aos Representantes e Representantes Observadores dos Estados membros participantes da Vigésima

Sexta Reunião Ordinária do Comitê Executivo. Em seguida, assinalou que nos primeiros quatro anos de sua Administração fora possível reposicionar o Instituto como um elemento chave da institucionalidade das Américas, contribuindo, assim, para promover o desenvolvimento sustentável da agricultura, a segurança alimentar e a prosperidade rural.

- 0.5.2 Em seguida, discorreu sobre as tendências da economia global e do setor agroalimentar das Américas no futuro. Também mencionou os principais resultados alcançados pelo IICA nas áreas de desenvolvimento do agronegócio, políticas e negociações comerciais, tecnologia e inovação, sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, desenvolvimento rural sustentável, educação e capacitação e elaboração de projetos de investimento. Explicou, ainda, os principais resultados obtidos nas cinco regiões e nos 34 Estados membros, destacando algumas das mais bem-sucedidas relações com parceiros estratégicos.
 - 0.5.3 O Diretor-Geral fez referência ao papel futuro do Instituto, que será de cooperação com os Estados membros para que estes possam enfrentar com sucesso os desafios de eliminar a fome e a pobreza, garantir a sustentabilidade ambiental, combater as doenças transfronteiriças, melhorar a competitividade de suas economias e solucionar os problemas associados com o alto custo da energia e a disponibilidade da água.
 - 0.5.4 O Diretor-Geral concluiu seu discurso, ressaltando que com tal propósito o Instituto preparara o Plano de Médio Prazo 2006-2010, cuja aprovação esperava obter nesta Reunião do Comitê Executivo.
- 0.6 Encerramento
- 0.6.1 Às 11h25 foi levantada a sessão.

PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA

1.1 Abertura

1.1.1 A Primeira Sessão Plenária foi aberta às 11h30, sob a presidência do Senhor Román Solera, Representante da Costa Rica.

1.2 Cumprimento das resoluções da Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo e da Décima Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura

1.2.1 O Senhor Fernando del Risco, Secretário Técnico da Reunião, apresentou os dois relatórios sobre esses temas, os quais contêm os progressos obtidos no cumprimento das resoluções adotadas pelos órgãos de governo do IICA, e especificou as ações empreendidas pela Direção-Geral para atender aos mandatos estabelecidos nas citadas resoluções. Com respeito aos acordos da referida Reunião do Comitê Executivo, informou que todas as resoluções haviam sido cumpridas. No que concerne à JIA, explicou que faltava apenas cumprir as resoluções referentes à aprovação do Plano de Médio Prazo 2006-2010 (PMP) e do Orçamento-Programa de 2007, e que ambos os assuntos faziam parte da agenda desta Reunião do Comitê Executivo.

1.3 Proposta de Plano de Médio Prazo 2006-2010

1.3.1 O Diretor-Geral destacou que a proposta do PMP era produto de um esforço da Administração do Instituto e dos Estados membros, que haviam trabalhado juntos para definir a diretriz estratégica do IICA no futuro.

1.3.2 O Senhor James French, Diretor de Liderança Técnica e Gestão do Conhecimento, descreveu o processo participativo de formulação do Plano de Médio Prazo, iniciado havia um ano mediante amplo processo de consulta, tanto nos Estados membros como no IICA. Destacou os ajustes realizados para atender às observações à versão preliminar preparada pela Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG) durante sua reunião ordinária, realizada em 26 e 27 de julho de 2006.

1.3.3 Explicou que o Plano fora baseado nos diagnósticos realizados em cada país sob a perspectiva da agricultura ampliada e procurava consolidar o modelo de

gestão do IICA e seus resultados como uma organização de excelência focalizada na técnica, a fim de posicionar o Instituto como o parceiro estratégico preferencial. Assinalou que o PMP considerava as tendências e iniciativas mundiais, consolidava as agendas nacionais e regionais e levava em conta as diferenças e prioridades regionais.

- 1.3.4 Em seguida usou da palavra o Senhor Rafael Trejos, Especialista da Unidade de Modernização Institucional, que apresentou uma pormenorizada exposição do conteúdo da proposta. Discorreu sobre a visão e a missão e as áreas temáticas em que estará concentrado o esforço institucional nos próximos anos e assinalou as prioridades para a ação hemisférica, propostas em cada uma das seguintes cinco áreas: (i) promoção do comércio e da competitividade do agronegócio; (ii) fortalecimento das comunidades rurais sob o enfoque territorial; (iii) promoção da sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos; (iv) promoção da gestão sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente; e (v) incorporação da tecnologia e da inovação para a modernização da agricultura e do desenvolvimento rural.
- 1.3.5 O Representante do México considerou necessário definir com maior precisão o papel do IICA no PMP, inclusive quanto às ações concretas e aos resultados esperados. Manifestou preocupação pela inclusão do tema da gestão sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente, assinalando que não estava claro como o IICA abordará esse tema e seu impacto no orçamento. Também sugeriu que o Instituto concentrasse sua ação em algumas áreas temáticas, entre as quais agronegócio, desenvolvimento rural, sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos e tecnologia e inovação. Finalmente, chamou a atenção para a importância de definir com maior precisão o papel do Instituto em temas nos quais outros organismos internacionais têm atuação relevante.
- 1.3.6 O Representante do Brasil destacou a qualidade do PMP e referiu-se a temas que considerava de interesse especial. Como um dos mais relevantes, mencionou a agroenergia e os biocombustíveis, assinalando que a experiência brasileira nesse campo poderia ser útil para outros países. Comentou que, na área da biotecnologia, os governos precisam fundamentar suas posições quanto aos organismos vivos modificados, do ponto de vista técnico. Assinalou que outros dois temas que não apareciam especificados com suficiente ênfase no PMP eram controle transfronteiriço de pragas e doenças e seguros rurais.
- 1.3.7 O Diretor-Geral agradeceu os Representantes do Brasil e do México por seus comentários. Explicou que era bastante complexo fazer refletir no processo de formulação do PMP 2006-2010 os interesses dos 34 Estados membros.

Esclareceu que o PMP é um documento estratégico de orientação e não um programa a ser implementado. Assinalou que as agendas nacionais e regionais são os instrumentos em que são estabelecidas com maior profundidade as metas específicas que respondem às reais condições de cada um dos Estados membros e regiões, sobre as quais é feita uma prestação de contas anual. Também indicou que as agendas e o orçamento-programa são as ferramentas operacionais. Acrescentou que o PMP conta com seis prioridades estratégicas, mas que nos Estados membros ou regiões as ações podem ser focalizadas em um número menor de prioridades.

- 1.3.8 Com respeito ao tema do meio ambiente, esclareceu que não se tratava de um tópico novo na agenda institucional. Lembrou que na última reunião ordinária da CCEAG ficara estabelecido que essa não era uma área nova para o trabalho do IICA, dado que sempre existiram ações e projetos de cooperação nesse campo. Comentou que historicamente o Instituto apóia os Estados membros para que superem situações causadas por desastres naturais, tais como inundações e furacões e desenvolve ações em gestão de recursos hídricos, desenvolvimento de políticas em matéria de serviços ambientais e em assuntos relacionados com o efeito estufa e as mudanças climáticas, que afetam a agricultura. Acrescentou que existem compromissos de apoio aos Estados membros para melhorar a compreensão quanto aos temas do meio ambiente e que, afinal, a agricultura é uma forma de aproveitar os recursos naturais em determinado meio ambiente. Assinalou que, ao propor essa área de trabalho, era reconhecida a sua importância como componente essencial do desenvolvimento sustentável da agricultura, aspecto enfatizado na proposta do PMP 2006-2010.
- 1.3.9 O Presidente concordou em que o PMP 2006-2010 constitui um quadro norteador e manifestou que o desafio para os Estados membros é conseguir que as agendas nacionais sejam um reflexo das demandas dos países, razão pela qual deverão ser preparadas em estreita colaboração com o Escritório do IICA no país.
- 1.3.10 O Representante do Canadá e os Representantes Observadores da Argentina e dos Estados Unidos destacaram e agradeceram o esforço da Direção-Geral por incorporar no PMP 2006-2010 as propostas apresentadas na reunião ordinária da CCEAG.
- 1.3.11 O Representante da Jamaica, em nome dos países da Região Caribe, cumprimentou o Diretor-Geral e sua equipe de trabalho pela elaboração do PMP. Externou que apoiava que fossem mantidos nesse documento os temas sobre meio ambiente. Comentou que as ameaças naturais e a necessidade de

estabelecer seguros agrícolas adequados e financeiramente sustentáveis eram temas de grande importância para o Caribe.

- 1.3.12 O Representante Observador dos Estados Unidos manifestou sua satisfação pelo fortalecimento do IICA nos temas sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, comércio e biotecnologia. Assinalou que, no caso do tema agroenergia e biocombustíveis, deveriam ser promovidas ações de cooperação horizontal. Reiterou o apoio para que seja realizada uma avaliação da capacidade técnica do IICA.
- 1.3.13 O Representante Observador da Argentina manifestou que o mais importante era avaliar os papéis do IICA, não tanto suas capacidades, e reiterou a conveniência de serem incluídas metas e indicadores de resultados no PMP 2006-2010. Essa opinião foi compartilhada pelo Representante do México e pelo Representante Observador do Haiti, que ressaltou que o PMP deve servir de instrumento de avaliação ao final do período. O Representante do México também opinou que é preciso ser mais específico quanto a se o papel do IICA em cada uma das ações será protagônico ou catalítico. Por sua vez, o Representante do Uruguai ressaltou que a função medular, mais do que os resultados que sejam alcançados ao final, é a função de promotor e facilitador que o IICA desempenha para apoiar os Estados membros a alcançarem resultados e acrescentou que, muitas vezes, esses resultados acabam sendo obtidos pelo setor privado. Também destacou a natureza transversal do tema meio ambiente e o relacionou com outros de natureza similar, como é o caso do enfoque de gênero. Finalmente, reconheceu que a cooperação horizontal era outro dos instrumentos relevantes no modelo de cooperação do Instituto.
- 1.3.14 O Representante Observador da Argentina concordou quanto à relevância do tema seguros agrícolas e sugeriu que fosse abordado em maior amplitude a fim de serem considerados todos os riscos que o setor agropecuário enfrenta.
- 1.3.15 Os Representantes Observadores do Canadá e da Argentina consultaram se as ações propostas no PMP 2006-2010 correspondem às financiadas por recursos regulares ou se também estavam incluídas as financiadas por recursos de outras fontes administradas pelo IICA.
- 1.3.16 Com respeito à inclusão de temas sobre meio ambiente no PMP 2006-2010, os Representantes da Jamaica e de Grenada manifestaram seu apoio, especialmente pela necessidade de que o IICA coopere com os governos em sua resposta aos desastres naturais. Os Representantes do México e do Canadá, bem como o Representante Observador dos Estados Unidos, expressaram sua preocupação sobre o papel do IICA nesses temas e, principalmente, quanto a

sua capacidade para assumir a liderança proposta. O Representante do Canadá sugeriu que, em vez de serem propostas ações para reduzir o impacto das mudanças climáticas, fossem identificadas e promovidas medidas para reduzir seus efeitos. Por sua vez, o Representante do Uruguai indicou que o meio ambiente era um tema que permeava todas as linhas de ação. Finalmente, o Representante do Paraguai e o Representante Observador do Haiti coincidiram quanto à conveniência de que exista no IICA um líder capaz de promover a harmonização entre o produtivo e o ambiental, o que requer o estímulo às boas práticas.

- 1.3.17 O Representante da Bolívia reconheceu que a versão do PMP 2006-2010 contém as observações da CCEAG. Destacou que prevalecem preocupações com respeito ao papel do Instituto nos temas sobre meio ambiente. Em seguida, referiu-se às implicações que existirão para o IICA, se assumir a liderança em temas nos quais os Estados membros têm interesses diferentes. Sugeriu que o Instituto assumisse uma posição em matéria de protecionismo agrícola, fazendo menção aos problemas decorrentes das distorções nos preços internacionais. Ressaltou a relação existente entre a demanda de alimentos saudáveis e a sanidade agropecuária e sugeriu que o IICA assuma um papel protagonista nesse campo. Finalmente, enfatizou a necessidade de ser fortalecida a coordenação com outros organismos de cooperação que atuam em temas afins aos da agenda do Instituto.
- 1.3.18 O Representante do Paraguai expôs sua preocupação de que o avanço na legislação do meio ambiente possa agir em detrimento do setor produtivo e chamou a atenção para os conflitos de interesse que costumam ocorrer entre atividades florestais e produtores agropecuários. Também ressaltou as dificuldades enfrentadas pelos países para que haja uma presença reduzida do Estado na implementação dos controles ambientais. Finalmente, afirmou que temas tais como boas práticas ambientais, resgate do carbono, biodiversidade e organismos geneticamente modificados, entre outros, são transcendentais na área do meio ambiente, que seu país apóia.
- 1.3.19 O Diretor-Geral fez um resumo dos comentários e consultas, agradeceu a sugestão quanto à avaliação técnica apresentada pelo Representante Observador dos Estados Unidos, a qual apoiava, lembrando que era um item da agenda desta Reunião. Respondeu às consultas, informando, entre outras, que o PMP é financiado por recursos regulares e que outros recursos, como CATIs e TIL, permitem fortalecer ações ou atender a assuntos emergentes.
- 1.3.20 Quanto ao papel do IICA, o Diretor-Geral manifestou que, algumas vezes, assume o papel de líder e, outras, de catalisador, o que faz dele um parceiro

estratégico. Sobre a coordenação com outros organismos de cooperação, destacou o acordo com a FAO e a renovação do acordo com a OPAS.

- 1.3.21 O Diretor-Geral comentou, com relação à avaliação do PMP, que não há um mandato que a exija, embora isso pudesse ser decidido por algum dos órgãos de governo do Instituto. Explicou que a principal fonte de financiamento do PMP é o fundo regular, que poderia ser complementado com recursos provenientes da TIL, uma vez que os recursos externos são administrados com base em contratos com os Estados membros e não se destinam ao financiamento desse Plano.
- 1.3.22 Com respeito aos comentários sobre a ação do Instituto no tema do meio ambiente, o Diretor-Geral concordou quanto à natureza transversal desse tema, relatou antecedentes da participação do IICA nessa área e citou, como exemplos, o apoio do Instituto a Estados membros afetados por eventos naturais, tais como os furacões. Referiu-se a atividades de interesse ambiental e agropecuário, assinalando, como exemplos, a agroenergia, a biotecnologia e o agroturismo. Finalmente, sugeriu que, em face das preocupações quanto ao papel do IICA nesses temas, fosse constituída uma comissão com a participação de Representantes dos Estados membros e funcionários do Instituto para analisar o que propõe o PMP a fim de recomendar os ajustes que fossem necessários para atender às observações formuladas.
- 1.3.23 Os Representantes do Brasil, México, Jamaica e Paraguai e os Representantes Observadores dos Estados Unidos, Argentina, Equador e Haiti apoiaram a proposta e decidiram formar parte dessa comissão. O Secretário Técnico anunciou que os senhores James French, Diretor de Liderança Técnica e Gestão do Conhecimento, Rafael Trejos, Especialista da Unidade de Modernização Institucional, e Francisco Barea, Diretor de Administração e Finanças e de Programação, comporiam a comissão por parte do IICA.

1.4 Encerramento

- 1.4.1 A Primeira Sessão Plenária foi levantada às 13h50.

SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA

2.1 Abertura

2.1.1 A Segunda Sessão Plenária da Vigésima Sexta Reunião Ordinária do Comitê Executivo foi iniciada às 15h00 da quarta-feira, 27 de setembro, sob a presidência do Senhor Román Solera, Representante da Costa Rica.

2.2 Programa Hemisférico de Biotecnologia e Biossegurança

2.2.1 O Diretor de Biotecnologia e Biossegurança, Senhor Assefaw Tewolde, agradeceu ao grupo constituído por peritos dos Estados membros suas valiosas contribuições para a formulação da proposta de Programa Hemisférico de Biotecnologia e Biossegurança. Explicou que participaram dessa equipe de trabalho delegados de 15 Estados membros. Informou que a proposta reúne as recomendações da CCEAG, em particular a de absorver o orçamento previsto para financiar as atividades do Programa durante 2007-2009. Assinalou que a proposta incluía os seguintes componentes: (i) antecedentes e fundamentos do Programa; (ii) a contribuição do IICA e sua relação com os mandatos do Comitê Executivo e da JIA; e (iii) o conteúdo do Programa, que compreende o propósito, objetivos, resultados, atividades e estratégia de implementação.

2.2.2 Explicou que, de acordo com os objetivos do Programa, haviam sido identificados os resultados esperados e as atividades a serem realizadas. Informou que as ações correspondem às áreas de informação, avaliação de necessidades, apoio à formulação e implementação de políticas e marcos regulatórios, comunicação com a comunidade para promover a correta percepção dos riscos e benefícios das agrobiotecnologias, apoio ao desenvolvimento de capacidades científico-tecnológicas e promoção do debate e análise das normas e regulamentos nacionais e internacionais.

2.2.3 O Representante do México referiu-se às razões que motivaram a Resolução N° 409 da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), na qual se baseia a proposta desse programa hemisférico. Citou, entre elas, a necessidade e importância para os Estados membros de definir políticas nacionais sobre o tema, tanto para os países signatários como para os não-signatários do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. Assinalou que isso reveste grande importância por suas implicações para os fluxos do comércio e para as

negociações comerciais, fazendo referência aos riscos que a aplicação da biotecnologia acarreta. Reiterou o apoio do México à proposta apresentada e ofereceu a cooperação de seu país para analisar os impactos da biotecnologia e avançar o desenvolvimento dos marcos regulatórios em matéria de biossegurança. Finalmente, instou os Representantes dos Estados membros a aprovarem o programa proposto.

- 2.2.4 O Representante do Canadá reiterou o apoio à proposta e expressou o seu reconhecimento pelos avanços alcançados na elaboração do Programa, que considera muito importante para aumentar a competitividade agropecuária. Manifestou que era essencial promover o intercâmbio de informação e experiências entre os países das Américas sobre esse tema. Assinalou, também, a necessidade de precisar os resultados em função dos recursos financeiros e recomendou priorizar as ações e delinear práticas de prestação de contas. Reiterou a disposição e o interesse do Canadá de participar na execução do Programa.
- 2.2.5 O Representante do Uruguai reconheceu que a proposta constitui um importante avanço e sugeriu que, com base no que dispõe o PMP 2006-2010, as ações do Programa fossem adequadas às especificidades dos países. Externou que esperava que as ações propostas fossem executadas de acordo com as condições de cada país e que fossem consideradas as normas adotadas pelos Estados membros com base em seus interesses estratégicos, nos marcos regulatórios que sejam definidos, na análise de riscos e em outras medidas adotadas.
- 2.2.6 O Representante Observador dos Estados Unidos agradeceu a apresentação e destacou a contribuição do grupo técnico. Assinalou os benefícios da biotecnologia para a segurança alimentar, para a produtividade agropecuária e para o desenvolvimento rural nas Américas, bem como a importância de os países do Hemisfério compartilharem informação. Instou os Estados membros a continuarem a apoiar o Programa e, com respeito ao orçamento, reconheceu que a Administração envidara esforços por aumentar a alocação de recursos para o mesmo.
- 2.2.7 O Representante do Panamá manifestou seu apoio ao Programa e assinalou que o tema contribuía para aumentar o intercâmbio da cooperação entre os países, em prol dos que carecem de recursos para esse tipo de iniciativa. Propôs que o Instituto e os Estados membros continuem a contribuir com capacidades técnicas e recursos e prossigam nesse trabalho.

- 2.2.8 O Representante da Bolívia referiu-se ao apoio emprestado a essa iniciativa por parte dos países do Conselho Agropecuário do Sul (CAS). Depois de assinalar a necessidade de definir os indicadores para medir os impactos, solicitou o seguinte: (i) que fosse explicada a forma em que fora elaborado orçamento e (ii) que fosse indicado o prazo de execução do Programa.
- 2.2.9 O Representante do Paraguai reconheceu o impacto da biotecnologia no meio ambiente e somou-se às expressões do Representante do Canadá. Fez menção às experiências paraguaias com o algodão transgênico, assinalando a importância de haver marcos regulatórios.
- 2.2.10 O Diretor de Biotecnologia e Biossegurança comunicou que o grupo técnico de trabalho dará seguimento ao uso transparente dos recursos e à prestação de contas, o que se dará mediante reuniões periódicas do grupo. Com respeito aos recursos, assinalou que uma parte fora calculada e definida pelo próprio grupo técnico e outra fora calculada com base na identificação das atividades necessárias para a formulação e delineamento dos projetos. Explicou que o grupo de trabalho definira as linhas básicas para a identificação dessas necessidades e para a elaboração das iniciativas e projetos, de modo que em cada região poderão participar instituições públicas e privadas e o setor acadêmico. Esclareceu que os recursos orçados para 2007-2010 correspondem aos valores calculados.
- 2.2.11 O Representante Observador da Argentina solicitou esclarecimentos quanto a se os recursos que aparecem no orçamento (US\$ 525.000,00) estão incluídos no orçamento regular a ser submetido à consideração desta Reunião, tendo em vista que a Resolução Nº 428 do Comitê Executivo [IICA/CE/Res.428(XXV-O/05)] estabelece que a fonte financeira do Programa são os recursos provenientes da recuperação de cotas atrasadas.
- 2.2.12 O Diretor-Geral indicou que os pormenores sobre o valor orçado seriam tratados em outra sessão desta Reunião. Explicou que fora feita uma alocação de recursos de cotas e que seria proposto um orçamento extraordinário financiado com recursos provenientes da arrecadação das cotas atrasadas para reforçar a destinação dos recursos para o Programa de Biotecnologia e Biossegurança, mas que isso só ocorrerá quando houver certeza da entrada das cotas atrasadas em valor superior ao orçado para o exercício 2006 (US\$ 27,1 milhões).
- 2.2.13 O Representante do Canadá manifestou sua satisfação pela solução proposta pelo Diretor-Geral e recomendou que o grupo de trabalho encarregado da revisão dos assuntos orçamentários analisasse o orçamento do Programa.

- 2.2.14 O Diretor-Geral assinalou que em programas dessa natureza são utilizados recursos do Instituto como “capital semente”, os quais devem ser complementados com recursos adicionais por parte dos Estados membros. Considerou que programas desse tipo constituem parcerias ou associações em que o IICA atua, principalmente, como catalisador e facilitador.
- 2.2.15 O Diretor de Administração e Finanças esclareceu que, seguindo as recomendações da CCEAG, haviam sido destinados, no Orçamento-Programa de 2007, US\$ 180.000,00 do Fundo Regular para o Programa Hemisférico de Biotecnologia e Biossegurança.
- 2.2.16 O Representante Observador da Argentina expressou que, de acordo com a citada Resolução N° 428 do Comitê Executivo, o Programa deveria receber recursos da arrecadação das cotas atrasadas, ou seja, quando o montante arrecadado superar US\$ 27,1 milhões. Em vista disso, considerava que o financiamento do Programa não deveria ser incluído no orçamento do Fundo Regular a fim de evitar efeitos negativos na alocação de recursos para outras áreas.
- 2.2.17 O Diretor-Geral explicou que, no momento em que for confirmada a disponibilidade de recursos provenientes do pagamento das cotas atrasadas, será submetido ao Comitê Executivo ou à JIA um orçamento extraordinário para o Programa Hemisférico de Biotecnologia e Biossegurança.

2.3 Avaliação das capacidades técnicas do IICA

- 2.3.1 O Diretor-Geral mencionou que na reunião da CCEAG de 26 e 27 de julho de 2006, realizada na Sede Central do IICA, o Delegado dos Estados Unidos propusera que fosse realizada uma análise das capacidades técnicas do IICA e avaliado como o Instituto vem atuando em função das demandas de cooperação técnica dos Estados membros. O Diretor-Geral discorreu sobre aspectos gerais da evolução da cobertura da ação do Instituto e comentou que aumentara a quantidade de temas em que era solicitado o seu apoio, embora o orçamento esteja congelado desde 1995. Citou exemplos do processo de inclusão de novos assuntos na agenda institucional ao longo das quatro últimas décadas. Comentou que essas mudanças eram consequência das importantes transformações ocorridas no setor agropecuário e no seu entorno nos períodos caracterizados pela Revolução Verde, pela crise da dívida, pelos processos de ajustamento estrutural, pelas prioridades do desenvolvimento sustentável e pelos processos de abertura comercial e globalização.

- 2.3.2 Em seguida, o Diretor-Geral ressaltou que nos últimos anos haviam surgido novas demandas de cooperação em matéria de reforma institucional, biotecnologia e biossegurança, agroenergia e biocombustíveis e outros campos, sendo todos eles áreas estratégicas que necessitam atendimento a fim de impulsionar a sustentabilidade da agricultura, a prosperidade rural e a segurança alimentar nas Américas.
- 2.3.3 Com respeito à proposta apresentada pelo Delegado dos Estados Unidos na CCEAG, o Diretor-Geral solicitou recomendações e sugestões por parte dos Representantes dos Estados membros quanto ao alcance que teria a avaliação das capacidades do IICA e sobre a forma de realizar tal exercício.
- 2.3.4 O Representante do México reconheceu que o IICA seguira os mandatos da JIA e que estes obrigaram a ampliação dos serviços do Instituto, em sua função de apoio para promover o desenvolvimento agrícola e rural. No seu entender, essa é a razão da presença, na agenda institucional, de temas tais como sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, agronegócio e biotecnologia e biossegurança. Assinalou que, ademais, é exigido do IICA assumir a liderança em temas que também estão vinculados à agenda ambiental, como mudanças climáticas e agroenergia. Não obstante, o Instituto enfrenta limitações, tanto em capacidades humanas como financeiras para atender devidamente a todos esses mandatos.
- 2.3.5 Com base nessa situação, considerava necessário e urgente realizar uma avaliação das capacidades, conforme propusera a Delegação dos Estados Unidos. Em sua opinião, é preciso conhecer não apenas as capacidades atuais do IICA, mas, também, sua capacidade para incorporar novos temas, embora não haja aumento no orçamento. Propôs que fosse constituída uma comissão de trabalho para que, no transcurso desta Reunião do Comitê Executivo, fosse elaborada uma primeira versão dos termos de referência dessa avaliação.
- 2.3.6 O Representante Observador dos Estados Unidos concordou com as expressões do Diretor-Geral, mas afirmou que se opunha à proposta, uma vez que não considerava conveniente incluir o CATIE na análise. Apoiou a proposta do Representante do México no sentido de criar uma comissão de trabalho que definisse os termos de referência da avaliação e ofereceu uma contribuição extraordinária de US\$ 10.000,00 para apoiar a iniciativa.
- 2.3.7 O Representante Observador da Argentina propôs que fosse aproveitada a oportunidade da avaliação para considerar tanto a perspectiva da oferta (capacidades técnicas do IICA) como a da demanda e prioridades nacionais. Lembrou que o CAS havia proposto, na reunião ordinária da JIA realizada em

2005 em Guaiquil, Equador, que fosse desenvolvido um processo de interação entre a oferta e a demanda de cooperação técnica. Expressou que o PMP 2006-2010 deveria ser aproveitado como base para analisar as capacidades do IICA em face da demanda e das expectativas dos países, o que, no seu entender, facilitaria a identificação das demandas não atendidas.

- 2.3.8 O Presidente propôs que, em vista dos comentários dos Representantes, fossem ampliados os termos de referência para incluir uma avaliação com base na perspectiva da demanda.
- 2.3.9 O Representante do México sugeriu que fosse constituído um grupo de alto nível para realizar a avaliação. Compartilhou a oferta de apoio do Representante Observador dos Estados Unidos e comunicou que seu país contribuirá mediante a designação de um dos membros da equipe de avaliação e custeará as despesas dessa participação. Esclareceu que havia aspectos relevantes a considerar: o primeiro deles dizia respeito à contratação de um grupo de alto nível para realizar a avaliação e o segundo, à elaboração dos termos de referência da equipe de avaliação. Reiterou a proposta de que tais termos fossem redigidos por um grupo de trabalho no transcurso desta Reunião do Comitê Executivo.
- 2.3.10 O Diretor-Geral agradeceu os apoios oferecidos e instou outros Estados membros a fazerem o mesmo. Reiterou que esse estudo é vital para o Instituto e informou que procuraria os recursos para sua realização. Assinalou que a CCEAG, em sua próxima reunião de assessoramento de 2007, poderia ser o meio para obter a informação dos países e definir os termos de referência. Comentou que o orçamento congelado leva o IICA a enfrentar dificuldades para contratar pessoal de alto nível, pois os salários que o Instituto oferece, muitas vezes, não são competitivos e sugeriu que esse aspecto também fosse considerado na avaliação.
- 2.3.11 O Representante do Brasil assinalou que os termos de referência para avaliar o Instituto exigem maior reflexão e que se somava às ofertas para participar na avaliação das capacidades institucionais. Comentou que recentemente fora realizada uma avaliação da EMBRAPA e que por isso considerava que a metodologia empregada poderia ser útil como documento de referência para essa iniciativa.
- 2.3.12 Os Representantes do Brasil e do Canadá e os Representantes Observadores dos Estados Unidos e da Argentina comunicaram a intenção de formar parte do grupo de trabalho. Como não houve outras sugestões, o Presidente aceitou a proposta e comprometeu-se a anunciar a composição do grupo de trabalho no

transcurso da Reunião. O Representante do México manifestou interesse em participar da comissão, mas comunicou sua impossibilidade, uma vez que, no segundo dia da Reunião, a Delegação de seu país estaria reduzida. Ofereceu-se para entregar no dia seguinte uma minuta de documento como insumo para a elaboração dos termos de referência.

- 2.3.13 O Representante do Canadá solicitou que o Subdiretor-Geral do IICA, Doutor James Butler, participasse da comissão de análise dos termos de referência das capacidades técnicas do Instituto. O Diretor-Geral manifestou que o pessoal técnico do IICA estava à disposição do Comitê Executivo e solicitou que fosse incluído no grupo o Senhor James French, Diretor de Liderança Técnica e Gestão do Conhecimento.

2.4 Situação atual do pagamento das cotas e avanços na arrecadação das cotas em atraso

- 2.4.1 O Diretor-Geral solicitou à Diretora de Finanças, Senhora Karen Kleinheinz, que comentasse o tema. A Diretora de Finanças referiu-se às resoluções IICA/JIA/Res.392(XII-O/03), Panamá, IICA/CE/Res.417(XXIV-O/04), Costa Rica, IICA/CE/Res.435 (XXV-O/05), Brasil e IICA/JIA/Res.414 (XIII-O/05), Equador. Assinalou que, graças a essas resoluções, os países vêm saldando suas cotas e que, a partir de 2004, a situação financeira do IICA melhorara consideravelmente.

- 2.4.2 Em seguida a Diretora de Finanças explicou a situação em que se encontram os países quanto ao pagamento de suas cotas. Mencionou que 16 Estados membros não têm dívidas de cotas perante o Instituto; 12 Estados membros devem duas ou menos cotas anuais ou parte da última cota e, portanto, estão na condição “regular”; três Estados membros estão em “situação especial”; e outros três estão “em mora”, pois devem mais de duas cotas. Depois, referiu-se a alguns Estados membros que, estando atrasados no pagamento de suas cotas, formalizaram acordos de pagamento com o Instituto, quais sejam, Argentina, Brasil, Equador, Nicarágua, Peru e Uruguai. Ressaltou que uma demonstração dos avanços alcançados na arrecadação das cotas em atraso é a redução do número de anos de cotas devidas da maioria dos países devedores. Acrescentou que o montante arrecadado de cotas atrasadas em 2004 permitira, principalmente, liquidar os créditos em que o IICA havia incorrido para manter suas operações. Informou que o saldo fora destinado a um orçamento extraordinário para fortalecer a alocação de recursos na área da sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos e de modernização do sistema de informação financeira do Instituto.

- 2.4.3 A Diretora de Finanças informou que no início do atual exercício o total de cotas em haver era da ordem de US\$ 39,1 milhões, mas que, graças aos esforços envidados pelos Estados membros para o pagamento de suas cotas atuais e passadas, o Instituto, até o presente, arrecadara US\$ 26, 6 milhões, estando pendentes de pagamento apenas US\$ 12,5 milhões. No seu entender, 2006 poderia ser o terceiro ano consecutivo em que seria arrecadado um montante superior ao orçado. A Diretora de Finanças externou sua satisfação e reconheceu os esforços envidados pelos países, pois o montante arrecadado até esta data equivale a um valor próximo ao orçamento de 2006, o que permitirá ao IICA cumprir seus programas e planos de trabalho normalmente.
- 2.4.4 O Representante Observador dos Estados Unidos salientou a importância de que os Estados membros paguem oportunamente suas cotas e instou o IICA a continuar em seus esforços de arrecadação a fim de permitir ao Instituto maior solidez financeira, facilitando, assim, a implementação de seus programas no Hemisfério.
- 2.4.5 O Diretor-Geral agradeceu o interesse demonstrado pelos países na Instituição, o que era refletido no pagamento das cotas devidas. Considerou que esse fato, em essência, significa um reconhecimento dos Estados membros aos esforços envidados pelo IICA para atender a suas demandas e prioridades. Além disso, a seu juízo, era um bom indicador de que os serviços de cooperação técnica prestados pelo Instituto são pertinentes, úteis e oportunos.
- 2.5 *Projetos de resolução: “Relatório Anual do IICA 2005”; “Cumprimento das resoluções da Décima Terceira Reunião Ordinária da JIA e da Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo”; “Relatório da reunião de 2006 da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais”; e “Avanços na arrecadação das cotas devidas ao IICA em 31 de agosto de 2006”.*
- 2.5.1 O Relator procedeu à leitura dos projetos de resolução indicados, que foram aprovados sem modificações.
- 2.6 *Proposta de Orçamento-Programa de 2007*
- 2.6.1 O Diretor de Administração e Finanças, Senhor Francisco Barea, explicou que a JIA, mediante a Resolução IICA/JIA/Res.416(XIII-O/05), adotada em Guayaquil, Equador, aprovava a proposta de Orçamento-Programa do IICA para 2006 e uma alocação global para 2007. Também fora resolvido que a Administração apresentaria à Vigésima Sexta Reunião Ordinária do Comitê Executivo uma proposta de dotação discriminada dos recursos aprovados para o exercício 2007, pelo montante global de US\$ 30 milhões do Fundo Regular.

- 2.6.2 Em seguida fez menção às bases que sustentam a proposta, quais sejam: (i) as prioridades da ação estratégica; (ii) a alocação do Fundo Regular nos três capítulos que conformam o Orçamento-Programa do Instituto (Serviços Diretos de Cooperação Técnica, Despesas de Direção e Despesas Gerais e Provisões); e (iii) a alocação por objeto de despesa maior. Comentou que o poder aquisitivo dos recursos provenientes das cotas no período 1995-2006 havia caído significativamente. Esclareceu que a dotação orçamentária mais elevada era destinada aos Escritórios do IICA nos Estados membros.
- 2.6.3 O Representante Observador dos Estados Unidos solicitou esclarecimentos sobre o aumento na rubrica publicações e materiais de escritório de 2007, que, a seu ver, era elevado.
- 2.6.4 O Representante Observador da Argentina expressou-se na seguinte forma: (i) desejava saber a razão pela qual o Orçamento-Programa não apresenta com maior especificidade as metas e resultados que serão alcançados durante o período, uma vez que esse dado é importante para a avaliação; (ii) solicitava esclarecimentos quanto à cifra destinada aos orçamentos dos Escritórios nos Estados membros; e (iii) quais as razões para usar como fator deflector na análise de comportamento do orçamento em termos reais o Índice de Preços ao Consumidor dos Estados Unidos, em vez de utilizar o comportamento de uma cesta de moedas que poderia proporcionar um cálculo mais acorde com a realidade, dado que muitas despesas do Instituto são efetuadas em moeda nacional.
- 2.6.5 O Representante do Canadá agradeceu por terem sido incluídas as prioridades do comércio e do agronegócio no Orçamento-Programa e manifestou sua satisfação pela inclusão de recursos adicionais destinados ao Programa de Biotecnologia e Biossegurança. Solicitou maiores informações sobre o aumento na rubrica publicações e materiais de escritório. Também pediu esclarecimentos quanto ao aumento na rubrica serviços gerais.
- 2.6.6 O Diretor de Administração e Finanças referiu-se às preocupações e pedidos de esclarecimento apresentados. Explicou que o PMP e o Orçamento-Programa de 2007 contêm prioridades de ordem global e que, no processo de planejamento do IICA, há o plano de ação anual, no qual são especificados os resultados e indicadores correspondentes a cada exercício. Acrescentou que, nesse processo, o IICA especifica até o nível de um plano de contribuição individual, que deve ser preenchido por cada um dos funcionários do Instituto. Assinalou que esse plano deve estar em harmonia com o plano de ação anual da Unidade e este, por sua vez, com o Orçamento-Programa e com o Plano de Médio Prazo em vigor.

- 2.6.7 Em seguida, comentou que, mediante o processo de planejamento, o IICA define uma dotação orçamentária para os Escritórios nos Estados membros com base no porte do país e do Escritório e que, ademais, essas dotações servem de teto orçamentário, ajustando-se, assim, à realidade financeira do Instituto. Finalmente, mencionou que o fato de o IICA trabalhar com dólares norte-americanos faz com que os cálculos de variação do poder aquisitivo dos recursos de cotas tenham por base a evolução do IPC dos Estados Unidos.
- 2.6.8 O Chefe de Orçamento e Controle, Senhor Yanko Goic, complementou os esclarecimentos com respeito ao orçamento em geral e à rubrica publicações e materiais de escritório em particular. Comentou que a variação máxima relativa por rubrica, entre os orçamentos de 2006 e 2007, não era superior a 2,5%. Com relação à mudança nas rubricas publicações e materiais de escritório e serviços gerais, mencionou que durante 2004-2005, pela incerteza na arrecadação de cotas e pela vigência da política de cautela financeira, o orçamento não fora plenamente executado nesses dois objetos de despesa, o que se refletia em mudanças relativas significativas quando eram analisados dados orçados versus despesas efetivas de anos anteriores. Depois, explicou que a rubrica serviços gerais compreende as despesas com aluguel de Escritório, comunicações, pagamento de serviços públicos e manutenção dos prédios e que os aumentos no orçamento de 2007 obedecem também à necessidade de reparar instalações, tanto em Escritórios do IICA nos Estados membros como na Sede Central.
- 2.6.9 O Representante Observador dos Estados Unidos solicitou uma versão corrigida dos dados, antes da votação do Orçamento-Programa. Esse pedido foi reiterado pelos Representantes do México, Canadá e Bolívia. O Representante do Uruguai comentou que o exercício de elaboração do orçamento com base nas cifras máximas e históricas estabelecidas gerava pouca margem orçamentária para os temas novos. Citou exemplos de alternativas metodológicas para a dotação de recursos, entre as quais a denominada base zero, que exige a justificação de tudo mediante objetivos e metas.
- 2.6.10 O Representante Observador da Argentina esclareceu que, com base na Resolução IICA/CE/Res.428(XXV-O/05), o orçamento do Programa de Biotecnologia deveria ser financiado com a arrecadação das cotas atrasadas e não com outros recursos do orçamento, já destinados pela JIA. Manifestou sua satisfação pelas respostas do Diretor de Administração e Finanças; no entanto, expressou que considerava conveniente advertir que o orçamento deve ser a expressão monetária das ações a serem realizadas. Comentou sobre o plano de ação anual, no sentido de que deverá conter os maiores níveis de precisão e

que é básico para verificar a correspondência entre recursos e atividades. Mencionou o fato de esse plano não passar pela análise oficial dos órgãos de governo do Instituto.

- 2.6.11 O Representante do México ressaltou a importância de contar com informação clara e confiável que, inclusive, possa ser usada nos Estados membros para explicar e justificar o pagamento das cotas perante as autoridades fazendárias e lembrou que a CCEAG havia solicitado maiores informações quanto ao custo dos profissionais internacionais.
- 2.6.12 O Representante Observador do Haiti solicitou esclarecimentos a respeito do quadro referente à distribuição do orçamento por âmbito geográfico (nacional, regional e hemisférico) e externou sua preocupação no sentido de que a arrecadação das cotas atrasadas talvez não seja suficiente para financiar o Programa Hemisférico de Biotecnologia e Biossegurança.
- 2.6.13 O Diretor-Geral esclareceu que sua Administração tinha por base a transparência e comentou que havia dado instruções no sentido de que estivesse à disposição dos Representantes durante esta Reunião toda informação necessária a fim de que ninguém saísse com qualquer tipo de dúvida. Assinalou que o orçamento de 2007 é real e está ajustado à realidade financeira dos Estados membros. Acrescentou que, nos últimos treze anos, os gastos com serviços haviam aumentado significativamente e que também os salários do Pessoal Local haviam sido incrementados por força de disposições legais dos países em matéria de salários, além de haverem sido contratados novos funcionários. Acrescentou que diante dessa situação e tendo em vista o congelamento do orçamento de cotas, fora necessário optar por reduzir os cargos do Pessoal Profissional Internacional. Com relação à rubrica publicações e materiais de escritório, apontou alguns fatores que incidem no aumento de despesas nesses itens, entre os quais citou as publicações em mais de um idioma, a preparação dos relatórios nacionais, que contribuem para a transparência e a prestação de contas, aspectos altamente priorizados pela atual Administração, e a publicação de material de grande utilidade na prática, tal como a recente edição de um compêndio contendo todas as normas institucionais.
- 2.6.14 O Diretor de Administração e Finanças indicou que a informação referente aos salários do Pessoal Profissional Internacional, aspecto mencionado pelo Representante do México, fora disponibilizada oportunamente na página do IICA na Internet. Comentou que a literatura técnica atual sobre administração sugere que, em instituições como o IICA, uma estrutura fixa e grande afeta

diretamente a estratégia de implementação, em vista do que não era considerada apropriada a aplicação do orçamento com base zero.

2.7 Encerramento

- 2.7.1 O Presidente agradeceu a colaboração dos Representantes e levantou a sessão às 19h50 do dia 27 de setembro de 2006.

TERCEIRA SESSÃO PLENÁRIA

3.1 Abertura

3.1.1 A Terceira Sessão Plenária foi iniciada às 08h10 do dia 28 de setembro sob a presidência do Senhor Román Solera, Representante da Costa Rica.

3.2 Relatório do grupo de trabalho sobre os ajustes ao Plano de Médio Prazo 2006-2010

3.2.1 O Representante do Paraguai apresentou o relatório com as recomendações de ajustes ao PMP 2006-2010 acordadas no grupo criado com tal finalidade. O grupo sugeriu que fosse substituído o termo “mudança climática” por “mudanças ambientais globais” em todo texto do PMP. Enfatizou de modo especial a Área de Concentração 3, cujo texto, daqui em diante, deverá dizer “impacto das mudanças ambientais nos sistemas agroalimentares”.

3.2.2 Em seguida, citou os seguintes ajustes específicos: foi proposto que o texto da primeira vinheta seja “identificar e promover atividades tendentes a adaptar os sistemas agroalimentares e a vida rural para reduzir o impacto das mudanças ambientais globais”; na terceira vinheta, foi proposto substituir a primeira palavra da versão em inglês por “estimular” e, na quarta vinheta, depois de “relações sociais”, foi proposto acrescentar “além de proporcionar apoio à realização de diagnósticos rápidos em caso de desastres naturais”.

3.2.3 Acrescentou que no texto das linhas de ação da Área de Concentração 4 fora proposto suprimir a frase “denominação de origem”. Também fora proposto suprimir essa frase onde é feita referência aos indicadores de cumprimento.

3.2.4 Os Representantes aprovaram todas as mudanças propostas. O Diretor-Geral expressou sua satisfação pelos ajustes e anunciou que os mesmos seriam introduzidos na versão definitiva do PMP 2006-2010, tarefa que incumbiu ao Diretor de Liderança Técnica e Gestão do Conhecimento.

3.3 Orçamento-Programa de 2007 (continuação)

3.3.1 O Presidente anunciou que seria dada continuidade à análise da proposta de Orçamento-Programa de 2007, suspensa na véspera. Passou a palavra para o

Diretor de Administração e Finanças, que comunicou que fora distribuída a informação solicitada pelos Representantes a respeito de exercícios financeiros anteriores. Explicou que essa informação continha dados revistos e era consistente com a apresentada na proposta de Orçamento-Programa de 2007. Assinalou que o material preparado compreendia duas seções: a primeira referia-se às despesas efetivamente realizadas entre 2002 e 2005, segundo os demonstrativos financeiros submetidos à auditoria, e a segunda apresentava o orçamento de 2006 e a proposta de orçamento de 2007. Chamou a atenção para o fato de que a última linha do quadro distribuído continha os montantes do saldo não utilizado dos orçamentos aprovados pela JIA para 2002-2005.

- 3.3.2 O Representante Observador dos Estados Unidos solicitou cópia da informação sobre orçamento distribuída na véspera a fim de proceder às pertinentes comparações.
- 3.3.3 O Representante da Bolívia lembrou que na sessão vespertina do dia 27 de setembro havia sido informado que o montante arrecadado de cotas até o presente era próximo do orçamento anual. Também fora informado que alguns Estados membros estavam em atraso no pagamento das cotas, o que, a seu juízo, merecia explicações. Aproveitou para solicitar informação sobre o destino dos saldos correspondentes às despesas orçamentárias não efetuadas no período 2002-2005.
- 3.3.4 O Diretor de Administração e Finanças explicou que os saldos não executados em determinado período são transferidos para o Subfundo Geral e não podem ser utilizados, a não ser em caso de autorização expressa da JIA, o que exige a preparação e aprovação de um orçamento extraordinário.
- 3.3.5 O Representante do Canadá assinalou que o montante destinado a publicações e materiais aumentara em quase o dobro em 2006 com relação a 2002, tendo sido registrado um incremento de quase US\$ 600 mil, em comparação com o montante orçado em 2005. Assinalou que compreendia as medidas de austeridade aplicadas no passado, mas que considerava conveniente haver maiores esclarecimentos quanto às razões dessa diferença. Externou sua preocupação pela elevada quantia destinada às publicações e pela natureza destas.
- 3.3.6 O Diretor-Geral manifestou que as atividades do IICA requerem flexibilidade e controle. Explicou que, ao início de um exercício financeiro, o Instituto começa sem recursos, e que a cautela financeira aconselha gastar segundo o fluxo dos recursos. Acrescentou que esse fluxo sofre alterações ao longo do ano e que não era fácil prever com exatidão o valor a ser arrecadado.

Comentou que a norma institucional em vigor permitia ao Diretor-Geral transferir recursos entre rubricas até 10%. Explicou que o aumento nas despesas com publicações era coerente com o desejo da Administração de manter os Estados membros devida e oportunamente informados, o que motivara a edição de relatórios nos países. Destacou como outro fator que repercutiu no gasto desse item a publicação de materiais em mais de uma língua, considerando que são quatro os idiomas oficiais do IICA. Reiterou a disposição da Administração de proporcionar toda a informação que fosse do interesse dos Representantes.

- 3.3.7 Ao responder a uma consulta do Representante Observador da Argentina sobre a consistência das cifras apresentadas, a Diretora de Finanças manifestou que a informação proporcionada refletia a distribuição dos recursos de cotas por objeto de despesas e, além disso, incluía a execução de orçamentos extraordinários financiados com recursos provenientes da arrecadação de cotas atrasadas. Explicou que o Fundo Regular é composto dos recursos das cotas e receitas diversas, que a soma de ambos constitui o orçamento regular e que este último não inclui os orçamentos extraordinários.
- 3.3.8 O Representante Observador da Argentina chamou a atenção para as dificuldades que surgiam em razão da forma em que eram apresentadas as cifras no orçamento. Sugeriu que fosse prestada atenção à exposição dos dados de receita e despesas e saldos, manifestando sua preferência por contar com a discriminação das despesas por rubrica.
- 3.3.9 O Representante Observador dos Estados Unidos assinalou que considerava alto o aumento na rubrica publicações e que não necessariamente se refletia no aumento da quantidade de publicações editadas pelo Instituto. Acrescentou que isso poderia ser um fator negativo na disponibilidade de recursos para atividades de alta prioridade.
- 3.3.10 O Diretor-Geral reiterou seu interesse em que os Representantes externassem todas as suas preocupações e soubessem com certeza em que são investidas as suas contribuições, o que era coerente com o princípio de transparência adotado por sua Administração. Instou os Representantes que tenham ou chegassem a ter algum indício de uso indevido dos recursos institucionais que fossem explícitos a esse respeito e, se possível, proporcionassem elementos de juízo para que sejam adotadas as medidas pertinentes.
- 3.3.11 Em seguida ressaltou a importância das publicações e citou, como exemplo, o reconhecimento ao IICA em decorrência das publicações, por parte de organizações e em foros internacionais. Sugeriu que o grupo de trabalho que

estava analisando assuntos orçamentários com a Direção de Administração e Finanças considerasse em profundidade as preocupações dos Representantes quanto às cifras e ao processo de formulação e execução orçamentárias.

- 3.3.12 O Representante do Paraguai destacou o papel das publicações do IICA em seu país. Acrescentou que as publicações são particularmente relevantes para países de menor renda, com escassa capacidade de resposta diante de situações novas. Afirmou que as explicações prestadas pelos funcionários do Instituto eram satisfatórias e coerentes com o princípio da transparência.
- 3.3.13 O Representante Observador do Haiti expressou que considerava significativo o aumento na despesa com publicações. Acrescentou que não duvidava da pertinência do custo orçado e que tinha consciência de que aumentara o número de publicações do IICA recebidas. Finalmente, manifestou-se a favor da formação do grupo de trabalho incumbido de analisar as cifras.
- 3.3.14 O Representante do México propôs que o Senhor Luis Carlos Gutiérrez, membro do CEA, formasse parte desse grupo.
- 3.3.15 O Representante da Jamaica demonstrou interesse pelo processo de preparação do orçamento, mas enfatizou que não era sua intenção envolver-se em assuntos específicos da gestão do IICA. Externou sua satisfação pelas explicações e pela prestação de contas do Instituto. Reiterou a importância das publicações em inglês para os países anglófonos e manifestou seu apoio à formação do grupo de trabalho proposto.
- 3.3.16 O Representante da Bolívia comentou que as dúvidas e preocupações com relação ao orçamento eram, mais do que um questionamento, resultado do sentimento de apropriação e do interesse dos Estados membros pelo Instituto. Recomendou que houvesse uma vinculação mais forte entre o orçamento e os resultados esperados das ações que financia. Assinalou que considerava as publicações importantes, embora o montante alocado para essa rubrica fosse alto, e sugeriu que fossem identificadas opções tecnológicas que possibilitem a redução das despesas com difusão de informação.
- 3.3.17 O Representante Observador do Equador apoiou a constituição do grupo de trabalho. Destacou a relevância das publicações e fez menção a um caso recente, em que, graças ao apoio do IICA, fora possível produzir, em seu país, um documento sobre pragas e medidas quarentenárias de utilidade prática e extremamente necessário para o comércio exterior de produtos agropecuários.

- 3.3.18 O Representante do Canadá assinalou que as respostas dadas eram satisfatórias e informou que nada tinha a questionar, não tendo cogitado participar do grupo de trabalho proposto.
- 3.3.19 O Representante do Brasil assinalou que era difícil avaliar a pertinência das publicações. Afirmou que, no entanto, considerava que o montante alocado a essa rubrica representa cerca de 5% do total dos gastos, o que lhe parecia alto. A seu ver, seria prudente estabelecer critérios que norteiem as decisões em matéria de publicações.
- 3.3.20 O Diretor-Geral concluiu que a forma de apresentar o orçamento por objeto de despesa maior poderia não ser a adequada. Explicou que algumas das preocupações poderiam desaparecer, se o montante destinado à edição de publicações fosse refletido, no orçamento, por área de concentração temática.
- 3.3.21 Após consultas aos presentes, o grupo de trabalho ficou constituído por membros das delegações dos seguintes Estados membros: México, Trinidad e Tobago e Argentina. O Representante Observador dos Estados Unidos declinou o convite para participar desse grupo de trabalho.
- 3.4 *Financiamento do Orçamento-Programa de 2008-2009 e a nova escala de cotas da OEA*
- 3.4.1 O Diretor-Geral explicou a vinculação entre o orçamento e a escala de cotas e comentou a correspondência da escala de cotas do Instituto com a da OEA. Mencionou que era oportuno abordar essa questão porque a OEA decidira rever sua escala, havendo optado por uma escala transitória até a adoção da escala definitiva em meados do próximo ano. Afirmou que, basicamente, o compromisso do IICA resumia-se em estabelecer uma estrutura de pagamentos por parte dos Estados membros que replique a distribuição porcentual usada pela OEA. Solicitou ao Assessor Jurídico do IICA e da OEA, Doutor William Berenson, que explicasse a natureza das modificações. Em seguida, assinalou que era oportuno tratar desse tema, uma vez que será preciso adotar uma decisão com respeito à escala de cotas a ser aplicada na preparação do Orçamento-Programa de 2008-2009.
- 3.4.2 O Assessor Jurídico informou que a OEA decidira mudar a escala de cotas, que, em princípio, estabelecera uma escala provisória, e que, em junho de 2007, seria estabelecida a escala definitiva. Explicou que o que ocorrer na OEA nessa matéria é relevante para o IICA, entre outras razões, pelas seguintes: (i) o IICA é um organismo especializado da OEA, de acordo com o capítulo 18 da Carta da OEA; e (ii) o artigo 23 da Convenção sobre o IICA

estabelece que os Estados membros contribuirão para a manutenção do Instituto mediante cotas anuais fixadas pela JIA, de acordo com o sistema de cálculo de cotas da OEA. Dessa forma, não resta dúvida de que a JIA deverá tomar por base, no Orçamento-Programa de 2008-2009, a nova escala que a OEA venha a adotar em meados do próximo ano. Acrescentou que também era entendido que a mudança não afetaria o ano de 2007, dado que a JIA já aprovara o orçamento desse ano, salvo se esse próprio órgão de governo adotasse outra determinação. Em seguida, comentou os ajustes na escala de cotas da OEA, acordados em janeiro de 2005. Esclareceu que, segundo essa escala provisória, 18 Estados membros pagariam menos e 12 pagariam mais.

- 3.4.3 O Representante do Uruguai lembrou que o CAS apresentara uma proposta para aplicar a nova escala de cotas o mais breve possível. Indicou que deveria aplicar-se uma escala de transição para o orçamento de 2007 e que, ao elaborar-se o orçamento de 2008-2009, possa considerar a escala definitiva de cotas a ser estabelecida pela OEA, assim como a capacidade real de solvência dos países.
- 3.4.4 O Representante do Canadá agradeceu as explicações do Assessor Jurídico e informou que previamente fora feita uma consulta ao Ministério das Relações Exteriores de seu país, pois o pagamento das cotas é da competência desse órgão. Manifestou que a posição da Delegação canadense era esperar pelo estabelecimento da escala de cotas definitiva que aprovará a OEA em junho de 2007.
- 3.4.5 O Representante Observador dos Estados Unidos agradeceu os comentários do Assessor Jurídico e solicitou cópia do acordo e da escala de cotas da OEA. Pediu, ademais, informação quanto ao tempo necessário para preparar o orçamento de 2008-2009, pois, caso necessário, a Administração poderia consultar a CCEAG e o Comitê Executivo.
- 3.4.6 O Representante do Brasil considerou que deveria ser aplicada a nova escala de cotas aprovada pela OEA. Propôs que fosse submetida à JIA, imediatamente, uma proposta para efetuar a alteração na escala de cotas a partir de 2007, o que implicaria utilizar a escala de cotas provisória para o referido exercício. Assinalou que, se fosse necessário, deveria ser convocada uma reunião extraordinária da JIA.
- 3.4.7 A Representante do México comentou que, no caso de seu país, deverá ser feita uma consulta à Secretaria da Fazenda, instância responsável pelo pagamento das cotas. Afirmou que considerava prudente esperar o resultado das discussões no âmbito da OEA, em junho de 2007, antes de pronunciar-se.

- 3.4.8 Os Representantes Observadores do Haiti e dos Estados Unidos apoiaram a proposta do Representante do Canadá.
- 3.4.9 O Representante da Bolívia solicitou maiores informações sobre a resolução da OEA e manifestou seu apoio à moção do Brasil. Além disso, solicitou que fosse distribuída a proposta enviada pelo CAS e que a mesma fosse incluída na agenda da Reunião.
- 3.4.10 O Representante Observador da Argentina expressou que a JIA tem poderes para decidir com base na escala de cotas da OEA. Solicitou que o Assessor Jurídico se pronunciasse a respeito dos alcances do artigo 10 da Convenção sobre o IICA com relação à realização de reuniões extraordinárias.
- 3.4.11 O Representante Observador dos Estados Unidos argumentou que a reunião da OEA ocorrerá em junho, enquanto a reunião da JIA está programada para o mês seguinte, e que isso permitirá à JIA conhecer a nova escala de cotas em sua reunião ordinária programada para julho de 2007. Agradeceu a proposta do CAS, mas assinalou que deveria ser considerada a natureza hemisférica da Instituição.
- 3.4.12 O Representante Observador da Argentina apoiou a proposta do Brasil e sugeriu que a mesma fosse submetida a votação.
- 3.4.13 O Assessor Jurídico informou que os procedimentos para convocar reunião extraordinária da JIA constam do artigo 10 da Convenção e do artigo 20 do Regulamento da JIA. Esclareceu que, “em circunstâncias especiais e por solicitação de um ou mais Estados membros, ou do Comitê Executivo, a Junta poderá realizar reuniões extraordinárias cuja convocação requererá o voto afirmativo de dois terços dos Estados membros do Instituto. Se a Junta não estiver reunida, o Diretor-Geral consultará por correspondência os Estados membros” sobre tal solicitação.
- 3.4.14 O Representante do Brasil esclareceu que sua proposta não implicava necessariamente a convocação de reunião extraordinária e acrescentou que poderia haver a opção de a consulta ser feita por meios eletrônicos.
- 3.4.15 O Representante Observador dos Estados Unidos solicitou informações quanto ao custo aproximado de uma reunião com a presença dos participantes e de uma votação eletrônica.

- 3.4.16 O Secretário Técnico afirmou que o custo de uma convocação para uma reunião extraordinária oscilava entre US\$ 120.000,00 e US\$ 140.000,00, enquanto o custo do voto por correspondência era mínimo.
- 3.4.17 O Diretor-Geral assinalou que, a seu ver, as propostas não eram conflitantes e que, como a reunião da Assembléia Geral da OEA ocorreria no mês anterior ao da realização da JIA, isso possibilitaria conhecer a escala definitiva de cotas da OEA na reunião ordinária da JIA.
- 3.4.18 O Representante Observador da Argentina indagou se a decisão da JIA afetaria o orçamento de 2007, uma vez que a proposta do CAS implica ajustamentos na escala que será aplicada no orçamento de dito exercício.
- 3.4.19 O Assessor Jurídico explicou que, de acordo com a norma em vigor, para adotar uma decisão quanto à votação por correspondência, era necessário o voto afirmativo de dois terços dos Representantes no Comitê Executivo. Acrescentou que, se a decisão implicar modificar a decisão adotada pela JIA em 2005 a respeito da escala de cotas e do Orçamento-Programa de 2007, será necessário o voto afirmativo de dois terços dos 34 Estados membros que compõem o órgão superior de governo do Instituto.
- 3.4.20 O Representante Observador dos Estados Unidos solicitou que fossem formalizadas, por escrito, as propostas apresentadas quanto à aplicação da escala de cotas da OEA. A moção de ordem foi apoiada pelos Representantes do Panamá e do Canadá.
- 3.5 Programa de Agroenergia e Biocombustíveis
- 3.5.1 O Subdiretor-Geral Adjunto, Doutor Mario Seixas, apresentou a proposta de Programa de Agroenergia e Biocombustíveis. Comentou que essa iniciativa estava focalizada nos seguintes aspectos: a agroenergia como alternativa viável para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis no Hemisfério, o potencial técnico da agroenergia e dos biocombustíveis, as novas tecnologias em desenvolvimento, o provável tempo que será necessário esperar até que os biocombustíveis estejam disponíveis em quantidade suficiente que permita sua entrada no mercado em escala comercial e os aspectos ambientais.
- 3.5.2 Acrescentou que o programa fora delineado para apoiar os países no planejamento e desenvolvimento de seu setor agroenergético, para cujo efeito estava previsto o fornecimento de conhecimentos e informações sobre o desenvolvimento das novas tecnologias, bem como das melhores práticas e das oportunidades de negócios na indústria agroenergética. Apresentou duas

propostas de orçamento: a primeira, no valor anual de US\$ 250 mil durante cinco anos e, a segunda, denominada de orçamento ampliado, que prevê uma estrutura hemisférica com especialistas regionais, da ordem de US\$ 975 mil anuais, também durante cinco anos.

- 3.5.3 A Representante Observadora do Chile indagou se havia relação entre o programa apresentado e o programa desenvolvido nesse mesmo tema pela FAO.
- 3.5.4 O Subdiretor-Geral Adjunto explicou que, recentemente, o Diretor-Geral do IICA e o Subdiretor da FAO haviam assinado um acordo de cooperação. Acrescentou que, em tal acordo, o tema da agroenergia aparece como parte da agenda conjunta de trabalho e que, por conseguinte, haverá relação entre ambas as iniciativas.
- 3.5.5 O Representante Observador dos Estados Unidos agradeceu a exposição. Reconheceu a relevância do tema e apoiou sua divulgação. Manifestou interesse em que seu país participe do grupo de trabalho previsto na Resolução IICA/JIA/Res.410(XIII-O/05), que apóia o Programa. Consultou se as despesas previstas para implementação dessa iniciativa constavam do Orçamento-Programa de 2007.
- 3.5.6 O Representante do Canadá agradeceu a exposição e afirmou que se tratava de uma estratégia ambiciosa. Manifestou preocupação a respeito do tratamento de temas como gestão dos recursos naturais, pesquisa e uso de tecnologia, os quais, a seu ver, são cruciais. Comentou que, embora o Programa se baseie no uso da cana-de-açúcar e oleaginosas, deveriam ser previstos outros tipos de biomassa resultantes de resíduos vegetais e animais. Com respeito à educação e à conscientização, comentou que esses temas não deveriam ser da responsabilidade do IICA, mas dos governos nacionais e locais. Destacou a importância de considerar as implicações dessa indústria na disponibilidade de terras para produção de alimentos como um aspecto chave a ser levado em conta no desenvolvimento do setor agropecuário.
- 3.5.7 O Representante do Uruguai e o Representante Observador da Argentina coincidiram quanto à possibilidade de serem contratados peritos nacionais, o que permitiria liberar recursos para facilitar a mobilização de pessoal técnico ou associado em apoio ao programa.
- 3.5.8 Os Representantes da Guatemala e da Costa Rica reiteraram o apoio ao programa apresentado e concordam quanto à sua importância estratégica para a região centro-americana.

- 3.5.9 O Representante do Brasil cumprimentou a equipe técnica responsável pela elaboração da proposta. Comentou que seu país apoiara tanto a FAO como o IICA nas iniciativas que ambas as organizações impulsionam, mencionou alguns aspectos gerais da política brasileira nesse tema e reiterou a disposição para compartilhar a experiência de seu país em agroenergia e biocombustíveis com outros Estados membros interessados nessa matéria.
- 3.5.10 O Subdiretor-Geral Adjunto mencionou que as sugestões em matéria orçamentária serão incorporadas numa versão revista, caso o programa seja acolhido pelo Comitê Executivo. Referiu-se à relevância de considerar os usos alternativos do solo, bem como à importância das contribuições da ciência e da tecnologia nessa etapa do desenvolvimento da agroenergia. Acrescentou que a incorporação de profissionais nacionais e de centros de educação superior estava aberta e assinalou que, conforme fora mencionado em vários comentários, a proposta considera uma ampla gama de fontes de biomassa potencialmente úteis para a geração de energia renovável.
- 3.5.11 O Representante Observador do Equador e o Representante do Paraguai expressaram sua conformidade com a proposta apresentada e ofereceram o apoio técnico e a experiência de seus países no tema.
- 3.5.12 O Representante da Bolívia cumprimentou o Representante do Brasil por sua valiosa contribuição e agradeceu seu oferecimento para compartilhar a experiência brasileira em matéria de agroenergia.
- 3.5.13 O Representante Observador do Haiti expressou que considerava o orçamento modesto, dada a demanda potencial de cooperação técnica que o Instituto poderia enfrentar para implementar o programa.
- 3.5.14 O Diretor-Geral agradeceu o apoio dos Estados membros a essa primeira proposta e enfatizou a importância de que os países se juntem ao grupo de trabalho para preparar a proposta final. Manifestou que o programa será bem-sucedido, se efetivamente se traduzir em benefícios importantes para o meio rural e estiver baseado no necessário equilíbrio entre produção de alimentos e geração de energia. Finalmente, destacou a relevância de recorrer ao uso de fontes alternativas de geração de energia em face do esgotamento das fontes fósseis.
- 3.6 *Décimo Segundo Relatório Anual do Comitê de Exame de Auditoria*
- 3.6.1 O Presidente do Comitê de Exame de Auditoria (CEA), Senhor Carlos Gutiérrez, mencionou que o CEA era formado por representantes dos Estados

Unidos, México e Trinidad e Tobago. Acrescentou que a auditoria externa realizada no Instituto atuara em conformidade com as normas internacionais e manifestou que o IICA não infringira nenhum regulamento interno na gestão financeira e administrativa.

- 3.6.2 Acrescentou que as políticas de austeridade da Administração haviam dado resultados positivos e que a arrecadação das cotas em atraso tivera um efeito significativo. Citou que o saldo da dívida passara, em 2006, de US\$ 16,1 milhões para US\$ 11,9 milhões.
- 3.6.3 Recomendou a aquisição de um novo sistema administrativo informatizado, que permitirá maior segurança à qualidade da informação financeira do Instituto e sua proteção. Com relação à Unidade de Auditoria Interna, o CEA sugeriu que fossem analisadas as suas funções, pois considerava que essa unidade deveria atribuir maior ênfase à análise de processos e funções do que à revisão das realizações em matéria financeiro-contábil.
- 3.7 *Demonstrativos financeiros do IICA em 2005 e relatório dos auditores externos*
- 3.7.1 A Diretora de Finanças, Senhora Karen Kleinheinz, apresentou os demonstrativos financeiros do Instituto referentes a 2005 e o relatório dos auditores externos. Explicou que o regulamento financeiro do IICA estabelece que uma vez ao ano deve ser realizada uma auditoria externa e informou que a firma Deloitte & Touche fora designada para realizar a auditoria correspondente ao biênio 2004-2005. Enfatizou que as auditorias haviam sido realizadas de acordo com as normas internacionais. Comentou que, segundo os auditores, os aspectos importantes, a situação financeira do IICA em 31 de dezembro de 2004 e de 2005, bem como as mudanças nos ativos líquidos e seus fluxos de caixa referentes a ambos os exercícios, atendiam às normas de contabilidade de aceitação geral.
- 3.7.2 Também fez menção às gestões para a recuperação das cotas em atraso e às despesas por capítulo, assinalando que o Capítulo I (Serviços Diretos de Cooperação Técnica) constitui a principal rubrica, havendo ilustrado sua exposição com um gráfico sobre a execução orçamentária por fonte de recurso. Em seguida, referiu-se ao orçamento extraordinário aprovado pela JIA em 2003 para o tema da modernização institucional (IICA/JIA/Res.391(XII-O/03)). Comentou que o montante aprovado fora investido no sistema de informação financeira, licitado com o apoio e assessoramento da Price Waterhouse Cooper, havendo sido selecionada a SAP/Nasoft para sua implementação.

- 3.8 *Aprovação de projetos de resolução: “Programa Hemisférico de Biotecnologia e Biossegurança”; “Demonstrativos Financeiros do IICA em 2005 e Relatório dos Auditores Externos” e “Relatório Anual do Comitê de Exame de Auditoria (CEA)”*
- 3.8.1 O Relator procedeu à leitura dos projetos de resolução acima indicados, que foram aprovados sem modificações.
- 3.9 *Proposta de emendas ao Regulamento do Pessoal*
- 3.9.1 A Diretora de Recursos Humanos, Senhora Linda Landry, apresentou a proposta de emendas ao Regulamento do Pessoal, cujo objetivo era dar continuidade à modernização do quadro de gestão dos recursos humanos do IICA. Assinalou que as mudanças propostas basicamente dizem respeito ao processo de declaração de bens do Pessoal Profissional Internacional em cargos de confiança (artigo 3.5.8) e à concessão de licenças especiais aos funcionários para capacitação (artigo 6.5).
- 3.9.2 O Representante Observador da Argentina consultou se o benefício da licença era extensivo a todo o pessoal do Instituto. Assinalou que considerava que a ajuda de custo de 50% poderia limitar os pedidos desse benefício e sugeriu que, em vez de ser estabelecido o teto de 50% de ajuda de custo, o valor desse subsídio ficasse a critério do Diretor-Geral, que adotaria as decisões pertinentes, segundo o grau de interesse da Instituição pela capacitação.
- 3.9.3 Finalmente, a Diretora de Recursos Humanos assinalou que, com respeito ao tempo de permanência do funcionário no Instituto depois da capacitação, o IICA deveria reservar-se o direito de reincorporá-lo em tarefas compatíveis com a capacitação realizada. Esclareceu que a proposta de concessão de licenças destinava-se a todo o pessoal do Instituto. Agradeceu o Representante Observador da Argentina por suas sugestões e manifestou que elas seriam consideradas na proposta final do programa.
- 3.10 *Proposta de emendas ao Regulamento do Pessoal e ao Regulamento da Direção-Geral*
- 3.10.1 O Secretário Técnico fez referência às modificações propostas às normas sobre a preparação das atas das sessões plenárias e do relatório final das reuniões do Comitê Executivo e da JIA. Comentou que os ajustes que estavam sendo propostos refletiam os procedimentos empregados até o presente e correspondiam aos avanços no uso das novas tecnologias da informação e

comunicação. Acrescentou que esses melhoramentos haviam resultado em maior eficiência e menor custo das reuniões.

- 3.10.2 O Representante Observador dos Estados Unidos agradeceu os esforços envidados pela Administração por manter atualizados os mecanismos de informação e sugeriu que esta seja mantida nos idiomas oficiais a fim de facilitar a comunicação, a análise e a discussão dos documentos.
- 3.11 Proposta do período de vigência da presidência da JIA
- 3.11.1 O Representante Observador do Equador, na qualidade de Presidente da JIA, fez menção à proposta de emenda aos artigos 32 e 33 do Regulamento da JIA quanto ao procedimento para a eleição do Presidente. Manifestou que a proposta consistia em assegurar que o Presidente da JIA seja o Ministro da Agricultura do país sede da subsequente reunião ordinária. Explicou que, dessa forma, fica assegurado que o Presidente acompanhará a Direção-Geral em todo o processo preparatório e de organização da reunião. Acrescentou que, assim, seria possível contar com um interlocutor do mais alto nível que facilite a preparação da reunião. Solicitou ao Assessor Jurídico que informasse da possibilidade de o Comitê Executivo introduzir tais modificações ao Regulamento da JIA.
- 3.11.2 O Assessor Jurídico esclareceu que o Comitê Executivo não tem poderes para aprovar modificações ao Regulamento da JIA e recomendou que esse tema fosse submetido à JIA em sua próxima reunião ordinária.
- 3.11.3 O Representante Observador da Guatemala agradeceu a proposta apresentada pelo Representante do Equador, a qual visa a facilitar o processo de organização da reunião ordinária da JIA.
- 3.11.4 O Representante Observador do Haiti assinalou que considerava pertinente conhecer os inconvenientes que depararam as autoridades do Equador na preparação da reunião da JIA e da Reunião Ministerial por não haverem exercido a presidência no período de preparação de ambas as reuniões.
- 3.11.5 O Representante Observador do Equador afirmou não terem havido inconvenientes na organização das reuniões. Não obstante, considerava que, se houvesse ocupado a presidência no período prévio à realização da reunião, isso teria facilitado apoios logísticos e financeiros.
- 3.11.6 O Representante Observador dos Estados Unidos indagou se estariam sendo modificados os artigos 32 e 33 ao mesmo tempo. Manifestou que lhe parecia

clara a necessidade da devida liderança para organizar a reunião da JIA. No entanto, indicou que sua Delegação precisava de maiores esclarecimentos quanto à modificação proposta. Citou, em particular, que a redação do artigo 33 não estava clara.

- 3.11.7 O Diretor-Geral informou que considerava a moção apresentada relevante para a organização das reuniões da JIA, mas que, como o Comitê Executivo não tinha capacidade para aprová-la, recomendava que a proposta fosse retomada oportunamente.
- 3.11.8 O Representante do Canadá acrescentou que deveriam ser analisadas as implicações legais, bem como suas conseqüências com respeito às faculdades do Presidente.
- 3.11.9 O Diretor-Geral sugeriu que esse tema fosse considerado na agenda das reuniões da CCEAG e do Comitê Executivo, que estariam sendo realizadas previamente à Décima Quarta Reunião Ordinária da JIA, em 2007.
- 3.12 Encerramento
- 3.12.1 A Terceira Sessão Plenária foi levantada às 13h00.

QUARTA SESSÃO PLENÁRIA

4.1 Abertura

- 4.1.1 A Quarta Sessão Plenária teve início às 15h58 da quinta-feira, 28 de setembro, sob a presidência do Senhor Román Solera, Representante da Costa Rica.

4.2 Fortalecimento das relações IICA-CATIE

- 4.2.1 O Diretor-Geral informou que o Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE), com sede em Turrialba, Costa Rica, fora estabelecido em virtude de acordo assinado entre o IICA e o Governo da Costa Rica. Acrescentou que uma das condições do acordo era que o IICA e o CATIE trabalhassem juntos. Manifestou que, embora tenham sido empreendidas ações conjuntas, a consolidação e o avanço desses esforços dependiam das pessoas, uma vez que não existe um elemento estrutural que facilite o trabalho conjunto. Reconheceu que fora possível obter algum progresso e, inclusive, havia sido incluída no Plano de Médio Prazo do IICA 2006-2010 uma seção sobre a cooperação IICA-CATIE. Mencionou que, na prática, há sobreposições entre ambas as instituições, mas não existem mecanismos formais para assegurar o aproveitamento das complementaridades e sinergias presentes. Indicou que o IICA, segundo o acordo acima referido, transfere para o CATIE um milhão de dólares por ano, o que justifica que deva haver uma relação mais estreita entre os aspectos técnicos e os administrativos do que a existente atualmente, de tal forma que seja possível o uso estratégico dos recursos de ambas as instituições em prol dos Estados membros. Acrescentou que o IICA proporciona ao CATIE uma série de serviços administrativos e, inclusive, lhe dá cobertura sob sua pessoa jurídica para as operações do CATIE fora da Costa Rica. Finalmente, comentou que nem todos os Estados membros do IICA são membros do CATIE.
- 4.2.2 Assinalou que, dada essa situação, a Administração do Instituto considerava propício o momento para propor o fortalecimento das relações entre o IICA e o CATIE, estabelecendo um mecanismo operacional que assegure a continuidade e o fortalecimento desse vínculo no interesse dos Estados membros. Informou que a opção proposta pelo IICA consistia em conceder ao próximo Diretor-Geral do CATIE um cargo no Gabinete do IICA, na qualidade de Subdiretor-Geral Adjunto, a fim de que possa participar nos

processos de tomada de decisão e no desenvolvimento de mecanismos que assegurem a ação conjunta. Acrescentou que essa seria uma forma de garantir a gestão transparente dos recursos e permitiria ao Diretor-Geral do CATIE responder diretamente à JIA.

- 4.2.3 Os Representantes do Panamá e do Canadá, bem como o Representante Observador dos Estados Unidos, manifestaram interesse em dispor de maiores informações para contar com outros elementos de juízo e conhecer a opinião do CATIE e de seus países membros antes de analisar a proposta.
- 4.2.4 O Diretor-Geral informou que, embora já houvesse entabulado consultas ao CATIE, com resultados positivos, não era intenção do IICA basear-se apenas nelas. Esclareceu que apresentava este assunto ao Comitê Executivo a fim de obter o seu aval e levá-lo a um estudo e análise mais profundos. Acrescentou que seria apresentada uma proposta ao Comitê Executivo em sua próxima reunião, quando seriam tomadas as posições dos Estados membros e discutidas as vantagens e desvantagens da proposta.
- 4.2.5 O Representante Observador da Guatemala destacou que a cooperação entre o IICA e o CATIE era positiva para o desenvolvimento agrícola e rural da região e que considerava que os vínculos poderiam ser fortalecidos sem necessidade de criarem-se novas estruturas. O Representante Observador do Haiti comentou que uma boa relação entre o IICA e o CATIE ajudaria nas relações de seu país com esse Centro, do qual não é membro.
- 4.2.6 O Representante do Panamá e os Representantes Observadores da Guatemala e do Haiti manifestaram reservas sobre a conveniência de criar uma nova estrutura, que poderia ter conseqüências negativas no orçamento e na agilidade operacional do Instituto. O Representante Observador do Haiti comentou que, se o CATIE fora criado pelo próprio IICA com autonomia administrativa e um Diretor-Geral, a proposta de designar-lhe um cargo no IICA poderia gerar uma espécie de subordinação, opinião compartilhada pelo Representante do Canadá. Acrescentou que só se a contribuição do IICA fosse majoritária no orçamento do CATIE se justificaria uma relação como a sugerida, em vista do que recomendava uma análise profunda das vantagens e desvantagens da proposta. O Representante do Panamá comentou que o financiamento proveniente do IICA não era determinante para a ação do CATIE.
- 4.2.7 O Representante do Uruguai comentou que nos países também ocorrem problemas similares de relacionamento entre as instituições públicas. Indicou que a descentralização era saudável e que, se a idéia central era potencializar a capacidade de ambas as organizações, seria conveniente a Direção-Geral

analisar outras opções para fortalecer essa relação. Assinalou que deveriam ser consideradas outras formas de relacionamento, tais como o intercâmbio de profissionais ou o estabelecimento de conselhos consultivos que seriam incumbidos de analisar os temas estratégicos com base na revisão conjunta dos planos estratégicos e dos planos anuais, a fim de identificar as complementaridades e propor decisões para potencializar capacidades e fortalecer a ação conjunta.

- 4.2.8 O Diretor-Geral informou que a proposta seria aperfeiçoada, tendo em vista novos esquemas de relacionamento e levando em conta as valiosas contribuições dos Representantes dos Estados membros, cujos comentários agradecia.
- 4.3 Sistema para determinação e revisão da remuneração do Diretor-Geral
- 4.3.1 O Comitê Executivo, em sessão privada, analisou o “Sistema para determinação e revisão da remuneração do Diretor-Geral”, em cumprimento ao disposto pela JIA em sua Décima Terceira Reunião Ordinária, em Guaiaquil, e preparou um projeto de resolução, no qual é definido o procedimento para cumprir esse mandato do órgão superior de governo do IICA. O projeto de resolução será submetido posteriormente à consideração do plenário.
- 4.4 Projetos de resolução: “Emendas ao Regulamento do Pessoal em Matéria de Declaração de Bens e Licenças para Capacitação” e “Emendas aos Artigos 73, 96 e 97 do Regulamento do Comitê Executivo e aos Artigos 65, 87 e 88 do Regulamento da Junta Interamericana de Agricultura”
- 4.4.1 O Relator procedeu à leitura desses projetos de resolução, que foram aprovados sem modificações.
- 4.5 Conclusões gerais da Comissão Especial de Avaliação da Capacidade Técnica do IICA
- 4.5.1 O Diretor de Liderança Técnica e Gestão do Conhecimento, Senhor James French, apresentou os acordos alcançados pela Comissão Especial estabelecida pelo Comitê Executivo, constituída por Argentina, Brasil, Canadá, Estados Unidos e México a fim de elaborar uma proposta de termos de referência para a avaliação da capacidade técnica do IICA. Informou que o documento dos termos de referência elaborado pelo Representante do México seria a base para essa avaliação. Comentou que a análise incluirá a determinação das capacidades para responder às demandas dos Estados membros especificadas

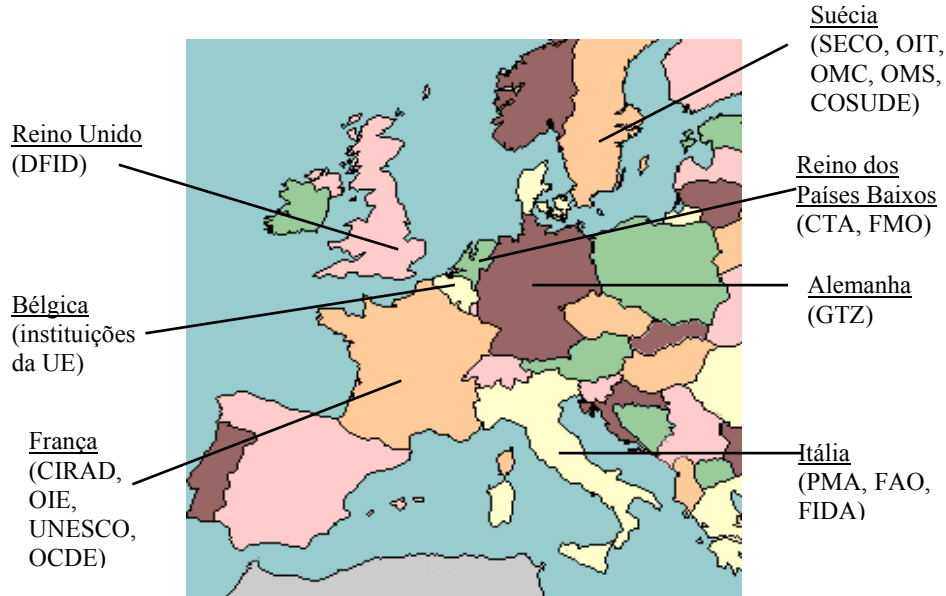
no PMP e nas agendas nacionais e regionais, a identificação dos pontos fortes e das debilidades em matéria de capacidades técnicas por região e área técnica e a indicação das demandas insatisfeitas, bem como as áreas em que existe capacidade técnica, mas não há demanda. Acrescentou que também serão incluídas na análise as capacidades do Instituto para atrair e manter pessoal técnico de alto nível. Indicou que o processo recomendado pela Comissão Especial incluía o seguinte: (i) a constituição de um comitê norteador, integrado por cinco membros, um de cada região; (ii) a realização de uma avaliação interna inicial por parte do IICA, processo que durará cerca de 60 dias e consistirá de uma análise interna das funções do pessoal, sua qualidade técnica, as áreas que vêm sendo atendidas apropriadamente e as deficitárias; (iii) a revisão e análise da avaliação interna por parte do comitê norteador; (iv) a seleção de uma equipe de avaliação externa, constituída por três ou mais peritos proporcionados pelos países com as qualificações técnicas requeridas; e (v) a realização e apresentação da avaliação externa antes de março de 2007. Assinalou que o IICA desempenharia a função de Secretaria Técnica, proporcionaria a informação necessária para realizar o estudo e prestaria o apoio requerido para as reuniões do comitê norteador. Finalmente, informou que o grupo de trabalho havia preparado um projeto de resolução que será submetido posteriormente à consideração dos membros do Comitê Executivo durante esta Reunião.

- 4.5.2 O Representante Observador dos Estados Unidos agradeceu a Comissão Especial e o pessoal do IICA pelo esforço envidado por dotar de bases sólidas a avaliação proposta por seu Governo.
- 4.5.3 O Diretor-Geral também agradeceu a Comissão Especial e comentou que a capacidade técnica do Instituto não dependia apenas do bom nível de seus profissionais, mas, também, da disponibilidade adequada de recursos operacionais e de apoio logístico pertinente. Sugeriu que esses elementos fossem incluídos nos termos de referência da análise.
- 4.5.4 Tendo em vista uma observação do Representante da Bolívia quanto à conveniência de participarem peritos dos países de menor desenvolvimento relativo, o Diretor de Liderança Técnica e Gestão do Conhecimento esclareceu que a seleção desses peritos é atribuição do comitê norteador, cujo propósito é assegurar um processo aberto que garanta a representação de todas as regiões.
- 4.6 *A dimensão institucional: o futuro do Escritório do IICA na Espanha*
- 4.6.1 O Subdiretor-Geral Adjunto e Diretor de Relações com Parceiros Estratégicos, Senhor Christopher Hansen, fez uma exposição sobre o papel do Escritório do

IICA na Espanha e sua importância com respeito à relação do Instituto com parceiros estratégicos localizados na Europa. Destacou que esse Escritório facilitará aos Estados membros o acesso a informação, mercados, tecnologias e recursos de investimento de países de fora do Hemisfério. Apresentou dados sobre o custo operacional desse Escritório nos últimos quatro anos, compartilhado com o Governo espanhol, e referiu-se aos benefícios obtidos nesse período. Assinalou a importância para o IICA dos parceiros estratégicos com sede na Europa e apresentou uma visão geral das responsabilidades da Direção de Parceiros Estratégicos. Indicou que, por sua importância, se justificava contar com um escritório fora do Hemisfério. Também ressaltou que era relevante identificar desafios e oportunidades com base nas tendências globais em matéria de informação, integração, comunicação e aumento do comércio, num cenário em que os países das Américas vêm-se integrando cada vez mais à “aldeia global” e que os novos temas terão impacto na agricultura e vida rural das Américas.

- 4.6.2 O Senhor Christopher Hansen referiu-se inicialmente, em sua intervenção, às funções da Direção de Relações com Parceiros Estratégicos, estabelecida em Washington, D.C., unidade da qual depende o Escritório do IICA na Espanha. Em seguida, discorreu sobre o papel desempenhado pelo referido Escritório e explicou seus custos operacionais. Também mencionou os parceiros estratégicos do IICA, cujas sedes principais se encontram na Europa, quais sejam: CIRAD (Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento); COSUDE (Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação); o DFID (Ministério Britânico para o Desenvolvimento Internacional); CTA - Centro Técnico de Cooperação Agrícola e Rural FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação); FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola); FMO - Companhia de Financiamento do Desenvolvimento dos Países Baixos GTZ (Cooperação Técnica Alemã); OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico); OIE (Organização Mundial de Saúde Animal); OIT (Organização Internacional do Trabalho); OMC (Organização Mundial do Comércio); OMS (Organização Mundial da Saúde); PMA (Programa Mundial de Alimentos); SECO (Secretaria de Estado para Assuntos Econômicos); UE (União Européia); e UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

Localização dos parceiros estratégicos do IICA na Europa



- 4.6.3 Em seguida, foram apresentados possíveis cenários futuros do Escritório do IICA na Espanha e as implicações em termos de custos de funcionamento com relação a cada opção. Esses três cenários são: (1) fechar o Escritório; (2) mantê-lo em sua atual dimensão e com as mesmas funções; e (3) fortalecer o Escritório, potencializando suas capacidades e focalizando sua ação no incentivo às relações com os parceiros estratégicos do IICA na Europa.
- 4.6.4 Lembrou que, durante a última reunião ordinária da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (julho de 2006), alguns membros desse grupo assessor manifestaram preocupação quanto aos custos que demanda o funcionamento desse Escritório, às funções que poderia desempenhar e a seus benefícios potenciais. Indicou que os membros da CCEAG da Argentina, Bolívia, Brasil, Jamaica e República Dominicana haviam proposto, naquela ocasião, que o Escritório na Espanha fosse dotado dos recursos necessários para assegurar o cumprimento de seus objetivos e que fossem apresentados agradecimentos ao Governo espanhol pelo apoio emprestado para o seu funcionamento.

- 4.6.5 Com base nas três opções sobre o futuro papel do Escritório do IICA na Espanha, o Diretor-Geral solicitou aos Representantes suas recomendações a fim de que a Administração atue com base nas mesmas.
- 4.6.6 O Representante Observador dos Estados Unidos e o Representante do Canadá manifestaram preocupação pela situação financeira do IICA e pelo impacto que teria no orçamento do Instituto aumentar gastos para fortalecer o Escritório na Espanha. Indicaram que os benefícios apontados não eram claros e que a informação prestada não permitia analisar a relação custo-benefício de cada uma das alternativas propostas.
- 4.6.7 Os Representantes da Bolívia, Jamaica, Costa Rica e Paraguai, bem como os Representantes Observadores do Equador, Argentina e Guatemala, expressaram seu apoio ao fortalecimento do Escritório do IICA na Espanha, destacando, entre as razões que o fundamentam, as seguintes: (i) a possibilidade de ter acesso a recursos técnicos e financeiros europeus para a agricultura ecológica ou sustentável; (ii) a conveniência de contar com uma representação dos Estados membros na Europa para apoiar os esforços dos países no posicionamento de produtos limpos nos mercados europeus; (iii) a importância da Europa como parceiro comercial dos países da América Latina e do Caribe; e (iv) o baixo custo que representa o fortalecimento do Escritório do IICA para poder cumprir adequadamente as responsabilidades que lhe sejam atribuídas.
- 4.6.8 O Representante Observador da Argentina mencionou que havia recursos no IICA para financiar o fortalecimento do Escritório, inclusive saldos do exercício 2005. Informou que a Agência de Cooperação Espanhola anunciara sua disposição de investir US\$ 5 bilhões no desenvolvimento da América Latina e do Caribe a fim de equiparar sua contribuição com as que presta a outros continentes.
- 4.6.9 Os Representantes da Bolívia, Canadá, Jamaica e México e o Representante Observador dos Estados Unidos manifestaram que gostariam de dispor de mais dados sobre os benefícios potenciais que resultariam do fortalecimento desse Escritório e de um estudo mais preciso da relação custo-benefício. O Representante do Paraguai sugeriu que, após fortalecer o Escritório, fosse fixado um prazo para dar seguimento e avaliar com maior precisão a relação custo-benefício.
- 4.6.10 O Representante do Canadá assinalou que, dado o apoio que percebia haver quanto a essa iniciativa, solicitava a oportunidade de que todos se manifestassem a esse respeito por meio do voto.

- 4.6.11 O Subdiretor-Geral Adjunto e Diretor de Relações com Parceiros Estratégicos, Senhor Christopher Hansen, comentou as dificuldades que implicava a falta de metodologias adequadas para avaliar os benefícios potenciais do Escritório, mas que aceitava continuar o esforço por incluir maiores informações a fim de fundamentar as opções propostas.
- 4.7 *Quarta Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural no Contexto do Processo de Cúpulas das Américas e Décima Quarta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura*
- 4.7.1 O Diretor do Escritório de Seguimento do Processo de Cúpulas das Américas, Doutor Lizardo de las Casas, referiu-se à importância de posicionar a agricultura no Processo de Cúpulas das Américas. Assinalou que o novo quadro político do agro estabelece que o melhoramento da agricultura e da vida rural é essencial para a redução da pobreza e o desenvolvimento integral. Assinalou que a agricultura desempenha um papel de importância como setor estratégico do sistema socioeconômico, fundamental para a geração de prosperidade e como meio de vida de milhões de famílias rurais. Comentou que as bases para forjar uma nova institucionalidade da agricultura residiam no seguinte: (i) promoção de uma política de Estado para a agricultura e a vida rural; (ii) ajustamento das estratégias regionais ao contexto hemisférico; e (iii) desenvolvimento de sistemas de informação para seguimento e avaliação. Finalmente, indicou que o trabalho conjunto dos Estados membros nos esforços por alcançar a prosperidade das comunidades rurais das Américas era fundamental para construir, já, a agricultura e a vida rural esperada para 2015.
- 4.7.2 O Vice-Ministro da Agricultura da Guatemala reiterou o compromisso de seu país com o Processo Ministerial 2006-2007 e fez uma introdução sobre o relatório a respeito dos preparativos da Quarta Reunião Ministerial no Contexto do Processo de Cúpulas das Américas e da Décima Quarta Reunião Ordinária da JIA, cujo lema é “Trabalhando juntos pelo agro das Américas”. Em seguida, solicitou à Senhora Ana Isabel Osorio, Assessora do Gabinete do Ministério da Agricultura, Pecuária e Alimentação da Guatemala, que apresentasse o mencionado relatório.
- 4.7.3 A Senhora Osorio informou que os resultados esperados da Quarta Reunião Ministerial eram os seguintes: (i) maior e mais ampla compreensão a respeito dos temas estratégicos da agricultura e do meio rural com vistas a orientar a adoção de novas decisões na implementação do Plano AGRO 2003-2015; (ii) adoção da Agenda Ministerial Hemisférica para o biênio 2008-2009; (iii) compromisso dos Estados membros com a conclusão do desenvolvimento do Sistema de Informação para Seguimento e Avaliação do Plano AGRO 2003-

2015 e suas estratégias regionais; e (iv) fortalecimento da cooperação internacional em apoio à implementação do Plano AGRO 2003-2015.

4.7.4 O Diretor-Geral agradeceu o Governo da Guatemala e, de modo especial, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Alimentação pelo apoio que vinha emprestando e destacou o progresso alcançado até esta data na organização da Quarta Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural no Contexto do Processo de Cúpula das Américas e da Décima Quarta Reunião Ordinária da JIA, que serão realizadas na Cidade de Antígua, Guatemala, na última semana de julho de 2007.

4.8 Relatório do Grupo de Trabalho de Análise do Orçamento-Programa de 2007

4.8.1 A Representante de Trinidad e Tobago apresentou o relatório do grupo de trabalho estabelecido para analisar as cifras do Orçamento-Programa de 2007. Informou que o grupo recomendava que o Comitê Executivo aprovasse a proposta de Orçamento-Programa de 2007, incumbindo o Diretor-Geral de, no mês de janeiro de 2007, proporcionar aos Estados membros um anexo com informação complementar referente a objetivos, resultados e indicadores. Assinalou que outra recomendação do grupo fora no sentido de que os quadros que contenham informação sobre objetos de despesa, tal como o referente a publicações, sejam complementados, onde for necessário, com textos explicativos sobre o conteúdo das diferentes rubricas. Finalmente, o grupo recomendou que essa informação adicional seja incorporada nas futuras propostas de Orçamento-Programa.

4.8.2 O Diretor-Geral agradeceu o grupo de trabalho por seu relatório e suas recomendações e indicou que se comprometia a cumprir as recomendações formuladas, quando da aprovação da proposta de Orçamento-Programa de 2007.

4.9 Projeto de resolução “Programa Hemisférico de Agroenergia e Biocombustíveis”

4.9.1 O Relator procedeu à leitura do projeto de resolução “Programa Hemisférico de Agroenergia e Biocombustíveis”

4.9.2 O Representante Observador dos Estados Unidos solicitou que fosse dito, no segundo parágrafo, que seja estabelecida uma equipe de trabalho e que, no parágrafo terceiro, depois de “implementar”, fosse acrescentado “de acordo com as recomendações do grupo de trabalho e dos Estados membros”. Finalmente, solicitou que fosse eliminado o terceiro parágrafo.

4.9.3 O projeto de resolução “Programa Hemisférico de Agroenergia e Biocombustíveis” foi aprovado com as modificações indicadas.

4.10 Projeto de resolução “Plano de Médio Prazo do IICA 2006-2010”

4.10.1 O Relator procedeu à leitura do projeto de resolução “Plano de Médio Prazo do IICA 2006-2010”.

4.10.2 O Representante Observador dos Estados Unidos solicitou esclarecimentos sobre o texto do segundo parágrafo, onde é mencionado o conceito de “terceiros países”, e sobre a referência a “fundos especiais”.

4.10.3 O Secretário Técnico esclareceu que “terceiros países” são os que não pertencem à categoria de Observadores Permanentes do IICA, mas que têm algum vínculo de cooperação com o Instituto por força de algum convênio, programa ou projeto. Acrescentou que, com base no Regulamento da Direção-Geral do IICA, podem ser estabelecidos fundos especiais destinados especificamente ao financiamento de ações de interesse dos Estados membros e aprovados pelo Comitê Executivo¹.

4.10.4 O projeto de resolução “Plano de Médio Prazo do IICA 2006-2010” foi aprovado.

4.11 Projeto de resolução “Análise das capacidades técnicas do IICA”

4.11.1 O Relator procedeu à leitura do projeto de resolução “Análise das capacidades técnicas do IICA”.

4.11.2 O Representante Observador dos Estados Unidos solicitou que fosse indicado, no primeiro parágrafo resolutivo, que o Diretor-Geral deverá “apoiar e coordenar”, cabendo, portanto eliminar a palavra “supervisionar”, uma vez que a análise a ser realizada é uma atividade externa. Também solicitou que no Anexo B, ao final da primeira linha, onde são mencionados os termos de referência preparados pelo México, fosse acrescentada a frase “servirão de base para esta avaliação”.

4.11.3 O Diretor-Geral sugeriu que a análise em referência seja apresentada ao Comitê Executivo em sua próxima reunião. O Representante Observador da Argentina sugeriu manter no texto que o relatório seja apresentado aos Estados

¹ Artigo 88, alínea b, Capítulo V, que se refere aos recursos financeiros do IICA.

membros e considerado pelo Comitê Executivo em sua próxima reunião ordinária.

- 4.11.4 O projeto de resolução “Análise das Capacidades Técnicas do IICA” foi aprovado com as modificações indicadas.
- 4.12 Projeto de resolução “Dotação dos Recursos do Orçamento-Programa de 2007”
- 4.12.1 O Relator deu leitura ao projeto de resolução “Dotação dos Recursos do Orçamento-Programa de 2007”.
- 4.12.2 O Representante Observador dos Estados Unidos solicitou ao Assessor Jurídico que esclarecesse se os regulamentos do Instituto estabelecem que o Diretor-Geral tem poderes para realizar transferências entre capítulos que não excedam a 10%. Também solicitou que no quarto parágrafo resolutivo fique estabelecido que a informação complementar será enviada aos Estados membros em janeiro de 2007 e que conste a forma de envio de tal informação.
- 4.12.3 O Assessor Jurídico explicou que o texto do segundo parágrafo a que fazia referência o Representante Observador dos Estados Unidos sempre fora incluído nas resoluções de aprovação do Orçamento-Programa e que, no seu entender, tratava-se de uma prática saudável para o Instituto.
- 4.12.4 O Secretário Técnico assinalou que a informação complementar referida na resolução será enviada aos Estados membros por via eletrônica em janeiro de 2007.
- 4.12.5 O projeto de resolução “Dotação dos Recursos do Orçamento-Programa de 2007” foi aprovado com as modificações indicadas.
- 4.13 Projetos de resolução “Data e Sede da Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Comitê Executivo” e “Sistema para Determinação e Revisão da Remuneração do Diretor-Geral”
- 4.13.1 O Relator procedeu à leitura desses projetos de resolução, que foram aprovados sem modificações.
- 4.14 Projeto de resolução “Escritório do IICA na Espanha”
- 4.14.1 O Relator deu leitura ao projeto de resolução “Escritório do IICA na Espanha”.

- 4.14.2 O projeto de resolução foi amplamente discutido no plenário, mas, como não havia consenso, o Representante do Canadá sugeriu que fosse submetido a votação.
- 4.14.3 A resolução foi aprovada com oito votos a favor.
- 4.15 Proposta de projeto de resolução “Escala de Cotas do Ano 2007”
- 4.15.1 O Representante do Brasil entregou uma proposta de projeto de resolução no sentido de que o Comitê Executivo, com base no artigo 85 do Regulamento da JIA e no artigo 86 do Regulamento do Comitê Executivo, acordava submeter a proposta de resolução sobre a escala de cotas à aprovação da JIA, utilizando o mecanismo do voto por correspondência. O Relator procedeu à leitura dessa proposta.
- 4.15.2 O Presidente solicitou ao Assessor Jurídico que esclarecesse o procedimento de votação. O Assessor Jurídico informou que, para que a resolução fosse aprovada, era necessário o voto favorável de dois terços dos membros do Comitê Executivo. Em seguida, o Presidente submeteu a proposta a votação.
- 4.15.3 A resolução não foi aprovada. O resultado da votação foi quatro votos a favor, quatro contra e quatro abstenções.
- 4.15.4 O Representante do Brasil expressou sua conformidade pela forma democrática em que fora travada a discussão.
- 4.16 Encerramento
- 4.16.1 A Quarta Sessão Plenária foi levantada às 22h25.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

5.1 Abertura

5.1.1 A Sessão de Encerramento foi iniciada às 22h25 do dia 28 de setembro de 2006, sob a presidência do Senhor Román Solera, Representante da Costa Rica.

5.2 Discurso do Diretor-Geral

5.2.1 O Diretor-Geral do IICA, Doutor Chelston W. D. Brathwaite, fez uma resenha dos temas da agenda da Reunião e concluiu que a mesma havia sido muito bem-sucedida, não apenas por ter sido cumprido um extenso programa de trabalho, mas, também, pelas importantes contribuições proporcionadas pelos Estados membros em temas essenciais para a ação e o futuro do Instituto.

5.2.2 Mencionou como resultados importantes da Reunião a aprovação do Plano de Médio Prazo 2006-2010, do Orçamento-Programa de 2007 e do Programa Hemisférico de Biotecnologia e Biossegurança, bem como os avanços alcançados com vistas ao estabelecimento de uma plataforma hemisférica para o Programa Hemisférico de Agroenergia e Biocombustíveis.

5.2.3 Ressaltou que o Plano de Médio Prazo 2006-2010 marcava o início do processo que fará desta Instituição uma organização mais voltada para a promoção do desenvolvimento e que ela saía fortalecida pela ativa participação dos Representantes dos Estados membros. Reconheceu o compromisso dos países para construir juntos um setor agrícola moderno, apto para enfrentar os desafios com que deparam as Américas no início deste sétimo ano do atual milênio.

5.2.4 O Diretor-Geral assinalou que a cooperação entre países é crítica para solucionar os problemas que têm dimensão multinacional, tais como as doenças transfronteiriças, a migração, a pobreza e o comércio, entre outros. Destacou que o IICA tem a oportunidade e os instrumentos para potencializar a cooperação hemisférica e multilateral e, desse modo, equacionar esses problemas. Acrescentou que considerava que os fundadores do Instituto, se vissem os progressos alcançados, estariam muito satisfeitos, pois esta

Instituição, fundada em 1942, convertera-se, 64 anos depois, no pilar da prestação de cooperação para a agricultura e a vida rural no Hemisfério.

- 5.2.5 Mencionou que os Ministros da Agricultura das Américas estarão de novo reunidos na Guatemala, em 2007, para renovar o compromisso com a cooperação hemisférica, que é vital para fortalecer as comunidades das Américas. Agradeceu o apoio do Governo guatemalteco na organização da Quarta Reunião Ministerial no Contexto do Processo de Cúpulas das Américas e da Décima Quarta Reunião Ordinária da JIA. Afirmou sua certeza de que, com o apoio da Guatemala e dos demais Estados membros, a reunião será bem-sucedida e permitirá a continuidade dos esforços destinados a consolidar o IICA como a principal plataforma na prestação de cooperação hemisférica para que seja alcançado o desenvolvimento agrícola e rural.

5.3 Agradecimentos

- 5.3.1 O Diretor-Geral ressaltou que, graças à atuação, ao talento e à paciência do Presidente e do Relator, fora possível cumprir os objetivos previstos e concluir a extensa agenda da Reunião. Agradeceu a participação, as contribuições e o contínuo interesse dos Representantes dos Estados membros pelo Instituto, bem como o intenso trabalho por eles desenvolvido. Em seguida, fez menção à atuação do Senhor Fernando del Risco, Secretário Técnico da Reunião; do Doutor William Berenson, Assessor Jurídico da OEA e do IICA; e da Senhora Leda Ávila e sua equipe da Unidade de Eventos Oficiais. Agradeceu também aos recepcionistas, aos tradutores, aos redatores de atas e a todo o pessoal da Sede Central do Instituto que participou da Reunião.
- 5.3.2 Finalmente, estendeu os seus cumprimentos à Senhora Philipa Forde, Representante de Trinidad e Tobago, e à Senhora Linda Landry, Diretora de Gestão de Recursos Humanos do IICA, que, neste dia, aniversariavam.

5.4 Discurso do Presidente do Comitê Executivo

- 5.4.1 O Presidente do Comitê Executivo agradeceu o apoio das delegações e destacou os resultados obtidos na Reunião. Agradeceu o Diretor-Geral e os funcionários do IICA pelo apoio emprestado à presidência. Reiterou sua satisfação pelo cumprimento da agenda, apesar das longas horas de trabalho. Finalmente, declarou encerrada a Vigésima Sexta Reunião Ordinária do Comitê Executivo.

5.5 *Encerramento e assinatura do relatório final da Reunião*

- 5.5.1 O Senhor Román Solera, na qualidade de Presidente da Reunião, e o Doutor Chelston W. D. Brathwaite, Diretor-Geral do Instituto, assinaram o relatório da Reunião.
- 5.5.2 A Vigésima Sexta Reunião Ordinária do Comitê Executivo foi encerrada às 22h40 do dia 28 de setembro de 2006.

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÕES

<i>Número</i>	<i>Título</i>	<i>Página</i>
A. Política institucional e serviços de cooperação		
Res. 443	Relatório Anual do IICA de 2005.....	67
Res. 444	Plano de Médio Prazo do IICA 2006-2010.....	68
Res. 445	Aprovação do Programa Hemisférico de Biotecnologia e Biossegurança.....	70
Res. 446	Programa Hemisférico de Agroenergia e Biocombustíveis.....	72
Res. 447	Análise das capacidades técnicas do IICA.....	74
Res. 448	Escritório do IICA na Espanha.....	80
B. Assuntos orçamentários e financeiros		
Res. 449	Demonstrativos financeiros do IICA em 2005 e relatório dos Auditores Externos	82
Res. 450	Décimo Segundo Relatório Anual do Comitê de Exame de Auditoria	83
Res. 451	Avanços na arrecadação das cotas devidas ao IICA em 31 de agosto de 2006	84
Res. 452	Dotação dos recursos do Orçamento-Programa de 2007	86
C. Assessoramento à gestão institucional		
Res. 453	Relatório da reunião de 2006 da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais.....	89
D. Assuntos normativos e regulamentares		
Res. 454	Emendas ao Regulamento do Pessoal em matéria de declaração de bens e licenças para capacitação.....	90

<i>Número</i>	<i>Título</i>	<i>Página</i>
Res. 455	Emendas aos artigos 73, 96 e 97 do Regulamento do Comitê Executivo e aos artigos 65, 87 e 88 do Regulamento da Junta Interamericana de Agricultura	94
Res. 456	Sistema para determinação e revisão da remuneração do Diretor-Geral.....	97
E. Assuntos dos órgãos de governo		
Res. 457	Cumprimento das resoluções da Décima Terceira Reunião Ordinária da JIA e da Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo.....	99
Res. 458	Data e sede da Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Comitê Executivo	100

IICA/CE/Res.443(XXVI-/06)
27 setembro 2006
Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 443

RELATÓRIO ANUAL DO IICA DE 2005

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Sexta Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.478(06) sobre o Relatório Anual do IICA de 2005; e

CONSIDERANDO:

Que o artigo 4, alínea f, do Regulamento do Comitê Executivo dispõe que compete a este órgão de governo receber, analisar e aprovar o relatório anual das atividades da Direção-Geral e adotar as medidas que forem necessárias;

Que a Direção-Geral elaborou, publicou e distribuiu o Relatório Anual do IICA de 2005, cujo formato e teor correspondem tanto às recomendações da Sexta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura como ao disposto na Resolução IICA/CE/Res.307(XVIII-O/98); e

Que o referido relatório apresenta as atividades de cooperação realizadas pelo Instituto no ano de 2005 e um resumo dos assuntos importantes da vida institucional em seus aspectos técnicos, programáticos, orçamentários e financeiros, e que a informação pormenorizada sobre a execução dos projetos, acordos, convênios e contratos extracotas está disponível para consulta na página do IICA na Internet (www.iica.int),

RESOLVE:

Aprovar o Relatório Anual do IICA de 2005.

IICA/CE/Res.444(XXVI-O/06)

28 setembro 2006

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 444

PLANO DE MÉDIO PRAZO DO IICA 2006-2010

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Sexta Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.479(06) sobre a Proposta de Plano de Médio Prazo do IICA 2006-2010;

CONSIDERANDO:

Que a Décima Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), mediante a Resolução IICA/JIA/Res.421 (XIII-O/05), incumbiu o Diretor-Geral de preparar o Plano de Médio Prazo (PMP) do IICA para o período 2006-2010;

Que a JIA, mediante a referida resolução, delegou ao Comitê Executivo autorização para aprovar o citado Plano na Vigésima Sexta Reunião Ordinária;

Que, para preparar o PMP 2006-2010, o Diretor-Geral considerou como diretrizes básicas os mandatos emanados do Processo de Cúpulas das Américas, a Declaração Ministerial de Bávaro e o Plano AGRO 2003-2015, bem como os temas que os Estados membros definiram como prioritários para a ação do IICA;

Que, em conformidade com recomendação dos Estados membros, na preparação do PMP o Diretor-Geral propiciou amplo processo de consulta nos países, o que possibilitou, ademais, incluir as propostas dos foros regionais dos Ministros da Agricultura e as recomendações da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG);

Que o Regulamento da Direção-Geral, no artigo 88, alínea b, estabelece os Fundos Especiais, constituídos por contribuições voluntárias dos Estados membros ou

de outras fontes para financiar programas ou projetos especiais aprovados pelo Comitê Executivo;

Que as Prioridades Estratégicas do IICA constantes do PMP 2006-2010 são as seguintes: (i) promoção do comércio e competitividade do agronegócio; (ii) promoção do desenvolvimento das comunidades rurais sob o enfoque territorial; (iii) promoção da sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos; (iv) promoção da gestão sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente; (v) promoção da tecnologia e da inovação para a modernização da agricultura e o desenvolvimento rural; e (vi) contribuição ao reposicionamento da agricultura e da vida rural e à renovação de sua institucionalidade; e

Que o Comitê Executivo estabeleceu um grupo de trabalho especial com a responsabilidade de incluir as sugestões dos Estados membros na proposta de Plano de Médio Prazo apresentada no documento IICA/CE/Doc.479(06), que foi modificado para incorporar as recomendações do mencionado grupo de trabalho,

RESOLVE:

1. Aprovar o Plano de Médio Prazo (PMP) do IICA 2006-2010, na versão que inclui as recomendações do Grupo de Trabalho Especial, como instrumento norteador das ações do Instituto no referido período.
2. Incumbir o Diretor-Geral de promover ativamente, perante os Observadores Permanentes, terceiros países, empresas, fundações, organismos de financiamento e Associados ao IICA com os quais o Instituto tenha assinado acordos de cooperação, e outros contribuintes, aportes que possibilitem o fortalecimento dos Fundos Especiais a fim de apoiar a execução das Prioridades Estratégicas do IICA estabelecidas no PMP 2006-2010.
3. Instar os Estados membros a que realizem contribuições adicionais às suas cotas regulares para o Instituto a fim de fortalecer os citados Fundos Especiais.
4. Expressar sua satisfação pela ampla participação promovida nos Estados membros durante o processo de preparação do PMP 2006-2010.

IICA/CE/Res.445(XXVI-O/06)

28 setembro 2006

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 445**APROVAÇÃO DO PROGRAMA HEMISFÉRICO
DE BIOTECNOLOGIA E BIOSSEGURANÇA**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Sexta Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.480(06) sobre a Proposta de Programa Hemisférico de Biotecnologia e Biossegurança (Proposta Final); e

CONSIDERANDO:

Que a Junta Interamericana de Agricultura (JIA), mediante a Resolução IICA/JIA/Res.409 (XIII-O/05), incumbiu o Diretor-Geral de apresentar a Proposta Final nas próximas reuniões da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG) e do Comitê Executivo para consideração e adoção final pelos Estados membros;

Que, de acordo com as recomendações da CCEAG, a Proposta Final submetida à consideração do Comitê Executivo deverá: (i) constituir a base do programa a ser impulsionado pelo IICA com os recursos disponíveis; (ii) aplicar a modalidade de profissionais associados, permitindo, assim, que peritos de instituições nacionais participem da implementação do programa; (iii) impulsionar as ações do citado Programa em nível regional mediante a incorporação de um especialista em biotecnologia e biossegurança em cada região (peritos associados e/ou peritos contratados com recursos externos a serem levantados); (iv) compreender projetos estratégicos que respondam às prioridades regionais; e (v) promover e estimular nos Estados membros a ação interinstitucional em âmbito regional e incentivar a concertação do trabalho entre órgãos públicos, universidades e o setor privado;

Que os recursos alocados ao Orçamento-Programa de 2007 são suficientes para financiar as atividades da Proposta Final;

Que as possíveis fontes de financiamento da Proposta Final são os recursos oriundos das cotas atrasadas de outros exercícios financeiros, arrecadadas em 2007 e 2008, a realocação dos recursos programados e não utilizados do Orçamento-Programa de 2007 e as contribuições de parceiros estratégicos, tais como as instituições financeiras internacionais e outras agências de cooperação; e

Que a CCEAG recomendou submeter à consideração do Comitê Executivo, em sua próxima reunião ordinária, uma proposta para levantar contribuições adicionais dos Estados membros com vistas a implementar a Proposta Final, tanto em termos de pessoal qualificado como de recursos financeiros, e procurar financiamento complementar junto a parceiros estratégicos e outros doadores,

RESOLVE:

1. Aprovar a Proposta de Programa Hemisférico de Biotecnologia e Biossegurança (Proposta Final) e incumbir o Diretor-Geral de implementá-la com base na versão constante do documento IICA/CE/Doc.480(06) sobre o referido Programa.
2. Acolher as recomendações da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais resultantes de sua reunião ordinária de 2006 e determinar ao Diretor-Geral que as considere como elementos inerentes à estratégia de implementação da Proposta Final.
3. Incumbir o Diretor-Geral de incluir, no Projeto de Orçamento-Programa de 2008-09 e na proposta de uso dos recursos provenientes da recuperação das cotas atrasadas, os recursos necessários à implementação da Proposta Final.

IICA/CE/Res.446(XXVI-O/06)

28 setembro 2006

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 446**PROGRAMA HEMISFÉRICO DE AGROENERGIA
E BIOCOMBUSTÍVEIS**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Sexta Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.481(06) sobre o Programa Hemisférico de Agroenergia e Biocombustíveis;

CONSIDERANDO:

Que o mundo atravessa uma grave crise energética com reflexos no constante aumento dos preços dos combustíveis fósseis e com prejuízos para as finanças dos países, obrigando-os a desembolsarem ingentes somas de dinheiro na compra do petróleo e seus derivados;

Que os biocombustíveis oferecem uma alternativa válida para a substituição parcial das importações de petróleo que teria significativa repercussão na economia de divisas;

Que a agroenergia e a produção de biocombustíveis constituem uma alternativa tecnologicamente comprovada que possibilitaria a muitos países das Américas impulsionar a modernização de sua agricultura, oferecendo aos produtores novas opções com mercado garantido; e

Que a inovação tecnológica, fator essencial para a modernização da agricultura e o melhoramento de sua competitividade no cenário da globalização, bem como para a formação de áreas de livre comércio nas Américas, pode ser fortalecida graças à cooperação horizontal, permitindo, assim, que os países mais avançados na produção de biocombustíveis cooperem com os que iniciaram recentemente ações nesse campo,

RESOLVE:

1. Aprovar as bases do Programa Hemisférico de Agroenergia e Biocombustíveis constantes no documento IICA/CE/Doc.481(06).
2. Incumbir o Diretor-Geral de criar um grupo de trabalho formado por representantes dos Estados membros, o qual formulará recomendações destinadas à implementação do Programa Hemisférico de Agroenergia e Biocombustíveis.
3. Incumbir o Diretor-Geral de, com base nas recomendações do supracitado grupo de trabalho, apresentar ao Comitê Executivo, em sua próxima reunião ordinária, a proposta de financiamento do Programa para o período 2008-2010 com recursos provenientes do Orçamento-Programa e da arrecadação de cotas em atraso, bem como o plano de trabalho para a implementação do Programa.
4. Instar os Estados membros a efetuarem contribuições voluntárias de recursos financeiros e técnicos qualificados para apoiar a implementação do Programa.

IICA/CE/Res.447 (XXVI-O/06)

28 setembro 2006

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 447

ANÁLISE DAS CAPACIDADES TÉCNICAS DO IICA

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Sexta Reunião Ordinária,

CONSIDERANDO:

Que, em vista da decisão de adotar o Plano de Médio Prazo 2006-2010, é conveniente e oportuno proceder a uma análise das capacidades técnicas do pessoal do IICA;

Que os Estados Unidos e o México se propuseram a efetuar contribuições especiais para apoiar a realização da citada análise; e

Que o Comitê Executivo estabeleceu uma comissão especial incumbida de recomendar os termos de referência para a realização dessa análise e que dita Comissão entregou ao Comitê suas recomendações, que incluem os termos de referência (Anexo A) e outras diretrizes para a realização da análise (Anexo B),

RESOLVE:

1. Incumbir o Diretor-Geral de, com a participação de peritos externos, apoiar e coordenar a análise das capacidades técnicas do pessoal do IICA, de acordo com os termos de referência constantes do Anexo A desta resolução e com as diretrizes complementares indicadas no Anexo B, e que essa análise seja apresentada aos Estados membros e considerada pelo Comitê Executivo antes do final do primeiro semestre de 2007.
2. Agradecer os Estados Unidos e o México por suas contribuições especiais para apoiar a realização da referida análise.

3. Instar os demais Estados membros, os Associados ao IICA e os Observadores Permanentes a contribuírem com recursos financeiros e de outra natureza para a realização da citada análise.

ANEXO A**TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A ANÁLISE
DAS CAPACIDADES TÉCNICAS****1. Antecedentes**

Até o presente, o IICA vem respondendo aos mandatos da JIA, na medida de suas capacidades, aos desafios que apresenta a agricultura e à nova ruralidade. Dessa forma, o Instituto tem atendido às preocupações e demandas dos Estados membros e aos grandes temas com respeito a:

- 1) promoção do comércio e da competitividade do agronegócio;
- 2) promoção da sanidade agropecuária e da inocuidade dos alimentos; e
- 3) promoção da biotecnologia e da biossegurança.

O desenvolvimento desses temas especializados e de outros que seja necessário incluir na agenda de 2007, tais como a gestão sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente, bem como o que respeita aos bioenergéticos gerados a partir das matérias-primas agrícolas, são motivo de preocupação para os membros do Comitê Executivo e para os próprios Ministros da Agricultura.

Em vista do exposto, será realizada uma avaliação externa da atual capacidade técnica do Instituto, concretamente do seu capital humano, a fim de determinar se o IICA atende cabalmente e com eficiência aos temas emergentes e se conta com os recursos financeiros e orçamentários necessários para abordar os temas técnicos e as prioridades já aprovados pela Instituição.

Da mesma forma, deverão ser determinadas as capacidades reais do Instituto para que sejam abordados outros temas técnicos de importância e preocupação para os Estados membros.

2. Características dos requisitos da avaliação

Os requisitos a serem cumpridos para realizar a avaliação, além de atenderem às demandas acima descritas, deverão levar em conta o seguinte:

- um grupo de três peritos com ampla experiência em atividades relacionadas com o desenvolvimento de capacidades científicas e tecnológicas e sua transferência;
- conhecimento dos programas do IICA e dos organismos internacionais;

- domínio dos idiomas inglês e espanhol;
- facilidade para trabalho em equipe e execução, em cerca de 15 dias, das tarefas de levantamento de dados e realização de entrevistas com funcionários na Sede Central e em alguns Escritórios chave dos Estados membros;
- avaliação e apresentação de resultados sobre:
 - temas atuais e como estão sendo atendidos
 - disponibilidade de peritos de alto nível (homens/hora disponíveis e quantos estão dedicados a tarefas burocráticas e administrativas)
 - capacidade de oferecer soluções tecnológicas integrais
 - níveis de especialização/capacidade dos peritos para atender aos temas
 - nível salarial e idade dos técnicos

Os conhecimentos científicos, técnicos e socioeconômicos indispensáveis para a execução dos projetos deverão estar devidamente documentados.

3. Avaliação

Com base nas avaliações serão formuladas as observações pertinentes e preparadas as recomendações ao Comitê Executivo e à JIA.

Data de elaboração: setembro de 2006

ANEXO B**CONCLUSÕES GERAIS DA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE A AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA DO IICA**

- Os documentos sobre os termos de referência (diretrizes) desenvolvidos pelo México servirão de base para analisar a capacidade técnica do IICA.
- Avaliação da capacidade técnica do IICA para responder às demandas dos países especificadas no Plano de Médio Prazo (PMP) e nas Agendas Nacionais, Regionais e Hemisférica. Além das áreas mencionadas no documento sobre os termos de referência, serão incluídas outras que constam do PMP, ademais dos seguros rurais, solicitados pela JIA.
- Identificação de forças e carências, brechas e capacidades.
- Análise da demanda insatisfeita.
- Avaliação da qualidade e distribuição dos profissionais entre regiões e áreas técnicas.
- A análise também considerará a disponibilidade dos recursos necessários para que o profissional possa cumprir suas funções, além da disponibilidade de pessoal de apoio.
- Avaliação da capacidade do IICA para competir na busca de técnicos de qualidade.

Procedimento:

- Haverá um Comitê Guia, integrado por um país de cada região (5). Os membros serão decididos pelas regiões. O IICA atuará como Secretaria Técnica.
- O IICA realizará, inicialmente, uma avaliação interna (60 dias).
- A avaliação interna será submetida ao Comitê Guia para sua revisão e análise. Os membros formularão perguntas adicionais para orientar a equipe de avaliação externa (30 dias).

- Equipe de avaliação externa (três ou mais membros). Os países podem prover membros para a equipe, os quais terão as características especificadas no documento apresentado pelo México.
- Avaliação externa (60 dias).
- A meta é concluir a avaliação e entregá-la ao Comitê Guia até março de 2007.

IICA/CE/Res.448 (XXVI-O/06)

28 setembro 2006

Original: inglês

RESOLUÇÃO N° 448

ESCRITÓRIO DO IICA NA ESPANHA

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Sexta Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.482(06) sobre a dimensão internacional e o futuro do Escritório do IICA na Espanha e o documento IICA/CE/Doc.477(06) a respeito do relatório da reunião ordinária de 2006 da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais; e

CONSIDERANDO:

Que em sua última reunião a Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais analisou a questão do futuro do Escritório do IICA na Espanha, recomendando que a Direção-Geral mantenha, por enquanto, seu atual nível de operações, funções e estrutura e apresente um estudo ao Comitê Executivo, em sua próxima reunião, que contenha uma análise de custo-benefício das várias opções discutidas quanto ao futuro desse Escritório, identifique possíveis fontes de financiamento para expandir suas operações e proporcione outras informações que o Comitê Executivo eventualmente solicitar para sua tomada de decisão;

Que as opções até agora apresentadas quanto ao futuro desse Escritório são no sentido de fechá-lo, manter sua atual estrutura, funções e nível de operações ou expandir suas operações para desenvolver e fortalecer as relações do Instituto com seus parceiros estratégicos europeus; e

Que os recursos adicionais necessários à expansão das operações do Escritório do IICA na Espanha não estão previstos no Orçamento-Programa de 2007 proposto pelo Diretor-Geral,

RESOLVE:

1. Instruir o Diretor-Geral no sentido de expandir as operações do Escritório do IICA na Espanha a fim de serem desenvolvidas relações mais benéficas entre o IICA e seus parceiros estratégicos e destinar mais US\$75.000,00 de fontes disponíveis, inclusive recursos oriundos da arrecadação de cotas em atraso.
2. Solicitar ao Diretor-Geral que apresente ao Comitê Executivo, em sua reunião ordinária seguinte, para sua apreciação e eventual apresentação à próxima reunião ordinária da Junta Interamericana de Agricultura, um relatório pormenorizado sobre as opções quanto ao futuro do Escritório do IICA na Espanha, incluindo, entre outros aspectos, uma avaliação pormenorizada das possibilidades de serem desenvolvidas relações mais estreitas e produtivas com seus parceiros estratégicos europeus, uma análise dos benefícios adicionais que poderão ser obtidos em consequência da expansão das operações do Escritório e a identificação de possíveis fontes de financiamento para manter e expandir o Escritório que não provenham do Orçamento-Programa do Fundo Regular do Instituto.

IICA/CE/Res.449(XXVI-O/06)

28 setembro 2006

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 449**DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS DO IICA EM 2005
E RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Sexta Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.483(06) sobre os Demonstrativos Financeiros do IICA em 2005 e o relatório dos auditores externos; e

CONSIDERANDO:

Que o artigo 4, alínea d, do Regulamento do Comitê Executivo dispõe que compete a este órgão de governo do IICA examinar a situação financeira do Instituto e apresentar o relatório correspondente à Junta Interamericana de Agricultura;

Que os auditores externos certificam a boa gestão dos recursos financeiros do Instituto no exercício de 2005 e que a Administração do IICA agiu em conformidade com as disposições dos regulamentos do Instituto; e

Que o Comitê de Exame de Auditoria, em seu décimo primeiro relatório anual, informa que reviu o relatório dos auditores externos sobre os Demonstrativos Financeiros do IICA em 2005 e expressou que o trabalho realizado foi completo e correspondeu tanto às normas do IICA como às de auditoria de aceitação geral,

RESOLVE:

Aprovar os Demonstrativos Financeiros do Instituto correspondentes ao exercício 2005, bem como o relatório dos auditores externos referente aos mencionados Demonstrativos Financeiros.

IICA/CE/Res.450(XXVI-O/06)
28 setembro 2006
Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 450

**DÉCIMO SEGUNDO RELATÓRIO ANUAL
DO COMITÊ DE EXAME DE AUDITORIA**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Sexta Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.484(06) sobre o décimo segundo relatório anual do Comitê de Exame de Auditoria; e

CONSIDERANDO:

Que a Junta Interamericana de Agricultura, na Sétima Reunião Ordinária, aprovou a Resolução IICA/JIA/Res.231(VII-O/93), mediante a qual foi criado o Comitê de Exame de Auditoria (CEA) e aprovado seu Estatuto; e

Que, conforme dispõe o artigo 3, alínea k, do Regulamento do Comitê Executivo, compete a este órgão de governo do Instituto designar os membros do Comitê de Exame de Auditoria (CEA) e receber e aprovar os relatórios e recomendações do CEA,

RESOLVE:

1. Aprovar o décimo segundo relatório anual do Comitê de Exame de Auditoria (CEA).
2. Incumbir o Diretor-Geral de implementar as recomendações constantes do referido relatório do CEA.
3. Agradecer os membros do CEA pelo eficiente trabalho realizado.

IICA/CE/Res.451(XXVI-O/06)

27 setembro 2006

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 451**AVANÇOS NA ARRECADAÇÃO DAS COTAS
DEVIDAS AO IICA EM 31 DE AGOSTO DE 2006**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Sexta Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O relatório do Diretor-Geral sobre os avanços alcançados na arrecadação das cotas devidas ao Instituto [Documento IICA/CE/Doc.485(06)]; e

CONSIDERANDO:

Que a Junta Interamericana de Agricultura, mediante a Resolução IICA/JIA/Res.414(XIII-O/05), adotou o documento “Medidas Revistas para a Arrecadação das Cotas Devidas ao Instituto”;

Que o documento anteriormente mencionado reúne e aperfeiçoa as disposições das resoluções IICA/CE/Res.417(XXIV-O/04) e IICA/JIA/Res.392(XII-O/03) a fim de estabelecer um conjunto de medidas que estimulem os Estados membros a manter em dia suas obrigações financeiras perante o Instituto;

Que durante 2005 e 2006, graças à eficácia das medidas adotadas, à boa disposição e ao apoio dos Ministros da Agricultura e de outras autoridades dos Estados membros, bem como aos esforços envidados pela Direção-Geral, foi possível obter significativa redução no montante total das cotas devidas ao Instituto;

Que isso permitiu à Administração financiar o Orçamento-Programa aprovado para os exercícios financeiros 2005 e 2006 e alocar recursos aos orçamentos extraordinários aprovados pelos órgãos superiores do Instituto para a execução de programas de alta prioridade nos anos citados; e

Que o fortalecimento das finanças do Instituto só será possível se os Estados membros saldarem suas cotas em atraso,

RESOLVE:

1. Agradecer aos Ministros da Agricultura e a outros altos funcionários dos Estados membros os esforços que vêm envidando por saldarem as cotas devidas ao IICA.
2. Reconhecer a importância de manter em vigor as medidas estabelecidas pelo Comitê Executivo e pela Junta Interamericana de Agricultura para estimular os Estados membros a pagarem suas cotas para o Instituto.
3. Incumbir o Diretor-Geral de continuar a aplicar as medidas para cobrança das cotas em atraso, mantendo informados os Estados membros sobre o progresso alcançado nesse sentido.

IICA/CE/Res.452(XXVI-O/06)

28 setembro 2006

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 452**DOTAÇÃO DOS RECURSOS DO
ORÇAMENTO-PROGRAMA DE 2007**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Sexta Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.486(06) sobre o projeto de Orçamento-Programa de 2007; e

CONSIDERANDO:

Que a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) estabelece no artigo 8, alínea b, que a Junta Interamericana de Agricultura (JIA) terá como uma de suas atribuições “aprovar o orçamento-programa bienal do Instituto”;

Que a JIA, na Décima Terceira Reunião Ordinária, mediante a Resolução IICA/JIA/Res.416(XIII-O/05), aprovou o Orçamento-Programa discriminado de 2006 e, como montante global do Fundo Regular para 2007, a cifra de US\$30.000.000,00 (trinta milhões de dólares norte-americanos);

Que a JIA, na Décima Terceira Reunião Ordinária, mediante a supracitada resolução, instruiu o Diretor-Geral no sentido de submeter à consideração da Vigésima Sexta Reunião Ordinária do Comitê Executivo uma proposta de dotação discriminada dos recursos aprovados para o Orçamento-Programa de 2007 que seja coerente com as prioridades do Plano de Médio Prazo 2006-2010 do Instituto; e

Que o Diretor-Geral submeteu o projeto de Orçamento-Programa de 2007 à consideração desta Vigésima Sexta Reunião Ordinária num formato que atende aos requisitos de estrutura e conteúdo estabelecidos pelas normas em vigor,

RESOLVE:

1. Aprovar a dotação discriminada do Fundo Regular do Orçamento-Programa de 2007 do Instituto segundo as verbas destinadas a cada um dos capítulos, prioridades estratégicas, âmbito de ação e objetos de despesa maior, especificados no documento IICA/CE/Doc.486(06) sobre o projeto de Orçamento-Programa de 2007, cujo resumo por capítulo consta como Anexo Único a esta resolução.
2. Autorizar o Diretor-Geral a realizar transferências entre os capítulos do Orçamento-Programa de 2007, desde que o total das mesmas não aumente ou diminua o montante alocado aos capítulos em mais de 10% e não afete significativamente as prioridades aprovadas.
3. Autorizar o Diretor-Geral a proceder aos ajustes necessários ao alocar os recursos aprovados nesta resolução, caso a receita agregada do exercício financeiro 2007 seja inferior à prevista para o exercício indicado, informando o Comitê Executivo e a Junta Interamericana de Agricultura sobre essa eventual circunstância.
4. Incumbir o Diretor-Geral de, durante o mês de janeiro de 2007, proporcionar aos Estados membros a seguinte informação:
 - a) um anexo com informação complementar sobre objetivos, resultados e indicadores;
 - b) breves textos explicando o conteúdo das diferentes rubricas em quadros que contenham objetos de despesas, como, por exemplo, publicações; e
 - c) a inclusão dessa informação complementar nos próximos orçamentos-programas.

ANEXO ÚNICO
ORÇAMENTO-PROGRAMA 2007
RESUMO POR CAPÍTULO
FUNDO REGULAR
(Em milhares de dólares)

CAPÍTULO	COTAS	DIVERSOS	TOTAL
CAPÍTULO I: SERVIÇOS DIRETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	24.693,4	2.789,6	27.483,1
Prioridade Estratégica			
Promoção do comércio e da competitividade do agronegócio	6.182,7	644,2	6.827,0
Promoção da incorporação da tecnologia e da inovação para a modernização da agricultura e o desenvolvimento rural	5.505,8	441,7	5.947,5
Promoção da sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos	5.329,3	626,6	5.955,9
Fortalecimento das comunidades rurais sob o enfoque territorial	4.748,2	684,4	5.432,7
Promoção da gestão sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente	2.927,4	392,7	3.320,1
CAPÍTULO II: DESPESAS DE DIREÇÃO	1.378,6	42,8	1.421,4
Gabinete do Diretor-Geral	643,0	0,0	643,0
Direção de Administração e Finanças	735,6	42,8	778,4
CAPÍTULO III: DESPESAS GERAIS E PROVIS	1.095,5	0,0	1.095,5
Órgãos Superiores	400,0	0,0	400,0
Seguros	320,0	0,0	320,0
Pensões	255,0	0,0	255,0
Tribunal da OEA	25,0	0,0	25,0
Auditoria Externa	95,5	0,0	95,5
TOTAL	27.167,6	2.832,4	30.000,0
(1) Não inclui a cota de Cuba.			

IICA/CE/Res.453 (XXVI-O/06)
27 setembro 2006
Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 453

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DE 2006 DA COMISSÃO
CONSULTIVA ESPECIAL DE ASSUNTOS GERENCIAIS**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Sexta Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.477(06) referente ao relatório da reunião de 2006 da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais; e

CONSIDERANDO:

Que, mediante a Resolução IICA/JIA/Res.341(X-O/99), a Junta Interamericana de Agricultura (JIA) criou a Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG) para propiciar a comunicação mais regular entre o Diretor-Geral e os Estados membros em matéria de iniciativas e assuntos administrativos e financeiros com vistas a facilitar o processo de obtenção de consenso sobre essas iniciativas e assuntos no Comitê Executivo e na JIA;

Que, mediante a Resolução IICA/JIA/Res.394 (XII-O/03), a JIA prorrogou a vigência da CCEAG até a realização da Décima Terceira Reunião Ordinária da JIA; e

Que a CCEAG realizou sua reunião ordinária correspondente a 2006 na Sede Central do IICA em 26 e 27 de julho de 2006 e entregou seu relatório com recomendações ao Diretor-Geral do IICA,

RESOLVE:

1. Acolher o relatório da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais referente a sua reunião ordinária de 2006.

IICA/CE/Res.454 (XXVI-O/06)

28 setembro 2006

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 454**EMENDAS AO REGULAMENTO DO PESSOAL EM MATÉRIA DE
DECLARAÇÃO DE BENS E LICENÇAS PARA CAPACITAÇÃO**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Sexta Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.487(06) sobre a proposta de emendas ao Regulamento do Pessoal e ao Regulamento da Direção-Geral; e

CONSIDERANDO:

Que algumas disposições do Regulamento do Pessoal devem ser modificadas a fim de refletir melhores práticas, esclarecer ambigüidades e facilitar a introdução de aprimoramentos com vistas a dar continuidade à modernização do quadro normativo na gestão dos recursos humanos do IICA;

Que a Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG) considerou e analisou em sua última reunião a proposta de emendas ao Regulamento do Pessoal apresentada pelo Diretor-Geral em matéria de declaração anual de bens dos funcionários e de licenças para capacitação;

Que, com base nas observações formuladas pela CCEAG, o Diretor-Geral modificou tal proposta e a submeteu à consideração desta Vigésima Sexta Reunião Ordinária; e

Que, de acordo com o artigo 3, alínea h, do seu Regulamento, o Comitê Executivo tem a faculdade de modificar o Regulamento do Pessoal, sempre e quando tal modificação seja congruente com o Regulamento da Direção-Geral,

RESOLVE:

Adotar as emendas ao Regulamento do Pessoal do IICA constantes no Anexo A.

ANEXO A

REGULAMENTO DO PESSOAL

Capítulo III
Deveres, Obrigações e Privilégios

Texto atual	Texto Proposto
Artigo 3.5 Atividades e interesses fora do Instituto	Artigo 3.5 Atividades e interesses fora do Instituto
<p>3.5.8 Até o dia 31 de março de cada ano, o Diretor-Geral e qualquer outro funcionário do IICA que ocupar cargo de confiança ou de Representante em um país deverá apresentar uma Declaração Anual (“DA”), devidamente preenchida, ao Diretor de Recursos Humanos. A DA será datada e assinada pelo funcionário sob juramento perante tabelião público proporcionado pelo Instituto e conterá, no mínimo, o seguinte:</p> <p>a. A fé do funcionário no sentido de que a informação apresentada na DA é verdadeira e precisa segundo o seu conhecimento e entendimento.</p> <p>b. Uma lista de todas as</p>	<p>3.5.8 Até o dia 31 de março de cada ano, o Diretor-Geral e qualquer outro funcionário do IICA designado para cargo de confiança, <i>bem como qualquer funcionário nomeado para o cargo de Representante do Instituto em um Estado membro, ou de Representante de um país</i> deverão apresentar uma Declaração Anual (“DA”) devidamente preenchida ao Diretor de Recursos Humanos. A DA <i>Todas as Declarações Anuais serão</i> datadas e assinadas <i>por esses</i> funcionários sob juramento perante uma tabelião público proporcionado pelo Instituto <i>testemunha e</i> conterá, no mínimo, o seguinte:</p> <p>a. A <i>certificação</i> fe do funcionário no sentido de que a informação apresentada <i>pelo funcionário</i> na DA <i>Declaração Anual</i> é verdadeira e precisa segundo o seu conhecimento e entendimento.</p> <p>b. Uma lista de todas as</p>

<p>associações, empresas ou sociedades às quais se ache vinculado, direta ou indiretamente, indicando a natureza da vinculação, quando existir, inclusive qualquer cargo que o funcionário ocupar nas referidas associações, empresas ou sociedades.</p> <p>c. Uma lista dos credores do funcionário, com exceção daqueles com quem tenha hipotecas de residência particular ou dívidas correspondentes a suas despesas pessoais ordinárias, tais como móveis, automóveis, educação ou férias.</p> <p>d. Qualquer outra informação que o Diretor- Geral considerar necessária e razoável para evitar conflitos de interesse dentro do Instituto.</p>	<p>associações, empresas ou sociedades às quais se ache vinculado, direta ou indiretamente, indicando a natureza da vinculação, quando existir, inclusive qualquer cargo que o funcionário ocupar nas referidas associações, empresas ou sociedades.</p> <p>c. Uma lista dos credores do funcionário, com exceção daqueles com quem o funcionário tenha hipotecas de residência particular ou dívidas correspondentes a suas despesas pessoais ordinárias, tais como móveis, automóveis, educação ou férias.</p> <p>d. Qualquer outra informação que o Diretor-Geral considerar necessária e razoável para evitar conflitos de interesse dentro do Instituto.</p>
--	--

REGULAMENTO DO PESSOAL

Capítulo VI
Férias Anuais e Licenças

Texto Atual	Texto Proposto
Artigo 6.5 Licença para aprimorar a capacitação profissional	Artigo 6.5 Licença para aprimorar a capacitação profissional
<p>O Diretor-Geral poderá conceder aos funcionários licença para aprimorar sua capacitação profissional, quando tal licença implicar melhoramento do desempenho do funcionário e aumentar seus conhecimentos em benefício do IICA. Esta licença é concedida de acordo com o disposto na norma 6.4 anterior. (Artigo 49)</p>	<p>O Diretor-Geral poderá conceder aos funcionários licença para aprimorar sua capacitação profissional, quando tal licença implicar melhoramento do desempenho do funcionário e aumentar seus conhecimentos em benefício do IICA. <i>O Diretor-Geral poderá conceder licença especial aos funcionários com o propósito de que busquem capacitação profissional para aprimorar seu desempenho e sua capacidade para servir ao Instituto de acordo com suas necessidades. Esta licença é concedida de acordo com o disposto na norma 6.4 anterior. A licença especial para capacitação profissional, em princípio, será concedida sem remuneração; no entanto, ao invés de salário, o Diretor-Geral poderá conceder ao funcionário uma ajuda de custo de até 50% do salário-base, se considerar que, de acordo com as diretrizes publicadas, a capacitação é do interesse do Instituto.</i> (Artigo 49)</p>

IICA/CE/Res.455(XXVI-O/06)

28 setembro 2006

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 455**EMENDAS AOS ARTIGOS 73, 96 E 97 DO REGULAMENTO
DO COMITÊ EXECUTIVO E AOS ARTIGOS 65, 87 E 88 DO REGULAMENTO
DA JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Sexta Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.492(06) sobre a proposta de emendas aos artigos 73, 96 e 97 do Regulamento do Comitê Executivo e aos artigos 65, 87 e 88 do Regulamento da Junta Interamericana de Agricultura, referentes às atas das reuniões dos órgãos superiores do Instituto; e

CONSIDERANDO:

Que a Direção-Geral do IICA envidou esforços e obteve avanços na modernização dos serviços de apoio à preparação e realização das reuniões do Comitê Executivo e da Junta Interamericana de Agricultura (JIA);

Que a adoção de novas tecnologias da informação e da comunicação foi básica no referido processo de modernização e permitiu a incorporação de importantes melhorias nos procedimentos concernentes ao envio de documentos por via eletrônica em substituição ao formato físico, à rapidez no atendimento a consultas, ao registro *on-line* e à gestão do processo de ajustes a documentos;

Que os procedimentos estabelecidos nas normas do IICA com respeito aos documentos de trabalho, à preparação das atas e ao relatório final das reuniões devem ser revistos e atualizados para que utilizem e reflitam as melhorias introduzidas em tais procedimentos; e

Que a Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais, em sua reunião ordinária realizada em 26 e 27 de julho de 2006, recomendou ao Diretor-Geral que

submetesse tais ajustes à consideração da Vigésima Sexta Reunião Ordinária do Comitê Executivo,

RESOLVE:

1. Emendar os artigos 73, 96 e 97 do Regulamento do Comitê Executivo, adotando os seguintes textos:

Artigo 73.

Os documentos de trabalho, documentos informativos e audiovisuais de exposições das reuniões do Comitê serão preparados em espanhol e inglês. Os projetos de resolução, recomendações, acordos e outros documentos serão distribuídos nos idiomas oficiais dos Estados membros que constituem o Comitê. Somente em casos excepcionais poderão ser distribuídos em um dos idiomas da reunião. O relatório final da reunião será publicado nos quatro idiomas oficiais.

Artigo 96

O Secretário Técnico providenciará a gravação de cada sessão e preparará as minutas das atas resumidas com base nas respectivas gravações. Das atas resumidas constarão apenas os pontos mais importantes de cada uma delas, bem como as resoluções e outras decisões adotadas. Posteriormente à reunião, o Secretário Técnico procederá à revisão pormenorizada do texto das atas resumidas com base nas gravações e nas observações oportunamente recebidas dos membros do Comitê. O Secretário Técnico entregará aos Representantes dos Estados membros do Instituto as gravações em formato digital padronizado.

Artigo 97

Do relatório final constarão todas as resoluções, recomendações e acordos adotados pelo Comitê, as atas resumidas, os discursos e os anexos. Antes de sua publicação, o documento será editado e traduzido para os demais idiomas oficiais do Instituto. A Secretaria Técnica cuidará para que o texto do relatório final esteja correto e congruente nos quatro idiomas oficiais do Instituto e seja entregue aos Estados membros. O Presidente do Comitê e o Secretário *ex officio* assinarão a ata final aprovada.

2. Emendar os artigos 65, 87 e 88 do Regulamento da Junta Interamericana de Agricultura, adotando o seguinte texto:

Artigo 65

Os documentos de trabalho, documentos informativos e audiovisuais de exposições das reuniões da Junta serão preparados em espanhol e inglês. Os projetos de resolução, recomendações, acordos e outros documentos serão distribuídos nos quatro idiomas oficiais. Somente em casos excepcionais poderão ser distribuídos em um desses idiomas. O relatório final da Junta será publicado nos quatro idiomas oficiais.

Artigo 87

O Secretário Técnico, designado pelo Diretor-Geral, providenciará a gravação de cada sessão e entregará aos Representantes dos Estados membros o material gravado em formato digital padronizado. As atas resumidas das sessões plenárias e das sessões das comissões serão preparadas pelo Diretor-Geral, na qualidade de Secretário *ex officio* da Junta, ou pelo Secretário Técnico, com os pontos mais importantes de cada uma delas para sua inclusão no relatório final da reunião.

Artigo 88

Do relatório final constarão todas as resoluções, recomendações e acordos adotados pela Junta, as atas resumidas, os discursos e os anexos. Antes de sua publicação, o documento será editado e traduzido para os demais idiomas oficiais do Instituto. A Secretaria Técnica cuidará para que o texto do relatório final esteja correto e congruente nos quatro idiomas oficiais do Instituto e seja entregue aos Estados membros. O Presidente da Junta e o Secretário *ex officio* assinarão a ata final aprovada.

IICA/CE/Res.456(XXVI-O/06)
28 setembro 2006
Original: espanhol

RESOLUÇÃO N.º 456

**SISTEMA PARA DETERMINAÇÃO E REVISÃO
DA REMUNERAÇÃO DO DIRETOR-GERAL**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Sexta Reunião Ordinária,

CONSIDERANDO:

Que faltam ao IICA um sistema e procedimentos autorizados pela Junta Interamericana de Agricultura e/ou pelo Comitê Executivo para fixar a remuneração total do Diretor-Geral, uma vez que as normas internas não são claras nesse sentido; e

Que, ante a inexistência de políticas a esse respeito, o atual nível do salário e vantagens do Diretor-Geral não é reajustado com base nas condições competitivas de mercado de outros organismos internacionais congêneres e tomando em conta, ademais, todos os fatores que devem ser considerados,

RESOLVE:

1. Determinar que o Diretor de Recursos Humanos contrate os serviços de um auditor externo para analisar se o atual nível do salário e vantagens do cargo de Diretor-Geral é suficientemente competitivo para atrair candidatos altamente qualificados na próxima eleição a esse cargo e, caso negativo, indicar os ajustes que deverão ser efetuados nesse sentido, devendo essa análise estar concluída até abril de 2007.
2. Estabelecer que a análise encomendada ao auditor externo será, inicialmente, revista pelo Comitê de Exame de Auditoria (CEA) e, após essa revisão, submetida ao Comitê Executivo em sua reunião de 2007.
3. Formular, com base na apreciação da análise que o auditor externo realizar e nos comentários que o CEA apresentar ao Comitê Executivo, uma recomendação à Junta Interamericana de Agricultura, para consideração em

sua reunião ordinária de 2007, sobre os ajustes, se for o caso, que deverão ser efetuados ao salário e vantagens do Diretor-Geral a partir de 31 de dezembro de 2006.

IICA/CE/Res.457 (XXVI-O/06)
27 setembro 2006
Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 457

CUMPRIMENTO DAS RESOLUÇÕES DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA JUNTA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA E DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ EXECUTIVO

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Sexta Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.489(06) sobre o cumprimento das resoluções da Décima Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) e o documento IICA/CE/Doc.490(06) sobre o cumprimento das resoluções da Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo; e

CONSIDERANDO:

Que os documentos em referência demonstram que a Direção-Geral vem cumprindo satisfatoriamente as resoluções adotadas na Décima Terceira Reunião Ordinária da JIA e tem executado a contento as tarefas necessárias para dar cumprimento às resoluções adotadas na Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo do Instituto,

RESOLVE:

1. Acolher os documentos (i) sobre o cumprimento das resoluções da Décima Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura e (ii) sobre o cumprimento das resoluções da Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo.
2. Expressar sua satisfação pelos positivos avanços registrados no cumprimento das supramencionadas resoluções dos órgãos superiores do Instituto.

IICA/CE/Res.458 (XXV-O/06)

28 setembro 2006

Original: espanhol

RESOLUÇÃO N° 458**DATA E SEDE DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO
ORDINÁRIA DO COMITÊ EXECUTIVO**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Sexta Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O documento IICA/CE/Doc.493(06) sobre a data e a sede de sua Vigésima Sétima Reunião Ordinária; e

CONSIDERANDO:

Que é preciso definir a data e o local para realizar a sua Vigésima Sétima Reunião Ordinária;

Que, em conformidade com o disposto no artigo 22 de seu Regulamento, o Comitê Executivo realizará uma reunião ordinária anual; e

Que, de acordo com o estabelecido no artigo 25 do referido Regulamento, se não houver nenhum oferecimento de sede por parte dos Estados membros para a realização da reunião do Comitê Executivo, a reunião será levada a cabo na Sede Central do Instituto,

RESOLVE:

1. Realizar a Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Comitê Executivo na Sede Central do IICA em São José, Costa Rica.
2. Incumbir o Diretor-Geral de convocar os Estados membros a participarem da Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Comitê Executivo, em conformidade com os procedimentos estabelecidos pelas normas em vigor.

ASSINATURA DO RELATÓRIO

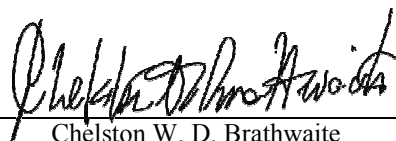
**ASSINATURA DO RELATÓRIO
DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA
DO COMITÊ EXECUTIVO**

Em cumprimento do disposto no artigo 97 do Regulamento do Comitê Executivo, procede-se à assinatura do Relatório da Vigésima Sexta Reunião Ordinária do Comitê Executivo, às vinte e duas horas e trinta minutos do dia vinte e oito de setembro do ano dois mil e seis, na Sede Central do IICA, em Coronado, Costa Rica.

Este relatório será revisto pela Secretaria, e a ele serão incorporadas as modificações aprovadas na Sessão de Encerramento, antes de sua publicação na Série Documentos Oficiais nos quatro idiomas oficiais do Instituto, cujos textos têm a mesma autenticidade e validade.

O Secretário depositará os textos originais nos arquivos do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, irá disponibilizá-los na página do Instituto na Internet e enviará a versão final do Relatório aos governos dos Estados membros, aos Associados ao IICA, aos Observadores Permanentes e a outros participantes da Reunião.

Coronado, Costa Rica



Chelston W. D. Brathwaite
Diretor-Geral do IICA e
Secretário *ex officio* do Comitê
Executivo



Roman Solera
Funcionário Principal do
Ministério da Produção da
Costa Rica e Presidente do
Comitê Executivo em 2006

DISCURSOS

**DISCURSO DO DOUTOR CHELSTON W. D. BRATHWAITE,
DIRETOR-GERAL DO IICA, NA SESSÃO DE ABERTURA**

Desejo estender a todos e a cada um dos senhores as minhas mais cordiais boas-vindas à Vigésima Sexta Reunião Ordinária do Comitê Executivo que hoje estamos iniciando.

No ano passado, 2005, concluí os quatro primeiros anos de minha Administração. Nesse sentido, tenho a satisfação de apresentar aos Estados membros do Comitê Executivo um documento que resume os resultados alcançados nesse período.

O principal ganho desses quatro últimos anos foi havermos podido reposicionar e redirecionar o Instituto, hoje reconhecido como um componente importante da institucionalidade das Américas, capaz de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura, da segurança alimentar e da prosperidade rural no Hemisfério.

Isso se deveu à implantação de um novo modelo de cooperação técnica, que trouxe, como consequência, o seguinte:

- (i) o desenvolvimento de uma nova relação com os Estados membros, baseada na participação, na transparência e na prestação de contas, tendo entre os seus produtos as agendas de cooperação nacionais e regionais, que são instrumentos para priorizar as atividades do IICA e adaptá-las às necessidades dos países;
- (ii) o desenvolvimento de uma agenda comum para a agricultura e a vida rural nas Américas, preparada em colaboração com os Estados membros (Plano AGRO 2003-2015);
- (iii) a promoção de maior eficiência operacional, que permitiu ao Instituto fazer mais com poucos recursos, graças a uma gestão financeira cautelosa e responsável;
- (iv) a promoção de uma cultura de excelência no desempenho individual e de respeito por princípios e valores éticos, com ênfase no reconhecimento da contribuição das pessoas e dos grupos para o alcance das metas do Instituto;
- (v) a ampliação das relações com os parceiros estratégicos como meio para adotar um enfoque mais holístico com relação ao desenvolvimento agrícola e rural;

- (vi) o fortalecimento da base financeira do Instituto e da arrecadação das cotas em atraso, o que nos permitiu reduzir o saldo da dívida de US\$ 17,4 milhões em 2002 para US\$ 8,2 milhões em 2006;
- (vii) o estabelecimento de um novo sistema de avaliação do desempenho individual dos funcionários, baseado no alcance de resultados e da excelência e vinculado aos objetivos institucionais;
- (viii) o estabelecimento do Escritório de Miami para apoiar o Programa Interamericano de Promoção do Comércio, dos Negócios Agrícolas e da Inocuidade dos Alimentos;
- (ix) a eliminação dos Centros Regionais, a implementação de uma estrutura institucional mais horizontal e a destinação de US\$ 1,2 milhão, como economia pelo fechamento desses Centros, para atividades de cooperação técnica nos Estados membros; e
- (x) a determinação da verdadeira contribuição da agricultura para o desenvolvimento econômico em 17 países do Hemisfério.

Vejo a reeleição do Diretor-Geral para um segundo mandato de quatro anos como uma expressão de satisfação com os resultados do período passado e um compromisso de dar seguimento ao processo de modernização e reforma institucional iniciado em janeiro de 2002.

O Relatório Anual de 2005 do IICA, que hoje também está à disposição dos senhores, demonstra, no meu entender, que houve considerável avanço no fortalecimento dos planos de desenvolvimento agropecuário dos Estados membros e na execução de ações que promovem o desenvolvimento agropecuário sustentável, a segurança alimentar e a prosperidade rural nas Américas.

Em 2005, enfatizamos de modo especial a implementação dos mandatos recebidos das Reuniões Ministeriais sobre Agricultura e Vida Rural nas Américas, em particular com respeito à implementação do Plano AGRO 2003-2015, e concentramos nossa cooperação técnica em temas prioritários para os países.

O agronegócio e o desenvolvimento de empresas rurais

Na área do Desenvolvimento do Agronegócio, o IICA consolidou o Programa Interamericano de Promoção do Comércio, dos Negócios Agrícolas e da Inocuidade dos Alimentos, que compreende estes quatro componentes básicos:

- desenvolvimento de mercados;
- fortalecimento do agronegócio;

- inocuidade dos alimentos; e
- informação comercial.

Com sede no Escritório de Miami, esse Programa prestou cooperação técnica com vistas à promoção e utilização dos instrumentos de mercado, a exemplo da assessoria técnica que proporcionou às bolsas agropecuárias do Chile, El Salvador, Peru e Venezuela.

O Instituto continuou a promover o desenvolvimento das agroindústrias rurais de pequeno porte por meio do projeto PRODAR, consolidando uma rede de especialistas nesse tema e promovendo o desenvolvimento de plataformas de exportação para Montreal, no Canadá, e Miami, nos Estados Unidos.

Mediante o sistema de informação INFOAGRO, os empresários do agronegócio tiveram acesso a informação oportuna sobre os requisitos de importação dos mercados dos Estados Unidos, Canadá e União Européia.

Políticas e negociações comerciais

Nessa área o IICA adaptou suas atividades de cooperação às novas condições criadas pelas negociações comerciais agropecuárias e apoiou os Estados membros na avaliação do impacto das negociações comerciais que atualmente são entabuladas no setor agropecuário.

Durante a Sexta Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, realizada em Hong Kong em dezembro do ano passado, os ministros assinaram uma declaração ministerial que contém acordos concretos que beneficiarão nossas economias no futuro próximo.

Entre tais acordos, destacam-se os seguintes:

Fixar o ano de 2013 como limite para a eliminação de qualquer tipo de subsídios às exportações agropecuárias.

Abrir os mercados dos países industrializados, de modo que estejam livres de impostos e contingentes, para 87% das exportações dos países de menor desenvolvimento relativo.

Antes da Conferência Ministerial, o IICA apresentou o documento “*La Agricultura de las Américas frente a la Agenda de Doha para el Desarrollo*”, no qual é

destacada a necessidade de maior coordenação entre organismos internacionais quanto às necessidades comerciais dos países em desenvolvimento.

Concretamente, nosso documento sugere que, em qualquer acordo sobre agricultura que possa surgir das negociações atuais, deveriam ser consideradas cabalmente as necessidades, os problemas e peculiaridades dos países em desenvolvimento a fim de que possam contar com um setor agropecuário competitivo e participar cada vez mais no comércio internacional, em colaboração com organismos internacionais.

A fim de aprimorar a capacidade dos países para administrar e implementar acordos de livre comércio, o Instituto criou e pôs em funcionamento o programa de cooperação técnica denominado “Nodo de Política e Comércio: Ponto Focal México”. Esse programa difundiu os resultados da experiência mexicana nas áreas de políticas e comércio. Iniciou suas operações com pessoal técnico dos setores público e privado da América Central, do México e dos países da Região Andina.

Tecnologia e inovação

Na área da Tecnologia e Inovação, o IICA apoiou o fortalecimento institucional de organismos nacionais de pesquisa e desenvolvimento, tais como o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia da República Dominicana e o Instituto de Inovação e Transferência de Tecnologia Agropecuária da Costa Rica, a fim de promover a adoção de um novo paradigma para a inovação tecnológica.

Em cumprimento à Resolução IICA/JIA/Res.386(XXII-O/03), o Instituto iniciou a formulação de um programa hemisférico de biotecnologia e biossegurança. Peritos dos países e funcionários do IICA definiram as linhas prioritárias de ação desse programa.

O Instituto assessorou os países para que compartilhassem informação a respeito do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e sua implementação, principalmente com respeito à documentação requerida para o movimento transfronteiriço de produtos que contêm organismos vivos geneticamente modificados. Também promoveu a realização de reuniões técnicas na Argentina e no Canadá sobre a implementação do referido Protocolo.

Foram realizados *workshops* regionais na Costa Rica, República Dominicana e Trinidad e Tobago para identificar e avaliar necessidades na área da biotecnologia e biossegurança. Houve avanços na compilação e difusão de informação científica sobre biotecnologia e acompanhamento dos progressos científicos em nível mundial, em apoio ao desenvolvimento de políticas nacionais nessa matéria.

A Conferência Ministerial sobre o Uso da Ciência e da Tecnologia para Aumentar a Produtividade da Agricultura, realizada em conjunto com os governos dos Estados Unidos e da Costa Rica e com a participação de representantes da América Central, Argentina, Chile, México e República Dominicana, gerou importantes insumos para a formulação das políticas nacionais e regionais de inovação tecnológica.

Sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos

Recentes surtos de doenças transfronteiriças, tais como influenza aviária, encefalopatia bovina espongiforme e febre aftosa, evidenciaram a necessidade de coordenar ações de prevenção e controle de doenças em nível nacional, regional e global. Difundimos informações relativas a tais doenças transfronteiriças a fim de ajudar os países a agirem diante de emergências ocorridas durante o ano. Nessas iniciativas contamos com o apoio dos Estados membros, sobretudo do Canadá e dos Estados Unidos.

O IICA, em colaboração com a OPAS, OIE e outras organizações, realizou, no Brasil, a Conferência Hemisférica sobre Vigilância e Prevenção da Influenza Aviária. Os países participantes adotaram a Declaração de Brasília e assumiram compromissos de ordem política, técnica e financeira no sentido de empreender ações nos âmbitos nacional, regional e hemisférico diante da ameaça que constitui essa doença.

As ações de cooperação técnica do IICA na área da Sanidade Agropecuária e Inocuidade dos Alimentos (SAIA) estiveram concentradas na modernização institucional dos serviços nacionais de SAIA para que possam cumprir as normas internacionais com base numa visão compartilhada entre os setores público e privado, capaz de permitir aos países enfrentarem os desafios de um contexto cada vez mais globalizado. Os novos serviços em SAIA estão aprimorando suas atuais operações e, ao mesmo tempo, vêm trabalhando mais estreitamente com os ministérios da Saúde, do Comércio e das Relações Exteriores, com os quais empreendem ações conjuntas.

Os serviços veterinários e órgãos de defesa fitossanitária da Colômbia, Equador, Paraguai e Peru utilizaram o instrumento “Desempenho, Visão e Estratégia” (DVE) desenvolvido pelo IICA para avaliar a capacidade de resposta de seus serviços veterinários e de saúde pública.

O IICA continuou a promover a Iniciativa MFS para as Américas em colaboração com a OMC e com o apoio do USDA e do Canadá.

O Instituto também realizou o estudo sobre como melhorar a competitividade e o acesso aos mercados de exportações agrícolas por meio do desenvolvimento e da aplicação de normas de inocuidade e qualidade, com base no exemplo do aspargo

peruano, o qual descreve uma experiência bem-sucedida da aplicação das normas do Codex nas Américas.

O IICA e vários organismos internacionais desenvolveram esforços de colaboração conjunta na implementação das Séries Executivas de Liderança em Inocuidade dos Alimentos. Especialistas de 18 países do Hemisfério delinearão e implementaram projetos individuais e conjuntos em matéria de liderança e inocuidade dos alimentos.

Desenvolvimento rural sustentável

Na área do Desenvolvimento Rural Sustentável, o IICA concentrou ações de cooperação na formulação de estratégias, políticas e programas de desenvolvimento rural sob o enfoque territorial e prestou assessoramento técnico e capacitação ao Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, México, Panamá e Paraguai com vistas à formulação e implementação de estratégias de desenvolvimento rural.

Em consulta com o Programa Internacional de Diálogos Globais, foram realizados *workshops* sobre a importância do tema de gênero na promoção das pequenas e microempresas rurais e quanto à necessidade do acesso a crédito ao longo do tempo. Participaram organizações públicas e privadas do Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá e Peru.

Educação e capacitação

Na área da Educação e Capacitação, o IICA apoiou a realização de foros sobre educação agrícola superior nas regiões Andina, Caribe, Central e Sul, destinados a promover a modernização de currículos em instituições de educação agrícola e rural públicas e privadas.

No Caribe, foram envidados esforços por fortalecer os programas de intercâmbio para estudantes e professores de instituições de educação agrícola, promover o estabelecimento da rede de ensino a distância em educação agrícola e estimular a organização de foros de diálogo sobre educação agrícola e rural.

Os esforços conjuntos do IICA e do Banco Mundial visando a consolidar um sistema digital de educação a distância resultaram na criação do “Ed.rural”, mecanismo destinado a estabelecer vínculos entre os diferentes atores da agricultura e da vida rural no Hemisfério e proporcionar-lhes capacitação.

Elaboração de projetos de investimento

Em 2005, o Instituto continuou a apoiar os países na preparação e avaliação de perfis de projetos de investimento, de acordo com o enfoque integrado do desenvolvimento agrícola e rural.

O IICA prestou assessoramento aos países no seguinte: (1) negociações com organizações doadoras; (2) aprimoramento das capacidades dos especialistas locais das instituições de contrapartida que participam em projetos de pré-investimento; (3) apoio direto em processos de licitação; e (4) monitoração e gestão de uma carteira de projetos selecionados.

Nesse sentido, o Instituto atuou com parceiros nacionais dos setores público e privado e da sociedade civil na Bolívia, Brasil, Costa Rica, Equador, Guatemala, Panamá, Paraguai e Venezuela na elaboração e negociação de projetos de investimento de mais de US\$ 120 milhões.

Agora gostaria de mencionar os principais resultados com referência às Agendas Regionais.

Ações regionais e nacionais

Região Andina

A agenda de cooperação técnica da Região Andina, submetida ao Conselho de Ministros da Agricultura da Comunidade Andina, foi elaborada por consenso com os organismos regionais pertinentes.

Em seguida foi preparado um programa de trabalho com a Secretaria-Geral da Comunidade Andina, o qual já constitui a base das atividades do IICA em âmbito regional.

Com respeito ao fortalecimento das comunidades rurais, o Instituto apoiou a formulação do Plano de Desenvolvimento Rural Andino, que foi aprovado pelos Presidentes na Reunião do Conselho Andino de Presidentes.

Por meio do Grupo de Trabalho de Integração e Desenvolvimento Fronteiriço, o IICA apresentou dois projetos aos ministérios das Relações Exteriores dos países andinos, a saber:

- desenvolvimento da competitividade territorial nas zonas fronteiriças dos países andinos; e
- fortalecimento de conglomerados de agroindústrias rurais nas zonas fronteiriças dos países andinos.

Depois de aprovados pelos ministérios das Relações Exteriores, o IICA dará continuidade ao processo de negociação de recursos externos.

No **Equador**, o Instituto consolidou o Programa de Inspeção de Bananas para Exportação a fim de assegurar a qualidade e a sanidade da área cultivada. Os resultados desse programa são demonstrados na qualidade da fruta exportada para os principais mercados mundiais.

Na **Bolívia**, o IICA apoiou a implementação bem-sucedida de dois projetos financiados pelo BID, destinados à capacitação no uso de tecnologia e geração de emprego e renda para mulheres rurais (classificadoras da lã da alpaca) em La Paz.

Na **Colômbia**, o Centro de Excelência Fitossanitária iniciou suas operações com o apoio do ICA, do APHIS e da USAID; realizou seis estudos sobre análise de riscos; compartilhou experiências com o Brasil e o Canadá; e conseguiu que fosse aprovada nos Estados Unidos a importação de novos produtos colombianos.

No **Peru**, o Instituto empreendeu mais atividades no âmbito do projeto “Rede de Comunidades”, financiado pela CAF e voltado para o fortalecimento das capacidades financeiras e produtivas na Província de Huaura.

Na **Venezuela**, o IICA vem colaborando em projetos tais como os destinados ao desenvolvimento integrado da cafeicultura no Distrito de Andrés Eloy Blanco, ao desenvolvimento sustentável no Vale do Quibor e à realização de projetos produtivos em Yacambú. O Instituto concentrou-se na criação de um “novo tecido institucional”, baseado no enfoque territorial na zona de influência do sistema hidráulico Yacambú-Quibor. Também consolidou o sistema de informação denominado INFOAGRO Zulia.

Região Caribe

A agenda de cooperação técnica da Região Caribe permitiu ao IICA desempenhar um papel de liderança, contribuindo, assim, para os esforços destinados a reposicionar a agricultura e melhorar a vida rural na Região.

O IICA vem participando ativamente no desenvolvimento de programas para vincular a agricultura e o turismo. Como resultado desses esforços foi criado em

Barbados o Centro do Agroturismo, que tem incentivado e facilitado relações mutuamente proveitosas entre a comunidade agrícola e o setor do turismo em Barbados, Jamaica, Santa Lúcia e St. Kitts e Nevis, promovendo os conceitos de qualidade e confiabilidade na produção local de alimentos.

A fim de ajudar a formação de consenso mediante o diálogo, o Instituto esteve à frente na elaboração do relatório sobre a situação e perspectivas da agricultura e da vida rural no Caribe, aprovado pelo Foro de Ministros da Agricultura e pela Aliança para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e do Meio Rural no Caribe.

Esse documento serviu de base para a apresentação do Presidente Bharrat Jagdeo na Conferência Regional de Chefes de Governo em 2004 sobre as bases para reposicionar a agricultura no Caribe, hoje mais conhecida como “Iniciativa Jagdeo”.

Em colaboração com a FAO e as secretarias da CARICOM e da OECS, o IICA patrocinou reuniões e *workshops* com o objetivo de identificar as principais barreiras que o reposicionamento da agricultura enfrenta na Região e os meios para superá-las.

A alta incidência de desastres naturais no Caribe, além de resultar na perda de vidas humanas e prejuízos materiais, converteu-se num fator limitante importante para a sustentabilidade da agricultura na Região.

O IICA proporcionou assistência para reduzir os efeitos desses desastres e possibilitar a produção imediata de alimentos nas zonas afetadas. Também ajudou a avaliar os prejuízos e elaborar planos de reestruturação e modernização do setor agropecuário em Grenada e na Guiana.

No Caribe, o IICA ajudou a Organização dos Estados do Caribe Oriental a estabelecer um capítulo local da Associação de Agroempresários do Caribe, o que possibilitou o acesso aos mercados mais próximos. O Instituto vem coordenando um projeto com a UNESCO destinado a aumentar a participação dos jovens marginalizados do processo de desenvolvimento.

Em **Antígua e Barbuda**, o IICA apoiou a implementação de um plano de ação em casos de emergências fitossanitárias, estabeleceu o Comitê Sanitário e Fitossanitário e organizou *workshops* de capacitação sobre barreiras técnicas ao comércio. Também atribuiu especial atenção a projetos de desenvolvimento rural que enfatizam a capacitação de mulheres rurais.

Na **Dominica**, o IICA está administrando um sistema de crédito rotativo para pequenos produtores que também foram capacitados em aspectos de produção e gestão. O Instituto apoiou, ademais, o estabelecimento do Comitê Nacional Sanitário e

Fitossanitário e propiciou a implementação da agenda nacional com relação às medidas sanitárias e fitossanitárias.

Em **Grenada**, o Instituto ministrou cursos sobre agricultura orgânica, comércio eletrônico, gestão de propriedades rurais, boas práticas agrícolas, planejamento e gestão do comércio. Também contribuiu para o fortalecimento das capacidades do agronegócio com vistas ao planejamento e à gestão do comércio e fortaleceu os serviços de quarentena agrícola.

Em **Santa Lúcia**, o IICA promoveu a aprovação de políticas e medidas que propiciem oportunidades comerciais para produtores, em particular as relacionadas com o setor do turismo. O Instituto fortaleceu as capacidades locais para responder a emergências na área da sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos.

Em **São Vicente e Granadinas**, os produtores receberam capacitação com relação ao impacto da Lei sobre Bioterrorismo dos Estados Unidos e em administração de negócios, visando a torná-los mais eficientes e competitivos. Também foram capacitados funcionários em controle e erradicação de pragas e doenças.

Em **St. Kitts e Nevis**, as ações estiveram concentradas na obtenção de melhor compreensão das tendências do mercado mundial e no aprimoramento das capacidades locais para cumprir o Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias. Ademais, o IICA colaborou com o Governo na diversificação da cana-de-açúcar e na implementação de vários projetos de desenvolvimento rural.

Nas **Bahamas**, o IICA desenvolveu e implementou o quadro de referência do sistema de inocuidade dos alimentos e assessorou o estabelecimento da Comissão Nacional de Inocuidade dos Alimentos. Foram desenvolvidos planos de ação para atender a situações de emergências sanitárias e fitossanitárias, tendo sido prestado assessoramento para recuperação das áreas rurais afetadas pelos furacões.

Na **Guiana**, o Instituto prestou apoio técnico ao Programa de Desenvolvimento do Setor Leiteiro e ao Programa de Desenvolvimento Econômico de Linden. Foram introduzidas novas tecnologias em duas comunidades indígenas na região de Essequibo e foi coordenado o desenvolvimento de um plano de recuperação dos setores agrícola e rural depois da passagem do furacão Ivan.

Na **Jamaica**, em colaboração com o Instituto Jamaicano da Bauxita, o IICA está recuperando as terras onde era produzida bauxita na região Mocho a fim de destiná-las à caprinocultura. Com recursos proporcionados pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional, o Instituto iniciou um projeto em Clarendon cujo

propósito é fortalecer a vantagem comparativa dos produtores primários, com ênfase nas mulheres produtoras rurais.

No **Suriname**, o Instituto apoiou a gestão do controle da mosca-da-carambola e fortaleceu a infra-estrutura de quarentena e certificação com recursos da USAID, do FIAD e do Dutch Treaty Fund. Também apoiou o estabelecimento do Comitê Nacional de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, financiado pelo BID. Em colaboração com a Universidade do Suriname, o Instituto criou a primeira biblioteca virtual no país, onde é possível ter acesso a todos os dados agrícolas de seis instituições sociais.

Em **Barbados**, além do Centro do Agroturismo, o IICA promoveu a produção de produtos orgânicos e a formação de vínculos diretos entre produtores e o setor do turismo, apoiou a criação do carneiro de barriga negra em escala comercial e ofereceu capacitação em hidropônica e gestão sustentável do solo.

Na **República Dominicana**, o Instituto atribuiu especial atenção ao desenvolvimento de capacidades para as negociações comerciais agropecuárias, à análise da competitividade e a programas de promoção das exportações agrícolas. Ademais, colaborou na consolidação da cooperação entre os setores público e privado com vistas a cumprir as medidas sanitárias e fitossanitárias da OMC. É importante ressaltar o permanente apoio emprestado ao projeto “Banco de Leite” e ao desenvolvimento de programas de agroturismo e agricultura orgânica.

No **Haiti**, o IICA executou o Programa de Controle da Peste Suína Clássica e, juntamente com a Universidade EARTH, apoiou a realização de intercâmbios estudantis e conduziu um processo de reengenharia dos programas de estudo de universidades haitianas. Também cabe mencionar o apoio permanente ao projeto “Pwotokol”, em especial no que concerne ao “Kredifanm”, programa de crédito para mulheres rurais.

Em **Trinidad e Tobago**, foram envidados esforços por sensibilizar as autoridades e empresários quanto às implicações dos processos de liberalização comercial e assuntos atuais relacionados com a sanidade agropecuária e a inocuidade dos alimentos. Além disso, o IICA coordenou tarefas destinadas a determinar a real contribuição da agricultura à economia do país e ao desenvolvimento de uma estratégia de agrobiotecnologia.

Região Central

A agenda de cooperação técnica da Região Central esteve focalizada na análise e sistematização da informação e na capacitação sobre como negociar e administrar acordos comerciais no contexto das negociações do CAFTA.

O IICA colaborou com o Conselho Agropecuário Centro-Americano (CAC) e com o setor privado na análise e definição de posições no contexto do processo de negociação do acordo de livre comércio da América Central com os Estados Unidos.

O Instituto promoveu as exportações agropecuárias mediante as “plataformas para exportação” e elaborou um projeto destinado a fortalecer a gestão do agronegócio a fim de que as empresas centro-americanas consigam o acesso aos mercados. O projeto foi selecionado para concorrer a recursos não-reembolsáveis da Agência Espanhola de Cooperação Internacional.

Em colaboração com a OIRSA, o CATIE, a SAGARPA e o CAC, o IICA apoiou diretamente o delineamento de um quadro normativo sobre organismos vivos modificados utilizados na agricultura e de uma estratégia regional em agrobiotecnologia. A partir de então, vem acompanhando a aplicação de ambos.

Na **Costa Rica**, o Instituto prestou apoio técnico direto à formulação de um programa de gestão integrada de recursos hídricos e serviços estratégicos para sua conservação e produção, delineado com o objetivo de alcançar eficiência econômica, desenvolvimento social com equidade e sustentabilidade ambiental. É também importante mencionar a participação conjunta do IICA e do Ministério da Agricultura e Pecuária no planejamento e implementação de um programa de desenvolvimento rural sustentável.

Em **El Salvador**, o IICA e seus parceiros continuaram a implementar o Programa Nacional das Frutas (MAG-Frutales), que gerou cerca de 6.000 empregos e um mercado com valor potencial de US\$ 50 milhões anuais. Como membro de um consórcio estabelecido com o CATIE, a Universidade Centro-Americana e o Catholic Aid Service, o IICA implementou a primeira fase do Programa Ambiental de El Salvador (PAES). A segunda fase está em andamento nos Departamentos de Santa Ana e Chalatenango.

Na **Guatemala**, o Instituto formulou uma estratégia de investimento para o desenvolvimento agrícola e rural e participou na criação de um fundo destinado a incentivar o investimento do setor privado no agronegócio e de um sistema financeiro rural, baseado na responsabilidade social compartilhada. Em articulação com a Associação Nacional do Café e com o CATIE e sob os auspícios do PROMECAFE, o IICA contribuiu para aumentar a produtividade do café mediante a produção de variedades melhoradas de sementes, a erradicação de parasitas, a fabricação e distribuição de armadilhas e o estabelecimento de um banco de dados em fitogenética.

A ampla carteira de projetos da **Nicarágua** compreende um programa de sementes melhoradas denominado “Libra por libra”, destinado a aumentar a produção e o rendimento dos grãos básicos. Graças a esse projeto, executado com a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), o MAGFOR e o setor privado, foi possível substituir as importações agrícolas e aumentar a capacidade exportadora do país.

Em **Honduras**, o IICA implementou com sucesso a Segunda Plataforma de Exportação e contribuiu para a participação de agroexportadores nas feiras comerciais SIAL e Anuga, realizadas no Canadá e na Alemanha, respectivamente. O Instituto também apoiou a modernização das normas sanitárias e zoossanitárias, que foram adaptadas aos acordos da OMC.

Em **Belize**, o IICA aumentou a competitividade do setor açucareiro e realizou pesquisas sobre frutas e raízes tropicais.

No **Panamá**, o Instituto apoiou o fortalecimento de capacidades em negociações comerciais, em geral, e no âmbito do Acordo de Livre Comércio com os Estados Unidos, em particular. Colaborou na preparação de análises sobre a competitividade de produtos sensíveis e apoiou a modernização do programa de serviços agrícolas. Além disso, participou em ações com o objetivo de aperfeiçoar o programa educativo na INA e na Universidade Nacional, bem como na implementação do projeto de desenvolvimento rural denominado “Triple C” em três províncias do país.

Região Norte

Na **Região Norte**, o IICA apoiou iniciativas de integração de mercados com o propósito de fortalecer o processo de integração regional, tendo desempenhado importante papel em sua participação no grupo informal sobre integração, estabelecido no contexto do NAFTA.

Juntamente com o Instituto de Inocuidade dos Alimentos das Américas, o IICA cooperou com os Estados membros no melhoramento da sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, tanto na Região como em todo o Hemisfério.

Foram realizadas várias atividades de cooperação horizontal que contaram com o apoio dos **Estados Unidos, México e Canadá**, entre as quais desejo destacar a parceria Canadá-CARICOM destinada a aperfeiçoar capacidades em inocuidade dos alimentos, cujo alvo são os especialistas no Caribe.

Com o apoio do USDA, o IICA ajudou as vítimas das chuvas torrenciais que assolaram o Haiti mediante o estabelecimento de um programa de geração de emprego, gestão de bacias hidrográficas e prevenção de desastres.

Uma das ações mais importantes realizadas no **México** foi a implementação do Zócalo Rural, iniciativa delineada para coordenar ações de cooperação técnica que apóiam diretamente o Governo mexicano na implementação da Lei do Desenvolvimento Rural Sustentável.

Outra grande contribuição foi a preparação, a pedido da Secretaria de Agricultura, de um estudo sobre o impacto do U.S. Farm Bill no setor agropecuário mexicano.

Região Sul

Na **Região Sul**, o Instituto apoiou a Secretaria Técnica do Conselho Agropecuário do Sul (CAS) e outros foros de análise e diálogo, tais como a Rede de Coordenação de Políticas Agropecuárias (REDPA), o Grupo Informal de Negociadores Agrícolas e o PROCISUR.

Na área da sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, o IICA apoiou o fortalecimento do Comitê de Sanidade Vegetal (COSAVE), inclusive sua gerência técnica, e as atividades do Comitê Veterinário Permanente.

Por meio do PROCISUR foram estabelecidas novas plataformas tecnológicas para coordenar as ações das instituições nacionais de pesquisa agropecuária da Região. Também foi posto em funcionamento um programa de sustentabilidade ambiental para fortalecer a inovação tecnológica na Região.

Na **Argentina**, o Instituto apoiou os foros “Seminário *outlook* da agroindústria argentina: o campo como eixo da sociedade argentina” e “A China no mercado mundial agroalimentar”, em colaboração com a Secretaria da Agricultura e com a Bolsa de Produtos de Buenos Aires, respectivamente.

Outra atividade de destaque foi a organização de três seminários para produtores e empresários agropecuários sobre exportação de produtos agroalimentares, novas formas de fideicomisso e competitividade da cadeia de criação de coelhos. O último desses seminários levou ao estabelecimento da Câmara Argentina de Cunicultores.

Em vários Estados do **Brasil**, o IICA apoiou a elaboração e gestão de projetos de combate à pobreza rural financiados pelo BID. A instituição do “Nodo do Agronegócio:

Ponto Focal Brasil” constitui o início de um importante projeto que colocará à disposição de outros Estados membros do IICA as experiências brasileiras no campo do agronegócio.

No **Chile**, com a criação do “Nodo de Cooperação Horizontal: Ponto Focal Chile”, estamos iniciando um importante projeto cujo objetivo é proporcionar aos Estados membros informação sobre a experiência chilena no desenvolvimento das exportações agrícolas.

O IICA e a FAO organizaram a Primeira Reunião Hemisférica de Controle Fronteiriço Internacional de Saúde Animal e Vegetal. A IV Região do Chile também foi beneficiada pela constituição de um grupo técnico com agricultores e profissionais de instituições públicas no contexto de um programa destinado à geração de capacidades para pequenos produtores rurais de Convento Viejo e à caracterização de mulheres produtoras naquela área.

No **Paraguai**, o IICA prestou apoio técnico e administrativo na execução de projetos agropecuários com recursos financeiros do BID. Entre as iniciativas mais importantes, destacam-se as destinadas a apoiar o desenvolvimento de pequenas propriedades algodoeiras, impulsionar o melhoramento técnico e a diversificação da produção rural, apoiar o Sistema Nacional Ambiental, fortalecer o Instituto Paraguai do Indígena e implementar um programa de educação sobre proteção da saúde pública e zoonose.

No **Uruguai**, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca, o IICA preparou um catálogo de peritos em temas agropecuários e rurais, que constituiu uma importante contribuição para projetar a imagem do país e implementar uma política proativa de cooperação internacional.

O IICA também realizou um ciclo de conferências denominado “Políticas de Estado: o agro nos tempos por vir”, relacionado com o apoio à competitividade e ao comércio.

Nesse área, o Escritório do IICA continuou a prestar serviços de assessoramento e capacitação ao setor agroexportador do Uruguai com o apoio do BID.

Relações com parceiros estratégicos

Mediante o fortalecimento de suas relações com parceiros estratégicos, o IICA pôde alavancar recursos para a realização de atividades de desenvolvimento agrícola e rural e prestar informação sobre carteiras de investimento e prioridades. Foi

estabelecido o Comitê de Coordenação de Assuntos com Parceiros Estratégicos, ao qual foi atribuída a tarefa de definir um enfoque institucional para forjar parcerias estratégicas efetivas e facilitar a coordenação em nível interno.

O Instituto continuou a fortalecer suas parcerias e vínculos com organizações envolvidas em negociações comerciais agrícolas, tais como OMC, FAO, BID/INTAL, CEPAL, ALADI, SIECA e CARICOM.

Durante 2005, o IICA concentrou-se no estabelecimento de parcerias com novas instituições, tais como CropLife, Starbucks, World Food Prize Foundation e ECOSOC. Também entabulou conversações com a Agência de Conservação Ambiental dos Estados Unidos e, com o apoio da USAID, conseguiu tornar os Escritórios do IICA mais eficientes, para cujo efeito estabeleceu novos arranjos institucionais que maximizam os recursos políticos, financeiros e técnicos disponíveis.

Foram envidados esforços com vistas a aperfeiçoar as capacidades e aumentar as oportunidades proporcionadas pelas instituições públicas, empresas e centros educacionais dos Estados Unidos que se dedicam ao melhoramento da agricultura e das comunidades rurais das Américas. O Instituto também continuou a fortalecer suas relações com a OPAS e com a OEA em áreas complementares de atuação.

O IICA aumentou suas atividades conjuntas com o BID; chegou a um acordo sobre um plano de trabalho conjunto com a Unidade de Desenvolvimento Rural da OEA; negociou um acordo de cooperação com a Universidade da Flórida e com a FAVA/CA e estreitou seus vínculos com o MIGA, entidade chave do grupo do Banco Mundial com a qual vem sendo preparado um acordo de cooperação.

Por intermédio do seu Escritório na Espanha, o Instituto desenvolveu e fortaleceu novas parcerias estratégicas com a Comissão Européia e com as organizações bilaterais da UE. Preparou e negociou vários programas patrocinados pela UE nas áreas de desenvolvimento de pequenas empresas, educação, capacitação e redução da pobreza rural, bem como projetos destinados a aumentar o uso da ciência e da tecnologia na agricultura. Finalmente, o Instituto assinou um novo acordo de cooperação com o Governo espanhol que facilitará a continuação das operações do IICA na Europa.

Na área da integração hemisférica, o Instituto aumentou suas ações com o Grupo Interinstitucional de Desenvolvimento Rural e com o GECAFS; também negociou iniciativas de trabalho conjunto com o RUPRI (Estados Unidos) para a realização de avaliações comparativas sobre políticas de desenvolvimento rural.

Tendências econômicas futuras

Quais são, então, as futuras tendências econômicas e como elas afetarão os setores alimentar e agrícola dos Estados membros?

Espera-se que a economia global tenha um grande crescimento na próxima década em consequência do progresso das principais economias do mundo. No que concerne à América Latina e ao Caribe, as projeções do crescimento da economia são, em média, de 4% anuais.

Os setores agropecuários dos Estados Unidos e da União Européia registrarão grandes mudanças em suas políticas internas de apoio ao setor e aos subsídios às exportações, o que terá um impacto negativo em suas balanças comerciais agropecuárias.

A China constitui um mercado de muito interesse. Em vista do aumento de seu poder aquisitivo e da maior abertura comercial, a China terá que consumir parte de sua produção de grãos e deverá importar maiores quantidades de soja, trigo, milho, cevada, frutas e carne, o que poderá representar oportunidades comerciais para os produtores do nosso Hemisfério.

Espera-se, também, que a produção agropecuária continue a crescer no mundo inteiro, em consequência não da ampliação da fronteira agrícola, mas do aumento da produtividade. No entanto, a taxa de aumento do consumo será menor do que a da produção.

Os setores dos alimentos saudáveis, orgânicos, preparados e étnicos dos mercados agropecuários aumentarão, mas a produção será gradualmente adaptada para que responda às mudanças nas demandas e atenda aos padrões de saúde e qualidade.

Prevalecerão cadeias agroalimentares mais curtas e verticais, o que significa que os pequenos produtores que não consigam atender às demandas dos grandes comerciantes ficarão para trás. Esses agricultores terão que diferenciar seus produtos ou direcionar sua produção exclusivamente para nichos de mercados específicos.

A pobreza rural não diminuirá até que se consiga reduzir a brecha tecnológica entre o setor da produção agroindustrial moderna e o da produção tradicional de pequena escala e se introduza a análise da distribuição dos benefícios da tecnologia no delineamento desta.

Os pobres rurais expressarão suas demandas com maior veemência. Em resposta, as autoridades governamentais deverão estimular o diálogo político formal destinado a

equacionar problemas tais como a distribuição desigual da renda e da terra e a alocação de recursos para educação e capacitação.

Os altos preços que prevalecem em nível mundial nos produtos derivados do petróleo obrigarão ao maior interesse pela produção de agroenergia de produtos agropecuários, tais como cana-de-açúcar, grãos e oleaginosas. Em muitos países do Hemisfério, aumentará o interesse na experiência que o Brasil vem desenvolvendo na produção de álcool como combustível para automotores. O uso da agroenergia terá efeitos positivos no meio ambiente e gerará novas oportunidades de emprego.

E quais serão nossas respostas a essas tendências globais?

Devemos produzir para o mercado

Os atores das cadeias agroalimentares devem deixar de ter seu foco no abastecimento e começar a produzir a partir da demanda. Isso só será possível se:

- estiverem informados sobre as mudanças na ordem mundial, seja para aproveitar as oportunidades que oferecem os novos mercados, seja para adotar ações estratégicas contra competidores potenciais;
- forem adotadas medidas para que se antecipem às reformas na conjuntura mundial a fim de beneficiarem-se da eliminação dos subsídios; e se for dado seguimento às mudanças nas demandas com vistas a adaptar tanto os produtos como as práticas de manufatura;
- for possível conquistar a confiança dos consumidores mediante o cumprimento dos requisitos da inocuidade dos alimentos; e
- forem definidas novas competências, estratégias e planos de trabalho para os ministérios da Agricultura e estimuladas iniciativas público-privadas destinadas ao desenvolvimento do agronegócio.

Devemos nos incorporar à revolução tecnológica

Produzir para o mercado também significa que a agricultura e as áreas rurais deverão participar da revolução tecnológica. A agricultura deverá ser diversificada e modernizada para que seja compatível com a conservação dos recursos naturais, economicamente viável, baseada na gestão do conhecimento para o mercado e centrada na tecnologia e nos processos de inovação mediante o agronegócio. Para tanto, é

preciso aperfeiçoar o fluxo e a gestão da informação, o que requer a incorporação dos setores agrícola e rural ao mundo digital.

Devemos reduzir a pobreza e melhorar a distribuição da renda

É preciso criar oportunidades de empregos dignos em atividades agrícolas e não-agrícolas nos territórios rurais, bem como promover a adoção de um modelo de desenvolvimento nacional em que os temas rurais sejam vistos como questões estratégicas e que esteja voltado para a erradicação da pobreza e da desigualdade.

Isso será possível se modificarmos o atual padrão de crescimento, fazendo com que os benefícios cheguem aos mais pobres, reconhecendo a verdadeira contribuição de todos os atores das cadeias, melhorando a distribuição dos benefícios, estimulando a colaboração social e fortalecendo as famílias e a dignidade da população das áreas rurais.

Devemos estimular o desenvolvimento das capacidades dos atores dos setores de alimentos e do agronegócio

Esta área de trabalho é fundamental para gerar as condições necessárias para abordar as três primeiras com sucesso. Os produtores devem converter-se em agroempresários. Para tanto, é preciso que adquiram mais conhecimentos, aperfeiçoem suas capacidades gerenciais, aprendam a interpretar as demandas dos mercados, familiarizem-se com as normas que regem o comércio e, sobretudo, baseiem suas decisões de negócios em informação precisa e atualizada. Também necessitarão de novas aptidões, destrezas e conhecimentos que lhes permitam participar em atividades não-agrícolas nos territórios rurais e ter acesso a melhores empregos. Além disso, deverão ser criadas novas capacidades organizacionais mediante as quais a agricultura familiar e a produção de pequena escala possam incorporar-se à cadeia produção-abastecimento.

O papel futuro

Nossa meta atual é construir olhando para os resultados do passado e continuar a cooperar com nossos Estados membros no reposicionamento do setor agropecuário para que possam enfrentar os desafios globais do século XXI.

Considero que nossos países hoje enfrentam seis grandes desafios globais, quais sejam: (i) erradicar a fome e a pobreza; (ii) assegurar a sustentabilidade ambiental e responder às mudanças climáticas; (iii) combater as doenças transfronteiriças, como a influenza aviária, a febre aftosa e a doença da vaca louca; (iv) aumentar a competitividade de suas economias para fazer face à competência internacional e

participar na economia global; (v) solucionar os problemas associados ao alto custo da energia e à disponibilidade de água; e (vi) fazer prevalecer uma sociedade global para o desenvolvimento, considerando a conclusão da Agenda Comercial de Doha para o Desenvolvimento.

Dados os desafios assinalados, preparamos no IICA, em colaboração com os Estados membros, o Plano de Médio Prazo 2006-2010 que visa a consolidar as mudanças do passado e cooperar com os Estados membros para que possam enfrentar os novos desafios.

O objetivo fundamental desse Plano é prestar cooperação aos Estados membros a fim de cumprirem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, trabalhando com eles para que alcancem o desenvolvimento agrícola sustentável, a segurança alimentar e a prosperidade rural. Esperamos que o Comitê Executivo aprove o Plano de Médio Prazo.

Esperamos, também, que o Comitê aprove o Programa Hemisférico de Biotecnologia e Biossegurança e o Orçamento-Programa de 2007.

Também submeteremos à sua consideração a versão revista do Programa Hemisférico de Agroenergia, uma versão atualizada da análise feita sobre o Escritório na Espanha e algumas emendas ao Regulamento da Direção-Geral e ao Regulamento do Pessoal.

Esses assuntos já foram objeto de consideração pela CCEAG em sua reunião ordinária deste ano, da qual surgiram sugestões e idéias, muitas das quais já incorporadas aos documentos que hoje são submetidos à sua apreciação.

Espero contar com a colaboração e o apoio dos senhores para continuarmos a trabalhar juntos e fazer do IICA uma instituição de excelência técnica para a agricultura das Américas.

ANEXOS

TEMÁRIO
(IICA/CE/Doc.475(06))

- | | |
|--|----------------------------|
| 1. Programa preliminar de trabalho da reunião | <i>IICA/CE/Doc.476(06)</i> |
| 2. Relatórios apresentados pelo Diretor-Geral ao Comitê Executivo | |
| 2.1 Mensagem do Diretor-Geral | <i>(Sem número)</i> |
| 2.2 Relatório da reunião de 2006 da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais | <i>IICA/CE/Doc.477(06)</i> |
| 3. Assuntos institucionais e serviços de cooperação | |
| 3.1 Relatório Anual do IICA de 2005 | <i>IICA/CE/Doc.478(06)</i> |
| 3.2 Proposta de Plano de Médio Prazo 2006-2010 | <i>IICA/CE/Doc.479(06)</i> |
| Proposta de Programa Hemisférico de Biotecnologia e Biossegurança e financiamento de suas ações prioritárias | <i>IICA/CE/Doc.480(06)</i> |
| 3.4 Avanços na preparação do Programa Hemisférico de Agroenergia e Biocombustíveis | <i>IICA/CE/Doc.481(06)</i> |
| Dimensão internacional: o futuro do Escritório do IICA na Espanha | <i>IICA/CE/Doc.482(06)</i> |
| 4. Assuntos financeiros e orçamentários | |
| 4.1 Demonstrativos financeiros do IICA em 2005 e relatório dos Auditores Externos | <i>IICA/CE/Doc.483(06)</i> |
| 4.2 Décimo segundo relatório anual do Comitê de Exame de Auditoria (CEA) do IICA | <i>IICA/CE/Doc.484(06)</i> |

- Situação atualizada do pagamento das cotas e avanços na arrecadação das cotas devidas ao Instituto *IICA/CE/Doc.485(06)*
- 4.4 Projeto de Orçamento-Programa de 2007 *IICA/CE/Doc.486(06)*
- 5. Modernização da gestão dos recursos humanos**
- 5.1 Proposta de emendas ao Regulamento do Pessoal e ao Regulamento da Direção-Geral *IICA/CE/Doc.487(06)*
- 5.2 Sistema para determinação e revisão da remuneração do Diretor-Geral *IICA/CE/Doc.488(06)*
- 6. Dos órgãos de governo do IICA e da Reunião Ministerial**
- 6.1 Cumprimento das resoluções da Décima Terceira Reunião Ordinária da JIA *IICA/CE/Doc.489(06)*
- 6.2 Cumprimento das resoluções da Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo *IICA/CE/Doc.490(06)*
- 6.3 Vigência da presidência da Junta Interamericana de Agricultura *IICA/CE/Doc.491(06)*
- 6.4 Proposta de emendas aos artigos 73, 96 e 97 do Regulamento do Comitê Executivo e dos artigos 65, 67 e 88 do Regulamento da JIA *IICA/CE/Doc.492(06)*
- 6.5 Data e sede da Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Comitê Executivo *IICA/CE/Doc.493(06)*
- 7. Assuntos diversos**
- Fortalecimento das relações IICA-CATIE *IICA/CE/Doc.494(06)*

LISTA DE PARTICIPANTES

ESTADOS MEMBROS DO COMITÊ EXECUTIVO

BELIZE

Mario Castellanos (*titular*)
Minister of State
Ministry of Agriculture and Fisheries
Belmopan
Tel.: (501) 822 2241/822 2242
Fax: (501) 822 2409
minaf@btl.net

BOLÍVIA

Simón Freddy Condo R. (*titular*)
Viceministro de Desarrollo Rural y
Agropecuario
Ministerio de Desarrollo Rural,
Agropecuario y Medio Ambiente
La Paz
Tel.: (591 2) 220 3826
Fax: (591 2) 233 6041
cond_huascar@yahoo.es

Pastor Sainz Moya
Ministro Consejero
Embajada de Bolivia en Costa Rica
San José, Costa Rica
Tel.: (506) 290 8844
Fax: (506) 231 2306
embocr@racsa.co.cr

BRASIL

Luiz Gomes de Souza (*titular*)
Secretário-Geral
Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento Brasília, DF
Tel.: (55 61) 3225 8098
Fax: (55 61) 3225 9018
se@agricultura.gov.br

Edilson Guimarães
Secretário de Política Agrícola
Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento
Brasília, DF
Tel.: (55 61) 3218 2505
Fax: (55 61) 3224 8414
edguima@agricultura.gov.br

Lino Colsera
Secretário Adjunto de Relações
Internacionais do Agronegócio
Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento
Brasília, DF
Tel.: (55 61) 3218 2468
Fax: (55 61) 3225 4738
colsera@agricultura.gov.br

Conselheiro Sérgio Rodrigues dos Santos
 Embaixada do Brasil na Costa Rica
 Tel.: (506) 295 6875
 Fax: (506) 295 6874
 sergio.santos2005@gmail.com

CANADÁ

Paul Murphy (*titular*)
 Executive Director
 Agriculture and Agri-Food Canada
 Ottawa
 Tel.: (613) 759 1167
 Fax: (613) 759 6690
 murphypa@agr.gc.ca

Rachel Archer
 Multilateral Affairs Officer
 Agriculture and Agri-Food Canada
 Ottawa
 Tel.: (613) 715 5018
 Fax: (613) 759 6690
 archerr@agr.gc.ca

COSTA RICA

Román Solera Andara (*titular*)
 Oficial Mayor
 Ministerio de la Producción
 San José
 Tel.: (506) 231 1051
 Fax: (506) 232 0677
 rsolera@mag.go.cr

GRENADA

Adrian Mitchell (*titular*)
 Minister in the Ministry of Agriculture
 Government of Grenada
 Ministerial Complex, Botanical
 Gardens
 St. George`s
 Tel.: (473) 440 2722 / 440 7950
 Fax: (473) 440 4191
 agriculture@gov.gd

JAMAICA

Donovan Stanberry (*titular*)
 Permanent Secretary
 Ministry of Agriculture and Lands
 Kingston
 Tel.: (876) 927 1790
 Fax: (876) 927 1904
 psoffice@moa.gov.jm

MÉXICO

Víctor Villalobos Arámbula (*titular*)
 Coordinador de Asuntos
 Internacionales
 Secretaría de Agricultura, Ganadería,
 Desarrollo Rural, Pesca y
 Alimentación (SAGARPA)
 Tel.: (525) 918 31000 ext. 33160
 Fax: (525) 918 31000 ext. 33209
 vvilla@sagarpa.gob.mx

María de Lourdes Cruz Trinidad
 Directora, Relaciones Internacionales
 Secretaría de Agricultura, Ganadería,
 Desarrollo Rural, Pesca y
 Alimentación (SAGARPA)
 Tel.: (525) 918 31058
 Fax: (525) 918 31000 ext.33209
mcruz.dgai@sagarpa.gob.mx

PANAMÁ

Erick Fidel Santamaría (*titular*)
 Viceministro
 Ministerio de Desarrollo Agropecuario
 Apartado 5390 - Zona 5
 Tel.: (507) 507 0611
 Fax: (507) 232 6237
 esantamaria@mida.gob.pa

PARAGUAI

Ricardo Garay (*titular*)
 Ministro de Agricultura
 Ministerio de Agricultura
 Asunción
 Tel.: (595) 21 440 718
 Fax: (595) 21 449 951
 ministromag@telesurf.com.py

Julio Arriola
 Encargado de Negocios
 Embajada de Paraguay en Costa Rica
 San José, Costa Rica
 Tel.: (506) 234 0763
 Fax: (506) 234 0891
 embapar@racsa.co.cr
 jcarriolar@hotmail.com

Stefanía Laterza
 Primera Secretaria
 Embajada de Paraguay en Costa Rica
 San José, Costa Rica
 Tel.: (506) 234 0763
 Fax: (506) 234 0891
 estefanía.laterza@yahoo.com

TRINIDAD E TOBAGO

Philippa Forde (*titular*)
 Acting Permanent Secretary
 Ministry of Agriculture, Land and
 Marine Resources
 Port of Spain
 Tel.: (868) 622 5596
 Fax: (868) 622 8202
 psmalmr@tsst.net.tt

URUGUAI

Martín Buxedas (*titular*)
 Director
 Oficina de Programación y Política
 Agropecuaria
 Ministerio de Ganadería, Agricultura
 y Pesca
 Montevideo
 Tel.: (598 2) 412 6362
 Fax: (598 2) 410 7003
 opypa@mgap.gub.uy

**ESTADOS NÃO-MEMBROS DO
COMITÊ EXECUTIVO****ARGENTINA**

Oscar H. Ghersi (*titular*)
 Asesor
 Secretaría de Agricultura, Ganadería,
 Pesca y Alimentos
 Buenos Aires
 Tel.: (54 11) 4802 6101
 Fax: (54 11) 4802 6101
 oghersi@correo.inta.gov.ar

Liliana Mónica Sola
 Directora Nacional de Servicios
 Agropecuarios, Enc.
 Secretaría de Agricultura, Ganadería,
 Pesca y Alimentos
 Buenos Aires
 Tel.: (54 11) 4349 2710
 Fax: (54 11) 4349 2704
 lsola@mecon.gov.ar

Daniela Raposo
 Asesora
 Dirección Nacional de Mercados
 Secretaría de Agricultura, Ganadería,
 Pesca y Alimentación
 Buenos Aires
 Tel.: (54 11) 434 92268
 Fax: (54 11) 434 92244
 drapos@mecon.gov.ar

Juan Arcuri
 Embajador de la República de
 Argentina
 Embajada de la República de
 Argentina en Costa Rica
 Tel.: (506) 234 6520
 jja@mrecic.gov.ar

CHILE

Cecilia Rojas Le-Bert (*titular*)
 Oficial Asuntos Internacionales
 ODEPA
 Ministerio de Agricultura
 Santiago
 Tel.: (56 2) 397 30 97
 Fax: (56 2) 397 30 54
 crojas@odepa.gob.cl

Esteban Córdova Tapia
 Consejero de Cooperación
 Embajada de la República de Chile
 San José, Costa Rica
 Tel.: (506) 224 1547
 Fax: (506) 224 1634
 ecordova@embachile.co.cr

EQUADOR

Jorge Hernán Chiriboga P. (*titular*)
 Viceministro de Agricultura y
 Ganadería
 Ministerio de Agricultura y Ganadería
 Quito
 Tel.: (593 2) 252 3043
 Fax: (593 2) 256 4645
 viceministro@mag.gov.ec

ESTADOS UNIDOS

Charles R. Bertsch (*titular*)
 Director, Multilateral Negotiations
 and Agreements
 Foreign Agricultural Service
 U.S. Department of Agriculture
 Washington, D.C.
 Tel.: (202) 690 6278
 Fax: (202) 720 1139
 Charles.Bertsch@usda.gov

Stacy D. Williams
 Specialized Organizations Advisor
 U. S. Department of State
 Washington, D.C.
 Tel.: (202) 647 8099
 Fax: (202) 647 0911
 williamssd3@state.gov

Marianne McElroy
 International Relations Advisor
 Foreign Agricultural Service
 U.S. Department of Agriculture
 Washington, D.C.
 Tel.: (202) 690 1522
 Fax: (202) 690 1841
 marianne.mcelroy@fas.usda.gov

Susan Sadocha
 International Relations Advisor
 Foreign Agricultural Service
 U.S. Department of Agriculture
 Washington, D.C.
 Tel.: (202) 690 0855
 Fax: (202) 720 1139
 Susan.Sadocha@usda.gov

GUATEMALA

Erasmus Sánchez Ruiz (*titular*)
 Viceministro de Agricultura
 Ministerio de Agricultura, Ganadería
 y Alimentación
 Ciudad de Guatemala
 Tel.: (502) 244 54123
 Fax: (502) 244 54123

Anabella Osorio
 Asesora y Delegada Ministerial
 Ministerio de Agricultura, Ganadería
 y Alimentación
 Ciudad de Guatemala
 Tel.: (502) 244 54123
 Fax: (502) 244 54123
 vicepeten@intelnett.com

HAITI

François Joseph Delinois (*titular*)
 Chargé de Mission à la Coopération
 Externe et Délégué Ministériel
 Ministère de l'Agriculture, des
 Ressources Naturelles e du
 Développement Rural
 Port-au-Prince
 Tel.: (509) 256 6858/249 1343
 Fax: (509) 256 6882
 francoisjdelinois@yahoo.com

PERU

Juan José Salazar García (*titular*)
 Ministro de Agricultura
 Ministerio de Agricultura
 Lima
 Tel.: (511) 431 0424
 Fax: (511) 431 0109

OBSERVADORES PERMANENTES

REPÚBLICA TCHECA

Josef Pokluda
 Primer Secretario
 Embajada de la República Checa en
 Costa Rica
 San José, Costa Rica
 Tel.: (506) 296 5671
 Fax: (506) 296 5595
 sanjose@embassy.mzv.cz

ALEMANHA

Michael Deckwitz
 Head of Division
 Federal Ministry of Agriculture
 Wilhelmstr. 54, 10117 Berlin
 Tel.: (49) 30 200 63215
 Fax: (49) 30 200 63276
 michael.deckwitz@bmelv.bund.de

Viviana Sánchez
 Directora de Administración y
 Finanzas
 Turrialba, Costa Rica
 Tel.: (506) 558 2227
 Fax: (506) 558 2042
 vsanchez@catie.ac.cr

ISRAEL

Ehud Eitam Eitam
 Embajador de Israel
 Embajada de Israel en Costa Rica
 San José, Costa Rica
 Tel.: (506) 257 7129
 Fax: (506) 257 0867
 ambassador.sec@sanjose.mfa.gov.il

Medea Eitam Eitam
 Cooperación Internacional
 Embajada de Israel en Costa Rica
 San José, Costa Rica
 Tel.: (506) 257 7129
 Fax: (506) 257 0867
 ambassador.sec@sanjose.mfa.gov.il

INSTITUIÇÕES DIVERSAS***CENTRO AGRONÔMICO TROPICAL DE PESQUISA E ENSINO***

John Beer
 Director del Departamento de
 Agricultura y Agroforestería
 CATIE
 Turrialba, Costa Rica
 Tel.: (506) 556 0401
 Fax: (506) 556 2430
 jbeer@catie.ac.cr

COMITÊ DE EXAME DE AUDITORIA (CEA)

Luis Carlos Gutiérrez Jaime
 Director General de Eficiencia
 Financiera y Rendición de Cuentas
 Secretaría de Agricultura, Ganadería,
 Desarrollo Rural, Pesca y
 Alimentación (SAGARPA)
 México, D.F. 03310
 Tel.: (55) 91 83 1221 / 91 83 1222
 Fax: (55) 91 83 1000 ext. 33809
 cgutierrez@sagarpa.gob.mx

OUTROS INVITADOS

Oswaldo Solano Fernández
 Presidente em Ejercicio
 Asociación de Empleados do IICA
 San José, Costa Rica
 Tel.: (506) 216 02222
 osvaldo.solano@iica.int

Ricardo Cáceres
 Associação Do Pessoal Do IICA São
 José, Costa Rica
 Tel.: (506) 216 0177
 ricardo.caceres@iica.int

Francisco Soares Alvim Neto
Embajador Extraordinario y
Plenipotenciario
Embajada de la República Federativa
del Brasil en Costa Rica
San José, Costa Rica
Tel.: (506) 383 1904/295 6875
Fax: (506) 295 6874

Esteban Córdoba
Consejero de Asuntos de Cooperación
Embajada de la República de Chile
en Costa Rica
Tel.: (506) 280 0037/280 0973
Fax: (506) 253 7016
echilecr@sol.racsa.co.cr
www.embachile.co.cr

Gustavo Paredes
Segundo Secretario
Embajada de Colombia en Costa Rica
San José, Costa Rica
Tel.: (506) 283 7191
Fax: (506) 283 6818
culturales@amnet.co.cr

Milton José Colindres Uceda
Embajador Extraordinario y
Plenipotenciario
Embajada de la República de El
Salvador en Costa Rica
Tel.: (506) 257 7855
Fax: (506) 257 7683
embasacr@amnet.co.cr

Luis Ernesto Vergara Icaza
Embajador Extraordinario y
Plenipotenciario
Embajada de la República de Panamá
en Costa Rica
Tel.: (506) 281 2442/281 2451
Fax: (506) 281 2161

Adonaida Medina
Embajadora Extraordinaria y
Plenipotenciaria
Embajada de la República Dominicana
en Costa Rica
San José, Costa Rica
Tel.: (506) 280 4968/283 8103
Fax: (506) 280 7604
embdominicanacr@co.cr

Rafael J. Velásquez Herrera
Ministro Consejero
Embajada de la República Bolivariana
de Venezuela
Tel.: (506) 225 8810/225 5813
Fax: (506) 253 1453
embaven@racsa.co.cr

FUNCIONÁRIOS DO IICA

Chelston W. D. Brathwaite	Diretor-Geral
James G. Butler	Subdiretor-Geral, Diretor Interino de Sanidade Agropecuária e Inocuidade de Alimentos
Mario Seixas	Subdiretor-Geral Adjunto
Christopher Hansen	Subdiretor-Geral Adjunto, Diretor de Relações com Parceiros Estratégicos e Diretor de Operações e Integração para a Região Norte
Francisco Barea	Diretor de Administração e Finanças
Fernando Del Risco	Secretário do Gabinete do Diretor-Geral e Secretário Técnico do Comitê Executivo e da JIA
James French	Diretor de Liderança Técnica e Gestão do Conhecimento
Dowlat Budhram	Diretor de Gestão de Desempenho e Avaliação
Mariano Olazábal	Diretor de Operações Regionais e Integração
Pamela Stroude	Coordenadora do Gabinete do Diretor-Geral
Luis Condines	Auditor Interno
François Dagenais	Diretor Interino de Financiamento Externo e Projetos de Investimento
H. Arlington Chesney	Diretor de Operações Regionais e Integração para a Região Caribe
Roger Guillén	Diretor de Operações Regionais e Integração para a Região Central
Jaime Muñoz-Reyes	Diretor de Operações Regionais e Integração para a Região Andina

Gonzalo González	Diretor de Operações Regionais e Integração para a Região Sul
Guillermo Toro	Diretor de Cooperação Técnica Horizontal
Karen Kleinheinz	Diretora da Divisão de Finanças
Linda Landry	Diretora da Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos
Lizardo de las Casas	Diretor do Escritório de Seguimento do Processo de Cúpulas das Américas
Yanko Goic	Chefe da Divisão de Orçamento e Controle
Assefaw Tewelde	Diretor de Biotecnologia e Biossegurança
Rafael Trejos	Especialista em Modernização Institucional

PESSOAL DA REUNIÃO

- Secretaria da Reunião

Secretário *ex officio* e Diretor-Geral do
IICA

Chelston W. D. Brathwaite

Secretário Técnico

Fernando Del Risco

Organização Logística e Assistente do
Secretário Técnico

Leda Celina Ávila

- Assessoria jurídica

William Berenson

- Divulgação e meios de comunicação

Patricia León Coto

Sofía Castresana

Monica Montero

Rafael Cartín

- Assuntos diplomáticos e cerimonial

Pamela Stroude

Michel Chartier

Ana Bolamos

- Atendimento a Representantes

- *Inscrição*

Mariantonieta Cordido

- *Atendimento aos participantes*

Leda Camacho

Mariantonieta Cordido

Yasiela Gómez

- *Atendimento no hotel*

Letícia Gimenez

Marielos Salazar

- *Serviço de aeroporto*

Flor Bastos

Rebeca Martinez

Marlon Rodríguez

Evelyn Roldán

Ronald Hidalgo

- **Receptionistas no plenário**

Eduardo Lovell
 Mariela Madrigal
 Marlen Montoya
 Melania Rodríguez
 Geancarlo Salazar
 Erica Soto

- **Documentos e relatório**

- **Classificação e distribuição**
- **Controle e acompanhamento**
- **Redação de atas**

Laura Gutiérrez
 Leticia Quirós
 María Andrade
 Ronald Aragón
 José Carlos Arze
 Henry Benavides
 Silvia Delgado
 Manuel Jiménez
 Patricia Matamoros
 Julio Mora
 Viviana Palmieri
 Flor Sánchez

- **Interpretação e tradução**

Coordenadora

Marguerite Groves

Interpretação simultânea

Espanhol

Anita Kaufman
 Sharona Wolkowicz

Inglês

Elizabeth Lewis
 Esteban Rojas

Português

Lauro de Barros
 Reginaldo Alcântara

Tradução

Espanhol

Liliana Mora
 Máximo Araya

Inglês

Peter Leaver
 Paul Murphy

Português	Marilia Alvarez
Digitação	
Inglês-português	Laura Cartín
Espanhol	Sandra Zúñiga
	David Álvarez
- Áudio e gravação digital	Minor Carvajal
- Suporte técnico	Emmanuel Picado
	Manuel León
	Alexander Díaz
	Ricardo Montero
<i>Serviços de apoio:</i>	
- Serviços gerais	Edwin Chavarría
	Alberto Muñoz
- Reprodução de documentos	Miguel Porras
	Manuel Salazar

OJO

**La siguiente lista debe actualizarse con el documento oficial
previo a la publicación actual**

**A partir del Informe de la XXVII Reunión Ordinaria del CE,
este listado solamente se incluirá en el documento digital que se
publica en Web (*eliminar está nota antes de subir a Web*)**

**DADA LA CANTIDAD DE PÁGINAS SE ELIMINARÁ
DE LA COPIA DURA IMPRESA**

**NÚMEROS PUBLICADOS NA SÉRIE
DE DOCUMENTOS OFICIAIS**

Doc. No.

- 1 Plano General do IICA
(1970 – espanhol e inglês)
- 2² Comissão Assesora
(1970 - espanhol e inglês)
- 3* Resoluções do CIES sobre Desenvolvimento Rural
(1971 - espanhol)
- 4 Décima Primeira Reunião Anual da Junta Diretora - San Salvador, El Salvador,
5 a 9 de maio de 1972
(espanhol e inglês)
- 5 Sexta Conferência Interamerican de Agricultura - Lima, Peru, 27 de maio a 2
de junho de 1971
(espanhol))
- 6* Décima Segunda Reunião Anual da Junta Diretora - Santiago, Chile, 10 a 13 de
maio de 1973
(espanhol e inglês)
- 7 Principais Resoluções da Junta Diretora - Washington, D.C., Período: 1962-1972
(espanhol e inglês)
- 8 Décima Terceira Reunião Anual da Junta Diretora - Caracas, Venezuela,
16 a 18, de maio 1974
(espanhol e inglês)
- 9* Décima Quarta Reunião Anual da Junta Diretora - Ottawa, Canadá, 6 a 9 de
maio de 1975
(espanhol e inglês)
- 10* Implementação do Plano Geral do IICA. Elementos para sua Análise
(1976 - espanhol e inglês)

² Edição esgotada

Doc. No.

- 11 Décima Quinta Reunião Anual da Junta Diretora - Washington, D.C.,
6 a 12 de maio de 1976
(espanhol e inglês)
- 12³ Regulamentos e Normas do Fundo Simón Bolívar
(1977 – espanhol e inglês)
- 13* Décima Sexta Reunião Anual da Junta Diretora - Santo Domingo, Republica
Dominicana, 11-19 de maio de 1977
(espanhol e inglês)
- 14* Sétima Conferência Interamericana de Agricultura - Tegucigalpa, Honduras, 5
a 10 de setembro de 1977
(espanhol e inglês)
- 15* Plano Indicativo de Médio Prazo. O IICA nos próximos cinco anos
(1977 - espanhol e inglês)
- 16 Décima Sétima Reunião Anual da Junta Diretora - Assunção, Paraguai,
22 a 24 de maio de 1978
(espanhol e inglês)
- 17* Décima Oitava Reunião Anual da Junta Diretora - La Paz, Bolívia, 14 a 16
maio de 1979
(espanhol e inglês)
- 18 Décima Nona Reunião Anual de Junta Diretora - México, D.F.,
22 a 26 de setembro de 1980
(espanhol e inglês)
- 19 Principais Resoluções da Junta Diretora, Washington, D.C., Período:
1973-1980
(espanhol e inglês)
- 20 Primeira Reunião Extraordinária da Junta Interamericana de Agricultura São
José, Costa Rica, 17 a 19 de fevereiro de 1981
(espanhol e inglês)

³ Edição esgotada.

Doc. No.

- 21 Oitava Conferencia Interamericana de Agricultura – Santiago, Chile
6 a 11 de abril de 1981
(espanhol e inglês)
- 22 Documentos Fundamentais: Convenção sobre o Instituto Interamericano de
Cooperação para a Agricultura; Regulamentos da Junta Interamericana de
Agricultura, do Comitê Executivo e da Direção-Geral
(Terceira edição, 1990 – português, espanhol, inglês e francês)
- 23 Resoluções adotadas pela Junta Diretora do Instituto Interamericano de
Ciências Agrícolas que continuam em vigor nesta data
(1984 - português, espanhol, inglês e francês)
- 24 Primeira Reunião Ordinária do Comitê Executivo e da Junta Interamericana de
Agricultura - São Jose, Costa Rica, 9 a 12 de junho de 1981 e Buenos Aires,
Argentina, 7 a 13 de agosto de 1981
(espanhol e inglês)
- 25 Segunda Reunião Ordinária do Comitê Executivo - São Jose, Costa Rica, 12 a
17 de setembro e 25 a 26 de outubro de 1982
(português, espanhol, inglês e francês)
- 26 Segunda Reunião Extraordinária da Junta Interamericana de Agricultura São
Jose, Costa Rica, 27 a 29 de outubro de 1982
(português, espanhol, inglês e francês)
- 27 Políticas Gerais do IICA
(1982 - português, espanhol, inglês e francês)
- 28 Plano de Médio Prazo 1983-1987
(1982 - português, espanhol, inglês e francês)
- 29 Segunda Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura Kingston,
Jamaica, 24 a 28 de outubro de 1983
(português, espanhol, inglês e francês)
- 30 Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo - São Jose, Costa Rica, 2 a 7 de
dezembro de 1984
(português, espanhol, inglês e francês)
- 31 Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo - São Jose, Costa Rica, 29 de
julho a 2 de agosto de 1985
(português, espanhol, inglês e francês)

Doc. No.

- 32 Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura Montevideú, Uruguai 21 a 25 de outubro de 1985 (português, espanhol, inglês e francês)
- 33 Sexta Reunião Ordinária do Comitê Executivo - São Jose, Costa Rica, 13 a 17 julho de 1986 (português, espanhol, inglês e francês)
- 34 Terceira Reunião Extraordinária da Junta Interamericana de Agricultura México, D.F., México, 27 a 30 de outubro de 1986 (português, espanhol, inglês e francês)
- 35 Plano de Médio Prazo 1987-1991 (1986 - português, espanhol, inglês e francês)
- 36 Sétima Reunião Ordinária do Comitê Executivo - São Jose, Costa Rica, 15 a 17 de junho de 1987 (português, espanhol, inglês e francês)
- 37 Programa II: Geração e Transferência de Tecnologia: Diretrizes para a Cooperação Junho de 1987 (português, espanhol, inglês e francês)
- 38 Programa I: Análise e Planejamento da Política Agrária. Diretrizes para a Cooperação Junho de 1987 (português, espanhol, inglês e francês)
- 39 Programa III: Organização e Administração para o Desenvolvimento Rural. Diretrizes para a Cooperação setembro de 1987 (português, espanhol, inglês e francês)
- 40 Programa IV: Comercialização e Agroindústria. Diretrizes para a Cooperação, setembro de 1987 (português, espanhol, inglês e francês)
- 41 Programa V: Saúde Animal e Sanidade Vegetal. Diretrizes para a Cooperação, setembro de 1987 (português, espanhol, inglês e francês)

Doc. No.

- 42 Relatório da IX Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura. Ottawa, Canada, 29 de agosto a 2 de setembro de 1987
(português, espanhol, inglês e francês)
- 43 Relatório da Quarta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura - Ottawa, Canadá, 31 de agosto a 4 de setembro de 1987
(português, espanhol, inglês e francês)
- 44 Diretrizes para o Programa de Trabalho do Centro de Projetos de Investimento (CEPI) no contexto do Plano de Médio Prazo
(português, espanhol, inglês e francês)
- 45 Oitava Reunião Ordinária do Comitê Executivo
São Jose, Costa Rica, 1 a 4 de agosto de 1988
(português, espanhol, inglês e francês)
- 46 Nona Reunião Ordinária do Comitê Executivo - São Jose, Costa Rica,
12 a 16 de junho de 1989
(português, espanhol, inglês e francês)
- 47 Quinta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura - São Jose,
Costa Rica, 9 a 12 de outubro de 1989
(português, espanhol, inglês e francês)
- 48 Décima Reunião Ordinária do Comitê Executivo - São Jose, Costa Rica, 27 a
29 agosto de 1990
(português, espanhol, inglês e francês)
- 49 Plano de Médio Prazo 1987-1993
(1990 - português, espanhol, inglês e francês)
- 50 Décima Primeira Reunião Ordinária do Comitê Executivo - São Jose, Costa
Rica, 24 a 26 de junho de 1991
(português, espanhol, inglês e francês)
- 51 X Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura - Madrid, Espanha,
23 a 27 de setembro de 1991
(português, espanhol, inglês e francês)

Doc. No.

- 52 Sexta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura - Madrid, Espanha, 23 a 27 de setembro de 1991
(português, espanhol, inglês e francês)
- 53 Décima Segunda Reunião Ordinária do Comitê Executivo - São Jose, Costa Rica, 22 a 24 de junho de 1992
(português, espanhol, inglês e francês)
- 54 Décima Terceira Reunião Ordinária do Comitê Executivo - São Jose, Costa Rica, 21 a 23 de junho de 1993
(português, espanhol, inglês e francês)
- 55 Sétima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura - México, D.F., México, 19 a 23 de setembro de 1993
(português, espanhol, inglês e francês)
- 56 Décima Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo - São Jose, Costa Rica, 12 a 14 de setembro de 1994
(português, espanhol, inglês e francês)
- 57 Plano de Médio Prazo 1994-1998
(português, espanhol, inglês e francês)
- 58 Décima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo - São Jose, Costa Rica, 19 a 21 de junho de 1995
(português, espanhol, inglês e francês)
- 59 Oitava Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura - São Jose, Costa Rica, 17 a 20 de setembro de 1995
(português, espanhol, inglês e francês)
- 60 Décima Sexta Reunião Ordinária do Comitê Executivo - São Jose, Costa Rica, 26 a 28 de junho de 1996
(português, espanhol, inglês e francês)
- 61 Décima Sétima Reunião Ordinária do Comitê Executivo - São Jose, Costa Rica, 30 Julho - 1 agosto 1997
(português, espanhol, inglês e francês)

Doc. No.

- 62 Nona Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura – Santiago, Chile, 12 a 16 de outubro de 1998
(português, espanhol, inglês e francês)
- 63 Décima Oitava Reunião Ordinária do Comitê Executivo - São Jose, Costa Rica, 28 a 30 de outubro de 1998
(português, espanhol, inglês e francês)
- 64 Plano de Médio Prazo 1998-2002
(português, espanhol, inglês e francês)
- 65 Décima Nona Reunião Ordinária do Comitê Executivo - São Jose, Costa Rica, 28 a 30 de julho de 1999
(português, espanhol, inglês e francês)
- 66 Décima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura Salvador, Bahia, Brasil, 26 a 29 de outubro de 1999
(português, espanhol, inglês e francês)
- 67 Vigésima Reunião Ordinária do Comitê Executivo - São Jose, Costa Rica, 2 a 3 de novembro de 2000
(português, espanhol, inglês e francês)
- 68 Vigésima Primeira Reunião Ordinária do Comitê Executivo - São Jose, Costa Rica, 25 a 27 de julho de 2001
(português, espanhol, inglês e francês)
- 69 Primeira Reunião Ministerial no contexto da Cúpula das Américas e da Décima Primeira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura. Bávaro, República Dominicana, 26 a 29 de novembro de 2001
(português, espanhol, inglês e francês)
- 70 Vigésima Segunda Reunião Ordinária do Comitê Executivo - São Jose, Costa Rica, 2 a 3 de outubro de 2002
(português, espanhol, inglês e francês)
- 71 Plano de Mediano Prazo 2002-2006. Focalizado nas Pessoas e Comprometido com o Futuro
(português, espanhol, inglês e francês)

Doc. No.

- 72 Los Comités para la Gestión de la Dirección General. Propósito responsabilidades, composición y modalidades de funcionamiento. Junio 2003 (espanhol)
- 73 Vigésima Terceira Reunião Ordinária do Comitê Executivo - São Jose, Costa Rica, 23 a 24 de julho de 2003 (português, espanhol, inglês e francês)
- 74 Duodécima Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura Ciudad de Panamá, Panamá, 13 novembro de 2003 (português, espanhol, inglês e francês)
- 75 Vigésima Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo – São Jose, Costa Rica, 22 a 23 de julho 2004 (português, espanhol, inglês e francês)
- 76 Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo – Riberão Preto, S.P., Brasil, 13 a 14 de maio de 2005 (português, espanhol, inglês e francês)
- 77 Relatório da Décima Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura - Guayaquil, República de Ecuador, 30 de agosto a 1 de setembro de 2005 (português, espanhol, inglês e francês)

Nota: As publicações do Comitê Executivo e da JIA estão disponíveis na página eletrônica do IICA (www.iica.int)